

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO PUC/SP

Raisimar Arruda da Silva

**Questões ortográficas: Rafael Bluteau e o Novo Acordo num
percurso historiográfico**

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SÃO PAULO

2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

RAISIMAR ARRUDA DA SILVA

**QUESTÕES ORTOGRÁFICAS: RAFAEL BLUTEAU E O NOVO
ACORDO NUM PERCURSO HISTORIOGRÁFICO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Língua Portuguesa, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP

São Paulo - 2010

BANCA EXAMINADORA

Agradecimentos

Agradeço a Deus por ter iluminado minhas ideias e por me ter feito merecedora dessa conquista, mesmo que tardia.

À Professora Doutora Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos, Orientadora desta Dissertação, por me ter dirigido com dedicação, competência e paciência.

Às Professoras Maria Teresa Nastri de Carvalho e Nancy dos Santos Casagrande por me ter auxiliado com preciosíssimas contribuições no exame de Qualificação.

À minha mãe, razão de minha vida, pelo imenso apoio durante minhas angústias durante a pesquisa.

A meu filho, também razão de minha vida, pela imensa compreensão nas horas em que estava compenetrada nos andamentos da pesquisa.

A meu marido, companheiro de longas datas, por ter tido toda a paciência do mundo nos momentos em que me via estressada.

À minha irmã, Cleide Arruda, por me ter dado suporte espiritual nos momentos em que me via aflita.

Aos meus amigos, agradeço a todos que contribuíram, à sua maneira, de forma direta ou indireta.

À CAPES, por ter permitido que esta pesquisa se viabilizasse.

Dedicatória

Como justa homenagem, dedico esta pesquisa à **Dona Mina**, minha mãe, ao meu filho, **Ricardo Arruda da Silva** e ao meu marido, **Edvaldo Sena da Silva**, aos quais agradeço o valioso apoio incondicional.

Resumo

Esta dissertação de mestrado tem por tema um exame da ortografia elaborada por Rafael Bluteau. Segue a linha de pesquisa da História e Descrição da Língua Portuguesa. A época demarcada encontra-se no período pseudoetimológico, precisamente, na segunda metade do século XVII e na primeira do século XVIII.

Tendo o propósito de normatizar a grafia portuguesa, Bluteau edita regras e leis ortográficas, baseadas na origem das palavras. O tema abordado terá como *corpus* o *Vocabulario Portuguez e Latino*.

A problematização desta pesquisa consiste na descoberta de regras ortográficas, que ainda não foram alcançadas, nos dias atuais. Em outros termos, em que medida os problemas apontados por Bluteau se repetem, no século XXI. É nesse enredo de imprecisões que surge a necessidade de busca para tais problemas.

Assim, o objetivo que norteia esta pesquisa é contribuir com os estudos da ortografia da língua portuguesa. Para tanto, descreveu-se as regras ortográficas de Rafael Bluteau, para depois efetuar a comparação com o Novo Acordo Ortográfico.

Para dar fundamento metodológico a esta pesquisa, foram seguidos os postulados da Historiografia Linguística, baseados no trabalho de Konrad Koerner por meio de seus três princípios: contextualização (retratou-se Bluteau no contexto histórico-cultural de sua época), imanência (descreveu-se para depois explicar a sua proposta ortográfica, utilizando a sua terminologia) e adequação (aproximou-se a proposta de Rafael Bluteau com a do Novo Acordo, utilizando a terminologia moderna).

Os resultados obtidos foram satisfatórios. Após examinar a ortografia de Rafael Bluteau para depois compará-la com a do Novo Acordo, verificou-se certa rejeição de suas regras ortográficas pela sociedade portuguesa do século XVIII, devido à naturalidade do autor, apesar de ter existido vontade política por parte de D. João V.

Abstract

This dissertation is subject an examination of the orthography developed by Rafael Bluteau. It follows the line of research of history and description of the Portuguese language. The season is marked in the pseudoetimológico precisely in the second half of the seventeenth century and the first of the eighteenth century.

Since the purpose of regulating the spelling Portuguese Bluteau edit spelling rules and laws, based on the origin of words. The topic will be *corpus* the *Vocabulario Portuguez and Latino*.

The questioning of this research is the discovery of spelling rules, which have not yet been achieved, today. In other words, to what extent the problems pointed out by Bluteau repeat, in the nineteenth century. It is in this plot of inaccuracies that need arises to search for such problems.

The objective that guides this research is to contribute to studies of the spelling of the English language. Therefore, described the rules of spelling Rafael Bluteau, and then make the comparison with the New Deal Checker.

To give methodological foundation for this research, we followed the tenets of historiography Linguistics, based on work by Konrad Koerner through its three principles: context (retracted Bluteau the historical and cultural context of his time), immanence (described in and then explain its proposal spelling, using your terminology) and use (closer to the proposed Rafael Bluteau with the New Accord, using modern terminology).

The results were satisfactory. After examining the spelling of Rafael Bluteau to compare it with the New Accord, there was some rejection of his spelling rules by the Portuguese society of the eighteenth century, due to the naturalness of the author, although there was political will on the part of D. John V.

Sumário

| | |
|---|----|
| Introdução | 1 |
| Capítulo 1: As Revoluções Epistemológicas na História da Historiografia | 5 |
| 1.1 Origem da Palavra História e suas Diferenças e Relações com Historiografia e Historiografia Linguística | 5 |
| 1.2 Correntes Filosóficas e Epistemológicas da História da Historiografia antes da Revolução Francesa | 7 |
| 1.3 A Revolução Epistemológica Francesa e os Paradigmas da Historiografia | 11 |
| 1.3.1 A Historiografia Marxista | 13 |
| 1.3.2 A Escola dos <i>Annales</i> e sua <i>Nova História</i> | 14 |
| 1.3.2.1 A Primeira Geração | 14 |
| 1.3.2.2 A Segunda Geração | 16 |
| 1.3.2.3 A Terceira Geração | 18 |
| 1.3.3 O Retorno do Evento-estruturado dos <i>Annales</i> (1980-1990) | 21 |
| 1.3.4 A Historiografia Quantitativista | 23 |
| 1.4 A Historiografia Linguística e seus Procedimentos Metodológicos e Epistemológicos | 25 |
| Capítulo 2: Contextualização do Momento Histórico-Intelectual (1668-1734) . | 30 |
| 2.1 O Pensamento Histórico-Cultural de Portugal e sua Relação com a Europa e o Brasil | 30 |
| 2.1.1 Portugal com Relação à Europa | 32 |
| 2.1.2 Portugal com Relação ao Brasil | 41 |
| 2.2 A Ortografia da Língua Portuguesa no Contexto Histórico-Cultural | 45 |
| 2.2.1 Uma Breve Amostra do Registro Gráfico da Ortografia Portuguesa por meio das Produções Portuguesas | 46 |
| 2.2.2. Domínios da Língua Portuguesa no Século XVIII | 54 |
| 2.3 Rafael Bluteau: o Homem Comum e o Autor de Grande Saber Enciclopédico | 57 |
| 2.3.1 Do Pensamento Escolástico às Ideias Modernas | 60 |
| 2.3.2 Das Conferências Discretas e Eruditas à Academia dos Generosos | 64 |
| 2.3.3 Obras Publicadas de Rafael Bluteau | 65 |
| 2.3.4 Síntese das Prosas Portuguesas | 66 |

| | |
|---|-----|
| Capítulo 3: A Ortografia de Rafael Bluteau | 78 |
| 3.1 Uma Descrição Explicativa das suas Regras Ortográficas | 78 |
| 3.2 Comentários Relacionados ao Valor da sua Postura Ortográfica | 101 |
| 3.2.1 O Valor das Letras Conforme a Origem e a Pronúncia..... | 102 |
| 3.2.2 - A Variação da Pronúncia Conforme a Região | 108 |
| 3.2.3 - A Escrita de Algumas Palavras Quanto ao seu Gênero e Número..... | 109 |
| 3.3 A Importância da Ortografia de Rafael Bluteau no Século XVIII | 110 |
| Capítulo 4: Uma Aproximação da Ortografia de Rafael Bluteau com o Novo Acordo Ortográfico | 115 |
| 4.1 Contribuições da Ortografia de Rafael Bluteau nos Projetos de Unificação Ortográfica: Pontos Convergentes e Divergentes | 115 |
| Conclusão | 130 |
| Bibliografia | 134 |

Introdução

Esta Dissertação situa-se na área da História e Descrição da Língua Portuguesa e tem por tema um exame da ortografia elaborada por Rafael Bluteau. Para tanto, foram selecionadas as primeiras letras do seu *Vocabulario Portuguez e Latino* (1712-1728). Dessa forma, a pesquisa aborda a grafia e pronúncia, de acordo com as normas estabelecidas pelo autor. A referida pesquisa se encontra no período, a partir da segunda metade do século XVII, 1668, e primeira metade do século XVIII, 1734.

A problematização, nesta pesquisa, consiste na descoberta de regras ortográficas, que ainda não foram alcançadas, nos dias atuais. Em outros termos, em que medida os problemas apontados por Bluteau se repetem, no século XXI. É nesse enredo de imprecisões que surge a necessidade de busca para tais problemas.

Como se sabe, muitos usuários da língua portuguesa têm dificuldades para escrever certas palavras, em razão do desconhecimento de normas ortográficas. Nesse contexto, por exemplo, a letra <x> possui três fonemas distintos: *xarope*, *chave*, *exame*, *fixo*. Palavras como estas, utilizadas por usuários da língua, é de grafia complexa, visto que precisa do conhecimento da sua evolução histórica.

Por esta razão, observa-se que Rafael Bluteau contribuiu imensamente com sua erudição e influências devido a sua migração para grandes centros culturais da Europa. Ao entrar em Portugal, influenciou a primeira pessoa do relevo social, o quarto conde da Ericeira, para a divulgação de suas ideias modernas, sobretudo linguísticas.

O objetivo geral que norteia esta pesquisa é contribuir com os estudos da ortografia da língua portuguesa. São objetivos específicos:

1. verificar em que medida os princípios de sua ortografia interferiram no seu tempo;
2. descrever as regras ortográficas em uso;
3. examinar a posição filosófica e ortográfica na visão do autor; e

4. comparar a ortografia de Rafael Bluteau com o Novo Acordo Ortográfico.

O tema a ser tratado se encontra no século XVIII, razão por que a pesquisadora buscou fundamentar-se nos postulados da historiografia linguística, seguindo os três princípios elaborados por Konrad Koerner. A utilização desses postulados da disciplina Historiografia Linguística constituiu o suporte adequado para a reconstituição do passado linguístico.

Assim sendo, o primeiro princípio historiográfico elaborado por Koerner utilizado é o da Contextualização. Nesse princípio, é possível verificar que todo pensamento linguístico sofre influência da situação sócio-econômica e mesmo política da época, portanto, é inevitável não deixar marcas indeléveis na produção de obras.

Após esse registro, o clima de opinião da época tornou mais fácil compreender o pensamento linguístico de Bluteau. O conhecimento que se tem em linguística, aliado ao clima de opinião da época, permitiu entender, com segurança, a proposta ortográfica de Bluteau. Para tanto, faz-se necessário seguir as características de mais um princípio, a Imanência.

No princípio da Imanência, não é permitida a introdução de terminologias contemporâneas. Como se trata de uma ortografia do século XVIII tem-se de utilizar esse princípio como se estivesse no próprio século, utilizando-se os termos linguísticos da época em que foi elaborada a proposta ortográfica de Bluteau. Após o estudo da proposta, propõe-se uma aproximação da ortografia do século XVIII com o século XXI. Esse processo levou a mais um princípio, Adequação.

Esse princípio consiste na identificação do pensamento antigo, na teoria do presente. Para tanto, é preciso ter o cuidado ao utilizar a terminologia aproximada, visto que o objetivo desse princípio é explicar o presente pela teoria do passado.

Assim, pode-se entender que o paradigma apresentado por Koerner, com seus três princípios é imprescindível numa pesquisa científica, quando se trata de épocas passadas. O paradigma orienta os caminhos que o historiógrafo deve seguir e o ajuda a fundamentar a teoria a que pretende defender. Mas para isso, Koerner

(1996: 47) alerta para o seguinte:

A historiografia da lingüística tem que ser 'teoricamente orientada' (theory oriented) e não 'orientada para os dados' (data oriented), embora não haja dúvida de que muita leitura das fontes originais ainda tenha que ser feita, a fim de se estabelecer adequadamente os fatos básicos no desenvolvimento da disciplina.

Esta Dissertação se configura em quatro capítulos, a saber:

O Capítulo I - apresenta as concepções epistemológicas de tempo histórico, desde a sua origem até os dias atuais. Em seguida, apresenta os grandes paradigmas que surgiram no século XX. Apresenta-se, também, a relação entre os termos História, Historiografia e Historiografia Linguística e mostra os objetivos e os procedimentos metodológicos desta última.

O capítulo II – apresenta uma abordagem do espírito da época de Portugal, com relação à Europa e ao Brasil, inserindo, sobretudo, a ortografia portuguesa, nesse contexto histórico-cultural. Em seguida, a biografia e a apresentação das obras de Rafael Bluteau e uma descrição sumária das *Prosas Portuguezas*.

O Capítulo III - apresenta uma descrição explicativa da ortografia de Rafael Bluteau, tendo como *corpus* as letras do alfabeto do *Vocabulario Portuguez e Latino*, que se encontram *No Princípio de Cada Letra*, antes das *entradas* das palavras do *Vocabulario*. Em seguida, promovem-se comentários acerca da sua postura ortográfica e da importância de sua proposta ortográfica no contexto de sua época.

O Capítulo IV - apresenta uma aproximação da ortografia de Bluteau com o novo Acordo Ortográfico da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), observando os pontos convergentes e divergentes.

E, por último, a conclusão geral com retomadas sobre os capítulos, fazendo uma reflexão sobre os estudos ortográficos aqui apresentados, possibilitando uma abertura para novos estudos. Isso será possível após uma avaliação dos resultados apresentados.

A história tem sido vista como um enorme quebra-cabeça com muitas partes faltando. (Carr, 2002, p.49)

Capítulo 1: As Revoluções Epistemológicas na História da Historiografia

No capítulo que se inicia, faz-se uma abordagem acerca da relação dos termos história/historiografia/historiografia linguística, apontando suas diferenças. Em seguida, um estudo das histórias da historiografia, mostrando suas mudanças e revoluções epistemológicas desde a Antiguidade até as grandes inovações historiográficas ocorridas no século XX na França.

Nessa última parte, faz-se um estudo da Escola dos *Annales* e de seus respectivos campos de interesse. Além disso, ainda num pequeno espaço, buscam-se os paradigmas rivais dessa tendência historiográfica, sobretudo da microhistória como modelo de historiografia da vertente da história das mentalidades. Buscam-se, também, descrever os procedimentos metodológicos da historiografia linguística, bem como comentar os seus respectivos paradigmas.

1.1 Origem da Palavra História e suas Diferenças e Relações com Historiografia e Historiografia Linguística

Segundo Borges (2007), a palavra *história* se originou do grego que significa investigação e informação, cuja data foi por volta do século VI a.C. No Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2007), ao se procurar o termo *história*, encontrou-se muitos significados para a palavra.

Entre uns quinze enumerados por Houaiss (op. cit, p. 543), escolhem-se três: *conjunto de conhecimentos relativos ao passado da humanidade [...]; ciência de que estuda eventos passados com referência a um povo, país, período específico; a evolução da humanidade [...]*, etc. Esses conceitos auxiliarão, de certa forma, os propósitos desse capítulo sobre as relações e diferenças das palavras história, historiografia e historiografia linguística.

Dependendo da maneira como for interpretada, essas palavras têm uma estreita relação, principalmente a dupla *história* e *historiografia*. A palavra

historiografia, por exemplo, ora pode designar o registro escrito da História, ora pode ser a própria ciência da História.

Como registro escrito, é fonte de conhecimento por estudar os problemas de estrutura, leis e condições da realidade histórica, ou seja, refere-se ao estudo da sua epistemologia¹ que toda modalidade de conhecimento precisa ter.

Já a *historiografia*, como representação da própria ciência da História, é o relato das investigações dos fatos passados relevantes que precisam ser provados pelos historiadores. Para tanto, é imprescindível uma metodologia com princípios bem formados para que se obtenha um trabalho exemplar em Historiografia.

Por outro lado, a *historiografia linguística* é uma especialidade de historiografia. Assim como a historiografia se refere à história, a historiografia linguística refere-se à história da linguística. Apesar de se tratar da História da Linguística, estende-se a outras áreas de conhecimento porque é uma disciplina interdisciplinar.

Assim, a história escrita com base nos seus próprios métodos e princípios historiográficos passa ser conhecida como *Ciência Histórica* ou *história como ciência*. E a Historiografia é vista como uma disciplina acadêmica, porque, no dizer de Altman (1998, p. 24), *historiografias não são crônicas, ou seja, listas de nomes, datas, títulos e eventos ligados às línguas e à linguagem (...), nem tão pouco quaisquer fatos passados que se registram e sim, fatos históricos*.

Para Carr (2002, p. 58), *os fatos da história nunca chegam a nós 'puros', desde que eles não existem nem podem existir numa forma pura: eles são sempre refratados através da mente do registrador*. Assim, a prática historiográfica para a compreensão da história requer o conhecimento das obras históricas, assim como deve se preocupar com a visão e a teoria dos historiadores que subjazem às suas referidas obras.

Mas o que se tem de relevante nessas três palavras é devido ao fato de estarem inteiramente imbricadas. Complementam-se para compreender e interpretar

¹ É o estudo crítico do conhecimento no que diz respeito à origem, à estrutura, aos métodos e a sua própria validade.

as ações práticas dos homens (dos sujeitos) e suas significações, estabelecendo uma conexão com a realidade objetiva por meio de princípios metodológicos. E o comprometimento dessas três acepções (história, historiografia e historiografia linguística) com a veracidade dos fatos tanto históricos quanto linguísticos será corroborada por uma epistemologia. (Arruda e Tengarrinha, 1999).

No próximo item, apresentam-se várias correntes filosóficas e epistemológicas da história, desde a sua origem até a Escola dos *Annales*.

1.2 Correntes Filosóficas e Epistemológicas da História da Historiografia antes da Revolução Francesa

Apesar de os estudos históricos da Antiguidade estar distantes dos objetivos dos estudos atuais, os historiadores dessa época antiga também tinham a preocupação de aperfeiçoá-los, só que de maneira diferente. Eram críticos com relação ao *fazer história*. Possuíam, também, seus procedimentos metodológicos que expressavam o seu *fazer historiográfico*. Todavia, para se chegar aos estudos historiográficos, de hoje, muitas controvérsias surgiram nesse percurso que, somente, no século XX, a historiografia se tornou uma disciplina acadêmica.

Segundo Silva (2001), o primeiro historiador foi Heródoto e é considerado o precursor da História Cultural. Na sua grandiosa obra *História*, percebe-se uma preocupação em registrar os fatos históricos, por meio da narrativa, introduzindo aspectos sociais, econômicos e, sobretudo religiosos, baseados no mito.

Com relação à explicação da procedência do mito na história antiga, constata-se que se encontra na pré-história da história. Segundo Mattiuzzi (2000), as sociedades primitivas, desse período, procuravam suas explicações sobre a origem da vida, dos conflitos humanos e de seus destinos, por meio do mito, pois acreditavam que os fenômenos da natureza como catástrofes, acontecimentos do cotidiano, eram movidos pela magia dos deuses.

Apesar de não haver documentação escrita nesse período pré-histórico, os historiadores, antropólogos e arqueólogos fizeram o possível para reconstruir a cultura daquele povo rudimentar, tendo como fonte de pesquisa objetos e pinturas

encontradas em várias partes do mundo. As pinturas rupestres em rochedos e paredes das cavernas, a escultura da *Vênus de Willendorf*², por exemplo, encontrada na Áustria e restos de ossadas humanas serviram de exemplo para explicar a origem do mito.

Conforme o que se comentou acerca da cultura e da civilização do período acima, pode-se constatar o porquê da história, narrada por Heródoto, ser tão cheia de personagens mitológicos. E para verificar a influência do mito na obra de Heródoto, haja vista um exemplo retirado dos capítulos 150 e 151 do livro IV, p. 519:

Grino, filho de Esânio, descendente de Teras e soberano da ilha de Teras, foi a Delfos para ali oferecer uma hecatombe. (...) Tendo o soberano consultado o oráculo sobre determinadas coisas, a pitonisa concitou-o a fundar uma cidade na Líbia. “Rei Apolo”, replicou Grino, “já estou velho e curvado pelo peso dos anos; encarrega desta empresa um desses jovens que vieram comigo”. (...) Passaram-se, então, sete anos sem chover uma só vez na ilha, e todas as árvores foram consumidas pela seca

(...). Indo os Tereus consultar o oráculo sobre o fenômeno, a pitonisa censurou-os por não terem ido fundar a colônia na Líbia, como lhes ordenara.

Percebe-se no enxerto acima, a ira dos deuses sobre os humanos, castigando-os por meio de catástrofes naturais, cujos fatos históricos possuem uma sequência temporal, porém não são datados.

Apesar de não mencionar datas, observa-se uma história preocupada em mudar os costumes políticos, os interesses econômicos e geográficos assim como a preocupação de corrigir as obras dos historiadores. Para isso, utilizavam os seus conhecimentos filosóficos para registrar a história assim como tinham o hábito de comparar suas obras com a dos outros historiadores.

Os gregos foram mais críticos que os romanos. Estes, apesar da influência da historiografia grega, não foram tão incisivos na crítica dos trabalhos de seus contemporâneos. Segundo Silva (2001), eles estavam mais direcionados na produção de trabalhos que mostrassem uma maneira de se autopromoverem

² É uma estatueta com 11,1 cm de altura que representa uma mulher. É considerada a escultura mais antiga feita pelas mãos humanas que data aproximadamente 30 mil anos a.C.

perante as autoridades romanas.

Após a desestruturação do Império Romano, a história adquiriu outra configuração. A nova concepção surge com o advento do cristianismo que é uma doutrina religiosa pregada por Jesus Cristo, visto que sua existência tornou-se um acontecimento histórico, singular e irreversível, revelado num tempo linear sob a luz da Providência Divina.

Segundo Reis (1994, p. 11), essa foi à primeira revolução epistemológica da história visto que *rompeu-se com a a-historicidade do mito, com a circularidade supralunar grega e aceitou-se o tempo como irreversibilidade, singularidade, linearidade, sentido e finalidade.*

Quanto ao primeiro intérprete dessa história teológica, tem-se a figura de Santo Agostinho com sua obra denominada *Cidade de Deus*, cujo tema se refere a duas realidades divididas em dois planos: superior, representado por Deus, e inferior, representado pelos homens (Borges; 2005).

Em suma, a mentalidade do povo da Idade Média foi impregnada de histórias sobrenaturais como a existência de milagres subjacente a uma sociedade estritamente religiosa voltada ao sectarismo³. A Igreja exerceu grande influência sobre o comportamento da sociedade e, conseqüentemente, impregnou-a na escrita dos historiadores.

Aos poucos, essa influência teológica foi mudando com o aparecimento dos novos estudos filosóficos que foram aperfeiçoando a escrita da história com o passar dos séculos. Por muito tempo essas duas tendências coexistiram, porém não se chegava a um acordo, sobretudo por parte da Igreja. Dessa forma, a história era especulativa, porque se escrevia para agradar a nobreza e, sobretudo o clero.

Embora haja a especulação na escrita da história, a segunda revolução epistemológica se desenvolveu a partir dessas duas tendências: teologia e filosofia. Esta desenvolveu técnicas modernas nos séculos XVI a XVIII as quais começaram

³ Doutrina ou posição religiosa, política e filosófica que segue cegamente determinadas crenças, sem levar outras em consideração. Por exemplo, historicamente, o indivíduo que se opusesse aos princípios da Igreja na Idade Média, sofreria as conseqüências de seus atos na fogueira da “Santa Inquisição”.

a surgir com o advento da corrente racionalista, ao passo que aquela se manteve conservadora.

O homem apresentado nesse tipo de história tornou-se *um singular coletivo*, ou seja, *envolvia um plano único e universal a todas as histórias particulares*. (Reis, 1994: 12). Em outras palavras, nessa escrita de história, o homem apresentava-se de uma maneira generalizada, sem caracterizar, particularmente, o seu eu individual.

No século XVI, por exemplo, as ideias revolucionárias contribuíram fortemente para a desestruturação do sistema feudal, surgindo uma classe muito importante no meio dessa crise: a burguesia. Já no século XVII, as técnicas desenvolvidas em cenáculos assumiram o caráter de uma crítica erudita comprometida com o julgamento de veracidade. Assim essa crítica passou a ser chamada de crítica histórica.

No século XVIII, a crítica histórica se acentuou mais ainda. Os estudos feitos dos escritos gregos e latinos, desenvolvidos em cenáculos eram analisados criticamente e, a partir daí, extraíam explicações para poder interpretar a história. Assim, a história se desenvolveu num processo linear progressivo ininterrupto da razão humana com abertura de novas ideias filosóficas. Reclamavam o progresso por meio da liberdade de pensamento. Dessa forma surgiu o liberalismo. Alguns historiadores estadistas eram liberais e escreviam, portanto, histórias sobre a nação cujo tempo predominante era o da Idade Média.

Nessa história, encaixavam-se os historiadores classificados como românticos, pois cada um dedicava-se a levantar documentos acerca do passado do seu país. Segundo Borges (2005), esses estudos propiciaram o nascimento da cronologia, da epigrafia, da numismática, da sigilografia, da diplomacia, da onomástica, da heráldica, da genealogia e da filologia. Por meio desses estudos, a história passa a ser contada com mais credibilidade. Assim, o conceito de tempo histórico progrediu em direção à perfectibilidade, à moralidade e à racionalização futura.

No século XIX, a história se reconfigurou numa nova concepção após a febre do nacionalismo. Segundo Bastos (2004, p. 75), renasceu a erudição com rigor científico. Bastos diz que *os historiadores passam, de investigadores à procura de*

documentos, a juízes à procura do julgamento da veracidade, estabelecendo valor objetivo dos documentos, que passam a ser vistos como testemunhas autênticas que devem ser interrogadas criteriosamente. Para essa nova visão de fazer história, várias correntes filosóficas apareceram, à medida que progredia a sociedade.

Quanto mais a sociedade se consolidava como classe, mais apareceram estudiosos para estudar essa sociedade. Surgiram, assim, estudos sobre a sociedade capitalista, cujo maior vulto foi Karl Marx com seu materialismo histórico.

É no século XIX que se deu a grande mudança no fazer história com a origem da grande corrente da história, que se chamou positivista ou metódica. Reunidos em Academias, os eruditos produziram uma história factual, indutiva, narrativa e fundamentavam seus trabalhos em fontes. Foi neste século que se obtiveram os fundamentos da historiografia como disciplina acadêmica, mediante um primeiro corpo de regras e normas metodológicas que foram fixadas sob influência do positivismo e do historicismo alemão.

Depois de vários trabalhos historiográficos baseados neste modelo positivista, a história causou aceleração dos eventos, devido à explicação histórica serem de base estritamente filosófica e teológica.

Foi aí que se começou a questionar a credibilidade da história. Proliferaram-se tendências historiográficas à procura de um novo paradigma. Essa nova forma de fazer história se desenvolveu a partir do entre guerras, mais precisamente nos anos 30 do século XX.

Assim, entre a concretização da disciplina historiográfica na linha metódico-historicista para as novas concepções que rejeitaram os fundamentos postos por essa linha, surgiram e se fixaram os grandes paradigmas da historiografia, inclusive o paradigma da Escola dos *Annales*.

1.3 A Revolução Epistemológica Francesa e os Paradigmas da Historiografia

Após os paradigmas históricos apresentados anteriormente, a história positivista, conhecida como tradicional, causou a aceleração dos eventos devido à subordinação do presente e do passado a uma teleologia. Passou a valorizar outra história que refletia todas as atividades do homem.

Só que os historiadores estavam cansados de escrever uma história factualista. Assim, de tantos seus reclamos, surgiu, no século XX, um grupo de historiadores sobre o qual veio derrubar a antiga maneira de fazer história. Esses historiadores não admitiam mais a ideia de que a história pudesse se recobrir de uma visão teleológica, pois essa visão causava a aceleração dos eventos sem levar em consideração a realidade histórica particular e plural dos acontecimentos.

Assim, os historiadores que levaram em consideração essa nova maneira de fazer história configuraram o novo propósito de tempo histórico, dando início a uma nova revolução epistemológica com o auxílio das ciências sociais. Para tanto, a *Nova História* ou *Escola dos Annales* mostra essa possibilidade por meio de eventos plurais, já que é uma história de processos mentais, sociais, econômicos cada qual revelando uma temporalidade específica.

Após o auxílio das ciências sociais, a produção intelectual do século XX eclodiu em várias vertentes na Europa, sobretudo na França. E a vertente que mais se destacou e inovou a historiografia, desse período, foi a de um grupo que pertence a *Escola dos Annales*.

Esse grupo, associado à *Escola dos Annales*, não era tão homogêneo como queriam os seus fundadores. Havia membros com características marxistas, uma vez que outros paradigmas mesclaram-se na referida *Escola*. Apesar disso, cada paradigma possuía seu próprio campo de interesse.

Três grandes paradigmas surgiram, quase que simultaneamente, e predominaram na segunda metade do século XX. São eles: a Historiografia Marxista, a *Escola dos Annales* e a Historiografia Quantitativista. Apesar de possuírem visões diferentes no fazer história, esses paradigmas se complementaram.

Nas Historiografias Marxista e Quantitativista, encontram-se aspectos relevantes que são comuns no paradigma da *Escola dos Annales*. Acerca desse assunto, serão vistos alguns aspectos daqueles paradigmas que estão presentes na *Escola dos Annales*.

1.3.1 A Historiografia Marxista

O marxismo, surgido no século passado, foi a teoria das ciências humanas que deu à *Nova História* uma dimensão de maior alcance no campo teórico da realidade histórica. Foi quem estabeleceu pressupostos teóricos sobre o conceito de tempo histórico como dialética da duração, baseados numa história estrutural, plural e múltipla (Vainfas, 1997). Sendo assim, a dialética da duração não foi inovação de Braudel e sim do marxismo. Embora não tenha conceituado o tempo histórico, Braudel elaborou uma metodologia para o tempo histórico e publicou esse trabalho num artigo que contribuiu imensamente para a *Escola dos Annales*.

Os marxistas Jean Chesneaux (cf. 1976) e Althusser (1970) criticam a *Escola dos Annales* porque antes da *Escola* ter elaborado uma metodologia deveria ter elaborado uma teoria sobre o tempo histórico. É nesse contexto que se encontra a rivalidade entre os dois paradigmas.

Segundo Althusser, os melhores historiadores precisam de não só constatar a existência de tempos e ritmos diferentes, como faz a *Escola*, mas também de relacioná-los a uma teoria. Em outras palavras, *o objeto teórico é primeiro, pois senão vê-se obrigado a aplicar uma teoria que não existe*, diz Althusser (Apud REIS, 1994, p. 150).

Apesar das divergências entre os dois paradigmas, o marxismo influenciou imensamente nos rumos da *Escola dos Annales* assim como este auxiliou no seu desenvolvimento. Com o auxílio dos *Annales*, o Marxismo abriu-se à diversidade e à pluralidade das Ciências Sociais, libertada das coerções de fidelidade partidária e inovadora na pesquisa e nos campos de aplicação.

Para isso, centrou sua atenção em determinados temas escolhidos: - a história do movimento operário - tomado como referência inaugural a revolução francesa – abrindo assim o espaço das muitas variações conhecidas sob a designação genérica de História Social.

1.3.2 A Escola dos *Annales* e sua *Nova História*

Costuma-se ter como marco do nascimento da *Nova História*, o ano de 1929, ano da fundação da *Escola dos Annales*. Todavia, sua difusão aconteceu, tardiamente, a partir de 1950, devido aos alvoroços da Segunda Guerra Mundial.

Seus fundadores elaboraram um projeto para a história, preconizando uma história total associada às Ciências Sociais. Para tanto, delimitaram a postura da *Escola* em três campos de estudos: o estudo das estruturas, o estudo das conjunturas e o estudo das regionais.

Segundo Peter Burke (1997), a *Escola dos Annales* pertencem a três gerações de historiadores:

- A primeira geração inicia-se a partir de 1920 a 1945 que, de início, foi formada e fundada por Lucien Febvre e March Bloch.

- A segunda geração pertence a Fernand Braudel que lecionou na Universidade de São Paulo (1935-1937). No seu retorno a França, conheceu Febvre, formando uma sólida amizade que o levou mais tarde, após a morte de Febvre, à presidência da *Escola*.

- A terceira geração inicia-se por volta de 1968, tendo como seus principais expoentes Jacques Le Goff, Georges Duby, Emmanuel Le Roy Ladurie, Pierre Chaunu, Jean Dulemeau, Philippe Áries, François Furet e Maurice Agulhon.

1.3.2.1 A Primeira Geração

Lucien Febvre e Marc Bloch escreviam uma História-Problema de Longa Duração, numa tentativa de superação do evento. Contudo, possuem divergências nos seus campos de investigação. Esse tipo de história caracteriza-se em interpretar e organizar o passado a partir de problemas por meio de conceitos.

As concepções de Febvre para os planos da *Escola dos Annales* partiram de quatro amigos quando eram estudantes da Escola Normal Superior: o geógrafo Paul Vidal de la Blache, o filósofo antropólogo Lucien Lévy-Bruhl, o historiador da arte

Émile Malê e o linguista Antoine Meillet. Esses historiadores influenciaram, imensamente, Febvre nos planos da Escola dos *Annales*.

Assim, Febvre agrega as suas ideias às influências desses amigos e escreve uma história, partindo do evento para a estrutura. Já Bloch prefere escrever uma história, partindo da estrutura para o evento ou vários eventos.

Febvre é um historiador de transição, por estar ligado à tradição e à novidade. Dessa forma, não significou uma ruptura radical uma vez que se conservou, de certa maneira, ligado à tradição hermenêutica historicista por escrever uma história intelectual e biográfica (Reis, 1994). Só que história biográfica que ele escreve apresenta-se na forma de resolver um problema. Dessa forma, é bem distinta da história tradicional.

Outra contribuição de Febvre nos *Annales* foi de ele se centrar nas perspectivas humanistas e idealistas do tempo histórico, ou seja, *o homem ainda era sujeito e consciência e não estava dominado por estruturas anônimas*. (Reis, 1994: 41). Ele foi o responsável por articular o tempo histórico individual numa estrutura, problematizando-o. E é por conta disso, que sua concepção histórica retorna aos anos 80 e 90 no século XX.

Segundo Reis (1994), a análise de Febvre sobre indivíduo na história é mais detalhada em relação a Bloch. Febvre introduzia o indivíduo num evento intelectual de uma época para depois descobrir no seu interior a estrutura mental de uma coletividade. Dessa forma, Febvre não era um historiador determinista como Bloch. Este, ao contrário de Febvre, priorizava as estruturas e a coletividade.

Segundo Reis (1994), Bloch escreve uma história econômico-social-mental num tempo histórico de ações coletivas. Para tanto, por meio desses campos de análise, observa comportamentos coletivos, crenças, hábitos e costumes e coloca-os numa estrutura, cujo período é de longa duração. Assim, o evento quase não aparece. Utiliza a técnica da comparação que a chama de *História Comparativa*.

As relações de Marc Bloch com o evento são mínimas, pois, segundo ele, o evento não possibilita observar outros objetos tais como as estruturas demográficas, as crenças coletivas, os costumes, enfim, as suas diversas formas de vida sócio-

cultural. Nesse contexto, o tempo histórico precisa apresentar-se permanente para uma verificação eficiente das respectivas estruturas.

Por se preocupar com a coletividade, Bloch contribuiu imensamente para a história das mentalidades, cujo estudo foi denominado de *Psicologia Histórica*. Embora Bloch não utilizasse o termo *mentalidades coletivas* em seu livro, utilizou *representações coletivas* assim como *atos sociais*. Segundo Burke (1997), esses termos usados sofreram influência de Durkheim.

Por esta e outras razões, ele foi considerado o precursor da história das mentalidades assim como o que mais seguiu os propósitos da *Escola dos Annales*. Com relação à Febvre, a história das mentalidades é vista de outra maneira: uma individualidade singular comanda as estruturas anônimas por meio das obras de grandes personalidades intelectuais, informa Burke (1997). Para Febvre os fenômenos econômico-sociais parecem ser fenômenos psicológicos, porque aqueles fenômenos dependem de condições materiais da vontade, da necessidade dos indivíduos.

1.3.2.2 A Segunda Geração

Essa geração foi marcada pela presença constante de Fernand Braudel com noções de tempo histórico (dialética da duração), estruturas, conjunturas e um novo método.

Apesar de Braudel ter incluído Febvre nas suas pesquisas, segue o caminho de Bloch. Enquadra a longa duração às explicações estruturais que pode levar gerações e até séculos. O evento aparece, mas só que de maneira superficial em relação à estrutura. Braudel pensa que nem Bloch com relação ao evento, no entanto é menos moderado.

Peter Burke (1997, p. 47-48) mostra, textualmente, o que Braudel disse acerca de como ele pensa o evento:

Recordo-me de uma noite, perto da Bahia, quando assistia absorto ao espetáculo pirotécnico de fosforescentes vagalumes; sua pálida luz brilha, desaparece, ao voltar a brilhar, sem penetrar na noite como uma verdadeira

luz. O mesmo acontece com os eventos, para além do seu brilho, a escuridão predomina. (Braudel, 1980, p. 10)

Assim, dentro dos limites, Braudel ver o evento *rico em interesse humano*. Sempre que foi necessário, colocou-o dentro de uma estrutura. É possível ver a pouca frequência do evento assim como do indivíduo em uma das partes no seu livro, *O Mediterrâneo*. Essa obra caracteriza um campo de análise relevante de Braudel que se refere a uma espécie de geografia histórica, por ele chamado de *Geo-História*.

Embora não tenha colocado o indivíduo e o evento em evidência no seu livro, Braudel contribuiu em formular uma metodologia sobre o tempo histórico para a *Escola dos Annales*. Engloba tempo e espaço múltiplos que estão divididos em três partes (Reis, 1994):

- A primeira refere-se ao tempo longo, caracterizando uma história quase imóvel, feita de retornos, de ciclos sempre recomeçados dentro de uma estrutura.

- A segunda parte trata do tempo médio em fatias mais largas sob o signo das estruturas, dos ciclos, interciclos sociais, culturais, militares, demográficos e técnicos. Esses ciclos e interciclos são os tempos conjunturais (tempo médio) que se articulam dentro da estrutura.

- A terceira liga-se ao tempo curto dos eventos, dos indivíduos subordinados a uma visão totalizante das estruturas e conjunturas econômicas, sociais e mentais.

Assim, depreende-se que o tempo histórico de Braudel é priorizado pela dialética da duração cujo passado é cortado em realidades estruturais, conjunturais e acontecementais (eventos) com pouca intromissão do indivíduo. Em outras palavras, articula o tempo histórico em longo, médio e curto dentro de uma estrutura com a presença mínima do indivíduo.

Essa maneira de ver o indivíduo levou alguns críticos a chamá-lo de determinista. Mas Braudel argumenta que indivíduo é prisioneiro não somente no seu meio físico, mas também no mental, que pouco pode influir. (Burke, 1997).

Com relação à história das mentalidades, Braudel não tinha interesse nela. As razões eram simples: combatia a história fragmentada, individual. Apesar de não ter colocado, visivelmente, o homem na sua história, Braudel escreveu um artigo *A Longa Duração*⁴ (1958), fornecendo valiosos instrumentos teóricos para os seguidores dessa história (Vainfas, 1997).

Esses instrumentos teóricos abriram caminhos para três correntes: a história estrutural antropológica, de Le Roy Ladurie; a história serial histórica econômica social e demográfica de P. Chaunu; o retorno do evento político, biográfico, intelectual e estruturado.

1.3.2.3 A Terceira Geração

Essa geração teve seu início nos anos que se seguiram a 1968. Braudel se aposenta em 1972 e entrega a Presidência da Seção VI a Jacques Le Goff, seguida por uma plêiade de historiadores: Georges Duby, Emmanuel Le Roy Ladurie, Pierre Chaunu, Jean Dulemeau, Philippe Áries, François Furet e Maurice Agulhon.

Essa geração é tida mais como herdeira *Institucional* do que propriamente uma seguidora dos princípios traçados no início da Escola. Foi tida dessa maneira, porque se verificou, no correr dos anos 60/70, uma mudança de interesse no interior dos *Annales*. O que foi visto nas duas primeiras gerações acima, uma história *total*, acabou se dissolvendo. É perceptível a descontinuidade das duas primeiras gerações para a terceira. Dentro da própria *Escola*, percebem-se duas tendências: história total e história fragmentada ou serial.

Os historiadores seriais fazem pesquisas dispersas, com pouca possibilidade de convergência dos resultados. Por isso, torna-se, no dizer de Reis (1994), *pontilhista*.

Entretanto, isto não a impede de formar um quadro geral, de articular suas partes em um conjunto. Para formar um quadro de análise, começam a resgatar as concepções dos primeiros fundadores: Bloch e Febvre.

⁴ Este artigo trata da divisão de tempo histórico “em tempo geográfico, tempo social e tempo individual” (Apud. Burke, 1997).

Segundo Burke (1997), a maioria dos membros da *Escola* segue as concepções blochiana e febvriana. Mas isso não quer dizer que não houve espaço para as concepções de Braudel. Muito pelo contrário, houve seguidores de suas ideias. O que aconteceu para essa mudança de rumo foram as críticas feitas por vários historiadores acerca do pouco caso do indivíduo na sua história.

Assim visto, Jacques Le Goff e seus membros dos *Annales* dedicaram-se à história das mentalidades que era a modalidade de história que Bloch e Febvre fizeram, apesar de não estarem incluídas nas diretrizes dos *Annales*. Escreveu uma história do imaginário medieval (uma história das mudanças da vida depois da morte) havendo conexões entre as mudanças intelectuais e sociais. Nessa tendência historiográfica (o imaginário social), foi um dos que mais se destacou na escrita da história das mentalidades, informa Burke (1997).

Segundo Burke (1997), Robert Mandrou foi o primeiro da lista que seguiu a influência de Febvre, pesquisando a obra de seu mestre em Psicologia Histórica. Eram escritos sobre saúde, emoções e mentalidades. Assim, Mandrou, inspirado nas ideias de Febvre, escreveu *Introduction à la France moderne* com um subtítulo *Um ensaio em psicologia histórica – 1500- 1640*. Seguindo o projeto de Furet no campo da História Cultural, Mandrou desenvolve um estudo de cultura popular acerca da Literatura de Cordel. Concluiu que era uma *literatura de evasão* lida por camponeses que revela uma literatura conformista.

Esse trabalho causou atritos entre Braudel e Mandrou, numa circunstância que a Escola estava revendo seu rumo. Braudel preferia a inovação, mas Mandrou preferiu seguir as ideias de Febvre. A partir daí, outros membros do grupo dos *Annales* seguiram a nova tendência de base febvriana.

Philippe Ariès, por exemplo, um historiador da geração passada, escreveu uma história voltada para a história da criança e da morte em diferentes regiões e períodos. Seus estudos ganharam atenção de pediatras e psicólogos para o tema. Seus últimos estudos foram direcionados à história da morte, talvez tenha atendido a um pedido de Febvre. Rejeitava a história quantitativa de base econômica. Por isso, seguiu os de base cultural.

Jean Delumeau apoderou-se também da Psicologia Histórica, no sentido febriviano, e escreveu uma história do medo e da culpa nos temas sobre mar, fantasma, pragas, fome, satã, judeus, mulheres etc; Le Roy Ladurie escreveu um psicodrama com temas de bruxarias, enfim, de cultura popular assim como foi um dos primeiros que utilizou os registros da inquisição para a reconstrução da vida cotidiana e suas atitudes.

Na visão de Reis (1994), Vainfas (1997), e de Burke (1997), a novidade dessa modalidade de abordagem histórica consiste numa tentativa de fazer um estudo antropológico que caracteriza um dos aspectos da Microhistória. Esta, por sua vez, consiste em pesquisas biográficas, estudos de comunidades, reconstituição de episódios excepcionais na vida cotidiana de certas populações.

George Duby escreveu história social e econômica. No entanto, na década de 60, seus interesses mudaram gradualmente para a história das mentalidades. Preocupou-se com a história das ideologias, da reprodução cultural e do imaginário social que procura combinar com a história das mentalidades.

Pierre Chaunu segue a abordagem quantitativa que a chamou de o *quantitativo no terceiro nível* com o tema a vida depois da morte. Essa abordagem é um exemplo de História Serial, pois é estabelecida dentro de uma média duração, problematizando-a.

Segundo Reis (1994), Chaunu segue a influência de Braudel com relação à dialética da duração. Percebe-se a sua preferência pelo estudo das estruturas. Mas também divide o tempo em fatias médias e menores.

François Furet elaborou um projeto no campo da História Cultural acerca do estudo da alfabetização e do livro, utilizando fontes das mais variadas. Vários pesquisadores utilizaram o seu projeto. Segundo Furet (apud. REIS, 1997), a história serial é intelectualista, pois examina questões dentro de um período considerado homogêneo e a interpretação do vivido por meio de uma teoria.

Com a contribuição dos membros da *Escola dos Annales* apresentados acima, outros historiadores seguiram a mesma linha e outros não. Labrousse, por exemplo, afastou-se um pouco do paradigma dos *Annales*, porque nos seus estudos

introduziu ideias marxista. Porém, foi o historiador que introduziu o marxismo no paradigma dos *Annales* (Burke, 1997). Focalizava o evento por excelência e tratava-se de um marxista. Michel Vovelle fez uma séria tentativa de fundir a história das mentalidades coletivas com a história das ideologias marxistas.

O que se observa nos trabalhos desses historiadores é o interesse pela estrutura, conjuntura. Porém, o tipo de história, que abrange esses interesses, deu pouca importância ao evento. Assim, o evento tende a voltar, só que estruturado e, junto com ele, os objetos de análise da história tradicional: a política, o indivíduo, as relações diplomáticas e a guerra.

O evento torna-se importante porque está relacionado à biografia, expressando sujeitos livres e conscientes, que agem segundo valores: a liberdade, a realização em si. Por meio das ações desses sujeitos, o evento aparece para explicar a mentalidade de uma época.

Segundo Reis (1994, p. 38), para se chegar a essa mentalidade, expõe os seguintes passos: primeiramente, passa *pela consciência dos homens, pelas formulações conscientes as mais elaboradas e mais claramente explicitadas por um indivíduo particular, para, depois, inscrever este evento em sua estrutura mental.*

Assim, o evento é importante porque, nele, encontram-se fenômenos históricos que só são possíveis por meio de sujeitos (indivíduos) mais eminentes (um rei ou um vassalo). A partir desses, pode-se apreender a estrutura intelectual de uma época.

1.3.3 O Retorno do Evento-estruturado dos *Annales* (1980-1990)

A *Nova História* dos *Annales* tentaram controlar o evento de várias formas: por meio de uma estrutura, de uma conjuntura e de uma dialética da duração; por meio da alteração de conceito de evento, ou da troca de objeto, da substituição de fontes, utilizando outras técnicas, ou por meio da sua formalização, enfim, por diversas razões, porém, não conseguiram.

Diante desse quadro, a *Escola dos Annales* revêem e reorganizam o paradigma. Nessa reorganização, surgem três correntes: uma mudança

antropológica (uma nova antropologia simbólica = antropologia cultural), um retorno à política (Nova história política) e um surgimento da narrativa.

Para desenvolver essas correntes no novo paradigma dos *Annales*, Jacques Le Goff *ensina* como proceder, informa Reis (1997).

Na política, deve-se associar às Ciências Sociais, sob a luz da Antropologia e Sociologia, o conceito central da história política, aplicado a todas as sociedades (coletiva e individual). A história que se apresenta nos *Annales* é mais profunda do que aquela apresentada na história tradicional. O poder revelado nos *Annales* serve para todas as civilizações e sociedades. Ela é, portanto, a história que engloba o sócio-econômico-mental.

Em outras palavras, a história política dos *Annales* abrange todas as formas de poder que se aplicam às atitudes, aos símbolos de poder, às relações de poder com as religiões da sociedade. Desta maneira, ela passa a ser conhecida como a nova história política.

E as evoluções dessa nova história política não se encerram nesse contexto. Outro aspecto político é apontado por Le Goff. A educação, por exemplo, é instrumento de poder. As categorias letradas e iletradas podem definir distribuição, participação e, até mesmo, exclusão de poder. Encontra-se, portanto, a nova história política na história cultural.

Quanto à temporalidade, Le Goff sugere a dialética da duração de Braudel. No tempo curto, ocorre uma história política tradicional; no tempo médio, um estudo sociológico entre tendências e movimentos mais rápidos e episódicos da política (uma história da crise); no tempo de longa duração, faz-se uma antropologia das estruturas do poder. E o conceito de poder não será mais residual, característica de Braudel, mas será fundamental na sociedade (Reis, 1994).

Um aspecto importante e que foi esquecido na segunda geração é a biografia. Apesar de não estar nos princípios da *Escola*, Febvre e Braudel escreveram uma história individual biográfica. Febvre a colocou no evento e Braudel, na estrutura.

Le Goff, recuperando os dois fundadores, *ensina* como situar o indivíduo dentro do quadro dos *Annales*. Sugere que a biografia, a vida individual seja posta dentro de um contexto (uma estrutura) e que não perca a sua originalidade.

Os ensinamentos de Le Goff foram aceitos pelo grupo e escreveram a história dos anos 80/90. Várias obras foram publicadas com esta nova visão dos *Annales*. Foi inegável o progresso também neste período. Entretanto, o paradigma saturou e precisou ser revisto.

Assim, ao encerrar o século XX, a grande linha de desenvolvimento que fez da história um inegável êxito cognitivo ao longo de mais de cinquenta anos, parece ter sofrido uma forte inflexão, da qual resultou a perda de atrativo da história-ciência em benefício da história-ensaio.

É nesse contexto que se dá a virada no interior do *Annales*. Um esforço de readaptação aos novos tempos. A partir de 1988, os *Annales* começaram uma revisão do seu projeto inicial. Para isso, reveem o seu conceito de interdisciplinaridade, repensam seus métodos, rediscutem sua escrita, duvidam do seu conceito de longa duração, querem recuperar o sentido da mudança.

Chegou-se, finalmente, a um olhar em migalhas, assistemático, antiestrutural, antiglobal de fatos e vidas individuais. Segundo Reis (1994), a biografia retorna cuja análise pessoal substituiu a neutralidade do autor e a longevidade das estruturas. Assim, onde havia conceitos, há uma biografia.

1.3.4 A Historiografia Quantitativista

O movimento quantitativista iniciou-se na história econômica, na qual é essencial até hoje pelo menos desde 1930. Marcou a produção historiográfica dos anos 1960 e 1970 em muitos países, afetando campos de estudo amplos. Porém, sua época clássica foi, sem dúvida, a dos anos 1960.

Os historiadores das primeiras gerações dos *Annales* utilizaram abundantemente os métodos quantitativos, aplicando-os para explicar a história. A terceira geração dessa escola por ser diversa, tem utilizado em outros campos de interesses.

Um problema é apontado no que diz respeito à utilização dos métodos quantitativos nas Ciências Sociais para explicar a história. Além de já utilizarem na história econômica e demográfica, estendeu-se à história das mentalidades.

Esse paradigma quantitativista questiona a utilização do método aplicado a certas ciências humanas como a Sociologia, Antropologia e a Psicologia, pois poderá cair num determinismo histórico. Segundo Silva (2001, p.273), *quanto mais se expande o campo do historiador, mas problemas se colocam em relação àquilo que podemos considerar 'explicação' em história.*

Assim, o paradigma quantitativista combate alguns historiadores da Escola dos *Annales*, quando utilizam o método para *explicar*. Tem-se como exemplo, a vida cotidiana das sociedades coletivas da história das mentalidades.

O quantitativismo na historiografia foi um tipo de paradigma que marcou a produção historiográfica dos anos 1960 e 1970 em muitos países, afetando campos de estudo amplos. Esse movimento iniciou-se na história econômica, na qual é essencial até hoje, pelo menos desde 1930. Seu período áureo se deu nos anos 60. Como o paradigma dos *Annales* e suas gerações, esse paradigma entrou em crise também.

Assim, concluíram-se os três grandes paradigmas da história. Foram vistos objetivos, princípios, e também foram vistos fluxos, refluxos e influxos, sobretudo no paradigma da *Escola dos Annales*.

Mas não se deve esquecer que o movimento dos *Annales* promoveu e ainda promove uma nova forma de fazer história: uma história-problema que envolve, coletivamente e individualmente todas as atividades humanas. Seus campos de interesse (estruturas, conjunturas e regionais) mesclaram-se de diversas formas num evento estruturado.

1.4 A Historiografia Linguística e seus Procedimentos Metodológicos e Epistemológicos

A Historiografia Linguística é de *safrá recente*, diz Koerner (1996), um historiógrafo da linguística. Iniciou-se na França, aproximadamente, no início do século XX, logo após a obra *A Estrutura das Revoluções Científicas* de Kuhn.

O livro de Kuhn (1992) exerceu grande influência sobre a história da Linguística e, conseqüentemente, no conceito de historiografia. Apesar de ser um físico teórico, desenvolveu métodos de análises sobre diversas áreas do conhecimento, sobretudo na de linguística.

Constatou que o progresso de uma ciência não se baseia apenas no acúmulo gradativo de experiências, mas sim na controvérsia do pensamento e da prática científica, ocorrendo, assim, momentos de rupturas e, conseqüentemente, uma revolução nos alicerces das análises científicas.

Dessa forma, várias propostas metodológicas foram levantadas na década de 80. Os historiadores da linguística, por exemplo, reunidos em congressos, traçaram linhas alternativas de conduta historiográfica no que diz respeito à periodização, à contextualização e ao uso da metalinguagem.

Uma proposta muito bem aceita até hoje é a do historiógrafo Konrad Koerner. Baseado no paradigma da *Escola dos Annales* instituiu um método historiográfico para a Linguística que leva em consideração a colaboração de outras disciplinas tais como Sociologia, Psicologia, Economia e a Geografia no âmbito da história intelectual.

Para Koerner (op. cit. p. 47), é imprescindível interpretar o passado de uma língua dentro de um *clima de opinião* de uma época. Para isso, exige-se, além do conhecimento específico, o conhecimento da história intelectual, com a perícia de diluí-los de forma sintética, por meio de uma *teoria orientada* (*'Theory oriented'*).

No que tange ao uso da metalinguagem, é necessário o cuidado para não distorcer as ideias e as teorias do passado remoto com as do presente. Se a metodologia utilizada for falha para a investigação, a pesquisa do historiógrafo correrá sérios riscos de não se entender a veracidade dos fatos.

Para que isso não aconteça, o historiógrafo da linguística deverá saber as teorias da linguística para não pecar na significação original. *O historiógrafo da linguística deve não somente entendê-la, mas também dar conta dela* (Koerner, 1996: 59). Sabendo o terreno que está sendo pisado, o historiógrafo da linguística poderá incorrer no uso de um vocabulário técnico moderno.

A utilização de uma terminologia adequada para aproximar teorias do passado com as do presente é de extrema relevância para facilitar a leitura da pesquisa por usuários do presente. Com um recorte no tempo, reconstrói-se um passado vivido que o presente suscita em conhecer. É o que se pretende fazer nessa pesquisa: aproximar a ortografia de Rafael Bluteau com o Novo Acordo Ortográfico.

Para tanto, é preciso ordenar, organizar os fatos em uma estrutura permanente de longa duração, porque o recorte do tempo da referida pesquisa é de 66 anos que vai de 1668 a 1734. Seguindo todas essas informações acima descritas, acredita-se que está se fazendo historiografia linguística que, na opinião de Altman, *é uma atividade de seleção, ordenação, reconstrução e interpretação dos fatos relevantes para um quadro de reflexão que constrói o historiógrafo (1998, p.24).*

Com relação ao documento que se examinará a ortografia de Rafael Bluteau, será a obra *Vocabulario Portuguez e Latino*. Trata-se de uma fonte primária, porque é o documento que comprovará a ortografia do período pesquisado, sobretudo a ortografia de Rafael Bluteau.

Além dessa fonte primária, haverá outras do mesmo século que auxiliarão com aspectos linguísticos e sócio-culturais e, ainda, várias fontes secundárias que também colaborarão para uma pesquisa em historiografia linguística. Não obstante, esses *passos investigativos* só terão validade se seguirem princípios metodológicos. Segundo Bastos (2004), é preciso estar atento aos princípios metodológicos para se fazer um trabalho em historiografia linguística.

Sendo assim, os princípios que mais se têm seguido são os de Konrad Koerner (1996). Tratam-se de três princípios básicos:

O primeiro princípio consiste na apresentação do *clima de opinião* do período em que se desenvolveram as correntes linguísticas, uma vez que é responsável pelo *espírito da época*. Por meio dele, a teoria do passado passa a ser mais entendida, pois prepara o leitor para um momento histórico diferente do seu e que o levará a entender que certas ideias não podem ser vistas como erradas. Portanto, para que não haja equívocos quando for estudar as teorias do passado, o historiógrafo terá como o contexto sócio-cultural da época recortada. Dessa forma, o princípio do qual se fala, denomina-se Contextualização.

O segundo princípio é responsável pela parte interna, hermética, do trabalho que se pesquisa. O historiógrafo analisará a teoria linguística quer na sua parte histórica tanto crítica e até mesmo filológica. Para isso, o historiógrafo não se deixará influenciar pelas questões linguísticas apresentadas, dando sugestões ou opiniões. A postura exigida de um historiógrafo, nesse caso, é se manter neutro e longe das doutrinas linguísticas contemporâneas, para não se deixar influenciar por elas. Esse princípio Koerner o chamou de Imanência.

Após desenvolver a pesquisa seguindo os dois primeiros princípios, o historiógrafo pode se aventurar a escolher uma terminologia numa tentativa de aproximar a teoria do passado com a moderna. Nesse caso, o historiógrafo deverá ter muita cautela acerca da questão de metalinguagem ao utilizar esse princípio.

Será preciso introduzir um vocabulário técnico adequado, para que não ocorram distorções de um conceito ou teoria. A partir do momento em que o historiógrafo buscar essa aproximação, o texto linguístico poderá ser mais bem aproveitado, pois a inclusão de vocabulário moderno e adequado permitirá uma melhor apreciação do trabalho, da teoria e do conceito de forma satisfatória. Assim, esse princípio é chamado de Adequação.

Uma questão relevante, apontada nos estudos em historiografia linguística é o problema da influência. Koerner adverte que não é proibida a procura da paternidade, ou seja, detectar, por exemplo, as influências entre linguistas podem revelar aspectos pertinentes que dizem respeito à inovação vs. continuidade, evolução vs. revolução no estudo da linguagem.

Cabe ao historiógrafo analisar e explicar essas mudanças no estudo da língua, tendo o cuidado para não cair em nenhuma armadilha. Para que isso não ocorra, o historiógrafo precisa estar munido de uma documentação. Só por meio dela é possível provar a origem da influência.

Resumindo o que foi dito acima, a historiografia linguística é uma disciplina de vocação científica. Preocupa-se em descrever a história da linguagem baseada em princípios que envolvem naturalmente a discussão de questões metodológicas e epistemológicas.

A existência desses princípios supracitados ocasionará resultados satisfatórios no desenvolvimento da pesquisa. Frequentemente a teoria do paradigma está diretamente implicada ao trabalho de concepção da aparelhagem capaz de resolver o problema.

Koerner adverte (1996, p. 61) que os princípios sugeridos por ele podem ser que não esgotem os interesses dos historiógrafos nas suas pesquisas. Entretanto, fica aliviado ao saber que a metodologia aplicada não é para identificar a teoria antiga na moderna, mas de *considerar a afinidade de significado que subjazem a ambas as definições*.

Procurou-se mostrar as diferenças e relações entre história, historiografia e historiografia linguística. Registraram-se também as correntes filosóficas epistemológicas das histórias da historiografia da sua origem até a Escola dos *Annales*. Para finalizar este capítulo, falou-se dos procedimentos de pesquisa da historiografia linguística, ponto importantíssimo para a fundamentação desta pesquisa. Assim, estando concluídos os itens deste capítulo, seguem-se as questões acerca da contextualização do *corpus* deste trabalho.

Em Portugal o etimologismo ortográfico foi, de início, o elemento de anti-tradição cultural, porque foi um acto de nacionalismo. A origem, porventura instintiva e inconsciente, da nossa ortografia, foi a necessidade de marcar de todos os modos, e portanto desse, a nossa separação de Espanha, a nossa íntima dessemelhança com ela.

Fernando Pessoa.

Capítulo 2: Contextualização do Momento Histórico-Intelectual (1668-1734)

Contextualizar o ambiente histórico-intelectual da época em que Rafael Bluteau ingressou na Corte portuguesa é de vital relevância para se compreender o seu trabalho sobre a ortografia portuguesa. Para tanto, apresentar-se-á, neste capítulo, a situação política, econômica, social e cultural da época, relacionando-a com a Europa e com o Brasil. Em seguida, far-se-á uma pequena abordagem ortográfica por meio das produções de alguns estudiosos da época e uma síntese da biografia e da obra *Prosas Portuguezas* de Rafael Bluteau.

2.1 O Pensamento Histórico-Cultural de Portugal e sua Relação com a Europa e o Brasil

O período em que Bluteau entra em Portugal coincide com um fato político importantíssimo para Portugal: o Tratado de Paz entre Portugal e Espanha (1668). Nesse período, a Europa se reconfigura num clima político de interesses de disputas dinásticas que virão consubstanciadas com fatores de ordem cultural, social e econômica.

Assim, numa época de mentalidade barroca, a nação portuguesa procura-se encaixar, na medida do possível, ao novo panorama cultural europeu. Adere às ideias inovadoras que não viessem atropelar a política governamental proposta pelos reis. Para controlá-las de indesejáveis situações, a nação se utiliza de instrumentos de repressão inquisitorial, proibindo, por exemplo, a entrada de livros como o de Descartes nos colégios com receio de revoluções populares.

Essa e outras medidas proibitivas são de ordem político-religiosa e não cultural. Algumas ideias modernas entraram no país para o seu desenvolvimento imediato nas ciências, na arquitetura, na música, nas artes plásticas, nos instrumentos bélicos, tudo que fosse prioridade básica para o seu progresso e segurança nacional. Embora se desejasse o progresso científico, os projetos para a

modernidade não se encaixavam na antiga filosofia escolástica peripatético-tomista⁵.

Apesar de harmonizar a fé e a razão, esse pensamento tornou-se obsoleto, pois procurava abstrair fontes que dizem respeito a alguns temas dos filósofos antigos, às Sagradas Escrituras, influência religiosa retirada das doutrinas de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, na Idade Média.

Assim, transformações de toda a ordem foram aos poucos se delineando, ganhando forças com as ideias instigadas por filósofos modernos. A doutrina cartesiana de René Descartes foi a primeira que ganhou uma abertura nos novos experimentos científicos. A famosa máxima, *Penso, logo existo*, deu início a uma série de questões para se obter a Verdade. Para ele, é preciso que se duvide de tudo para se chegar à Verdade.

Por meio de seu método dedutivo cartesiano, ele mostra que a matemática é *a chave para entender tanto as verdades da natureza quanto a ordem moral subjacente à existência humana* (Perry; 293). Entretanto, para se chegar as grandes realizações científicas modernas, foi preciso complementá-las a outros métodos. Neste caso, surge o inglês Francis Bacon com seu método indutivo que ressalta a observação e a experiência.

Essas abordagens filosóficas assim como outras influenciaram pensadores que, conseqüentemente, ramificaram-se em outras, levando à Revolução Científica em todos os campos do conhecimento humano. Thomas Hobbes, por exemplo, interessou-se por questões políticas, Espinosa, por questões éticas, Sir Isaac Newton, pela ciência natural, Locke voltou-se para questões sobre a liberdade dos direitos naturais humanos.

Assim, com essa plêiade de filósofos, várias nações foram influenciadas direta e indiretamente por ela, sobretudo por países considerados emergentes da época como as duas superpotências Inglaterra e França. Dependendo da forma de governo, havia um grupo de filósofos que procurava influenciar os Estados

⁵ Escolástica - filosofia ou ensino dado nas escolas eclesiásticas e nas Universidades da Europa, entre o século X e XVII, aproximadamente. Caracteriza-se, por um lado, de combinar a teologia e a razão, tendo como métodos principais a argumentação silogística e a leitura comentada de autores antigos, sobretudo Aristóteles, Agostinho e Tomás de Aquino. O Tomismo refere-se às concepções de S. Tomás de Aquino; o Peripato, às de Aristóteles.

dinásticos. Thomas Hobbes, por exemplo, defendia um governo absolutista, por ser um regime seguro para as pessoas perseguirem seus interesses individuais, apesar de repudiar a ideia de que o poder do rei é divino. (Perry; 2002: 299)

Por outro lado, havia outro grupo que defendia o governo constitucional. Tem-se como exemplo, o filósofo John Locke por acreditar *que o poder de governar deriva do consentimento dos governados e da autoridade do Estado. Tudo sob um consenso.* (Perry, 2002: 299)

Entretanto, o governo absolutista aflora como a única expressão política do momento, principalmente sob a influência de Luiz XIV da França. Portugal segue essa visão, revelando tendências absolutistas mescladas com a antiga concepção, em particular, no reinado de D. João V.

Nos próximos dois itens, tratar-se-á dessas ideias que se desenvolveram em Portugal com relação ao resto da Europa e ao Brasil.

2.1.1 Portugal com Relação à Europa

O período em análise corresponde a dois reinados: o de D. Pedro II e parte do de D. João V. As relações políticas que envolveram esses dois reis na Europa caracterizam-se por consolidar a dinastia de Bragança diante da Espanha, por parte de D. Pedro (1668-1706) e, por parte de D. João V, o fortalecimento da política externa e interna sob a mesma gestão do seu antecessor. (Mattoso, 1998).

A forma de governo que se pretendia seguir era a absolutista, influenciada nos modelos de Luiz XIV. Entretanto, o conteúdo político da regência e do reinado de D. Pedro ajusta-se mais ao conceito tradicionalmente enraizado em Portugal do que o da monarquia absoluta tal como a pensavam os políticos do século XV.

Um exemplo disso verifica-se no poder dos Grandes que limitavam a autoridade do rei. O Conselho de Estado determinava as decisões políticas importantes, tanto internas, quanto externas. D. Pedro II não podia tomar decisões sozinhas sem a intromissão desse Conselho. Assim, o modelo de governo absoluto nesse governo quase não existiu.

No reinado de D. João V, essa forma de governo se apresenta mais estabilizada, mas mesmo assim, não chega ao seu ponto máximo.

Sob o ponto de vista ideológico, no dizer de Saraiva e Lopes (s.d. p. 565), a primeira metade do século XVIII *corresponde a uma fase crítica na luta contra a Escolástica e as Luzes que vão conquistando sempre novas posições ao abrigo das necessidades técnicas.*

Assim, os motivos pelos quais Portugal não aderiu completamente às novas ideias podem ser sintetizados conforme Gomes (1942, p. 430) no seu artigo sobre a escolástica portuguesa:

(...) eles (os escolásticos portugueses) não são independentes, porque vivem curvados sob o jugo despótico dos mestres; falta-lhes clareza, por se prenderem a um tautologismo fútil e se perderem num labirinto de noções confusas; e desconhecem a filosofia moderna, porque ler os filósofos, discuti-los e criticá-los, era coisa que não compreendiam.

Entretanto, a inércia de Portugal em não seguir totalmente as novas tendências é compreensível e pode-se justificar devido aos maus momentos passados sob a dependência espanhola e isso fez com que ficasse o país ressabiado, não abrindo, portanto, as portas para todas as ideias modernas, apenas aquelas que eram necessárias.

D. Pedro II foi regente de 1667 a 1683 por meio de um golpe de Estado que afastou o irmão do trono, D. Afonso VI, por não estar apto a governar. Sua coroação como rei só ocorreu após a morte de D. Afonso VI em 1683. Porém, até lá governou sob a disputa entre facções (disputas entre partidos) que ora apoiava o regente, ora apoiava o rei.

A regência de D. Pedro II iniciou-se por meio de um tratado entre Portugal e França no dia 31 de março de 1667 para combater a Espanha. O interesse da França na aceitação desse tratado era de deixar Portugal na guerra contra a Espanha, visto que facilitaria a almejada conquista dos países baixos.

Assim, com o intuito de conquistar a Holanda e deixar a Espanha entretida com Portugal, a França fez propostas e acordos a Portugal de casamentos entre as

duas Coroas e lhe propôs sua entrada numa campanha anti-holandesa. O primeiro casamento foi do rei D. Afonso VI com a princesa D. Maria Francisca de *Sabóia*. Esse casamento não foi consumado, mas serviu de vantagem para a França organizar estratégias para invadir a Holanda e manter Portugal ocupado com a Espanha.

A proposta francesa foi tentadora, já que Portugal deixaria de pagar uma indenização para a Holanda, cujo pagamento ficou suspenso desde 1661. No entanto, devido à intromissão das forças populares, D. Pedro foi pressionado e, a tentativa de combater a Holanda, não vingou.

Dessa forma, Portugal rompeu o acordo com a França de combater a Holanda, mas, por outro lado, D. Pedro II casou-se com a ex-cunhada D. Maria Francisca de Sabóia (1668) e o Tratado de Paz com a Espanha foi assinado no mesmo ano do casamento.

Assim, uma batalha estava vencida: o reconhecimento da independência portuguesa. O momento agora era de arrumar a casa, porque uma crise interna ainda existia acerca da destronização de D. Afonso VI. Exigiu-se também a expulsão dos cristãos-novos (judeus convertidos por medo das perseguições) pela lei de 1671, mas não foi cumprida. Quem sempre defendeu a causa dos judeus foi o Padre Antônio Vieira. Não obstante, a proteção alimentada por esse padre causou ódio da Inquisição.

No que tange à economia do país, Vieira propõe um plano para atrair capitais por meio dos cristãos-novos e cristãos-velhos para a recuperação econômica. Para tal, teria que reformar a Inquisição. Essa postura do padre causou dissabores à nobreza portuguesa, que não queria perder os privilégios para os judeus, assim como causou grandes problemas de relacionamento com a Inquisição, que perseguiu a Congregação Inácio de Loyola a qual pertencia Vieira.

Enquanto o rei discutia uma política de fomento na economia, holandeses, franceses e ingleses dominavam as praças das Índias, assim como dominavam os engenhos de açúcar nas Antilhas. Era preciso recorrer a novas estratégias de investimento comercial. Para contornar a crise que ocorreu por volta de 1670, surgiu a implementação de uma doutrina mercantilista promovida pelos dois vedores

(fiscais) da fazenda, o marquês de Fronteira e, em particular, o terceiro conde da Ericeira.

Para viabilizar o programa de fomento comercial, foram estabelecidas *pragmáticas*⁶ em 1672, 1677 e 1688 que proibiam certos usos de produtos estrangeiros de luxo. Porém, infelizmente estas pragmáticas não foram cumpridas, nem mesmo legalmente.

Outra questão para salvar da crise econômica que assolava o país, veio da assinatura de um acordo com a Inglaterra. Era o começo de uma nova relação diplomática após a Restauração.

Por outro lado, no meio desses problemas internos, o rei da Espanha, Carlos II, morreu e um novo rumo se delineou na política externa de Portugal em relação à França e à Inglaterra. Essas duas potências entraram em confronto devido à questão da sucessão do trono espanhol. Portugal se viu num beco sem saída, pois tinha que dar o apoio a umas das duas potências.

Assim, Portugal começou fazendo alianças com a França e com a Espanha (18/06/1701), apoiando o neto de Luiz XIV, Filipe de Anjou. Em troca do apoio, Luiz XIV prometeria ajudar como acordo recuperar as praças portuguesas na Índia, principalmente as de Cochim e de Cananor, e de prestar, em caso de guerra, a ajuda necessária.

Por outro lado, os adversários da França (o Império, Inglaterra e Holanda) uniram-se num episódio chamado a Grande Aliança de Haia.

Essa aliança propôs um acordo a Portugal de proteger os portos marítimos portugueses de invasores assim como ajudar a pagar as despesas de guerras. Em troca dessas vantagens, Portugal apoiaria o candidato à sucessão ao trono espanhol, Carlos III, neto do imperador da Alemanha. O representante dessas negociações chamava-se John Methuen, o mesmo que estipulou o acordo comercial.

⁶ É uma forma de inibir os abusos de comércio ilícito. No contexto desta pesquisa, foi a forma que a Coroa Portuguesa encontrou para proibir a entrada de tecidos e adornos do estrangeiro.

Para Portugal, tanto o acordo comercial quanto o de defesa foram interessantes para a nação, visto que suas transações comerciais estavam no ultramar. Assim, Portugal assinou o acordo em maio de 1703, intitulado a adesão à Grande Aliança.

No dia 27 de dezembro do mesmo ano, Portugal assinou o acordo comercial com a Inglaterra para equilibrar as despesas do Estado e da guerra. No tratado, a Inglaterra se comprometeria em adquirir os vinhos, pagando dois terços dos direitos impostos aos vinhos franceses. Em troca, Portugal adquiriria os tecidos ingleses. A aliança com os ingleses foi decisiva na consolidação do poder de D. Pedro II.

Simultaneamente, a esses fatos históricos econômicos, a guerra da sucessão ao trono espanhol ocorreu. A Espanha declarou guerra a Portugal, auxiliada pelas tropas francesas no dia 30 de abril no ano de 1704. Essa guerra durou ainda alguns anos só se estabelecendo a paz no dia 11 de abril de 1713 com a ajuda da França por meio do Tratado de Utreque. Já a paz com a Espanha só viria ser realizada no dia 6 de fevereiro de 1715.

No meio desse conflito bélico e de acordos de defesa e comércio, o rei D. Pedro II morreu no dia 1 de dezembro de 1706, mas nada foi mudado com relação à política externa com a Inglaterra e a guerra franco-espanhola. Pelo contrário, intensificaram-se mais os conflitos e a Inglaterra, aproveitando o momento de instabilidade do governo, retirou suas tropas navais de Lisboa que serviam de proteção à guerra franco-espanhola. Nesse momento, quem assumiu o governo português, até o futuro rei completar a idade para governar, foi Diogo de Mendonça Corte Real⁷.

Apesar de o Tratado de Methuen existir, Portugal não deixou de se envolver em relações econômicas (diplomáticas) com outras nações. Do Brasil, Portugal exportava algodão para a França. Importavam tecidos da França e da Holanda apesar das taxas serem superiores às da Inglaterra.

Por outro lado, os preços do açúcar e do tabaco caíram e Portugal teve dificuldades de colocação no mercado internacional. Enfim, todos os produtos que

⁷ Foi secretário de Estado, tanto no governo de D. Pedro II, quanto no de D. João V. Prestou grandes serviços à Corte Portuguesa, principalmente nas difíceis negociações do tratado de Utrecht.

antes exportavam estavam com os preços defasados. Assim, no meio de toda a convulsão interna e externa, a economia do país estava em crise.

Infelizmente, as propostas apresentadas sobre o fomento comercial não foram novamente seguidas a diante, devido ao descaso do Conselho da Fazenda, visto que já tinha fortes ligações com o comércio inglês. Rafael Bluteau chegou até a elaborar instruções para a produção do bicho da seda (*Prosas Portuguezas*: 1728). Pelo visto, esses incentivos mais uma vez não demonstraram interesse. Assim, Portugal deixou de incentivar a própria indústria e continuou preferindo os produtos importados da Inglaterra, da França e da Holanda.

Já na Inglaterra, o crescimento da produção industrial e agrícola permitiu um aumento considerado da população, diferenciando-a de outros países europeus. Apesar das guerras, principalmente, com a França, a Inglaterra não abandonou a sua produção agrícola e industrial, apesar do aumento de impostos para custear essas guerras. Os camponeses continuaram trabalhando, porque a maioria das áreas estava longe dos conflitos bélicos (Falcon, 2006).

Assim, a economia inglesa estava em ascendência, porque o comércio e a indústria cresceram consideravelmente que culminou na Revolução Industrial. Um dos motivos que a promoveu foi a sua grande visão de futuro. As relações comerciais com Portugal, por exemplo, por meio do Tratado de Metheun, podem-se considerar como um bom motivo de crescimento comercial e industrial.

Em Portugal, a situação econômica foi bem diferente. Se não fosse a exportação de vinho para a Inglaterra no final do século XVII, Portugal não teria se especializado na produção vinícola. Por outro lado, deixou de incentivar a sua própria produção manufatureira que tanto os terceiro e quarto condes da Ericeira protagonizaram como a ajuda de Rafael Bluteau. Segundo Saraiva e Lopes (s.d, p. 446), a burguesia preferia *dedicar-se ao contrabando, aos contratos fiscais, ao comércio externo, ao funcionalismo e às profissões liberais*.

Na França, diferente da Inglaterra, o sucesso dessa monarquia estava na presença constante de Luiz XIV que centralizou todos os assuntos do reino, sendo, portanto, uma monarquia absoluta. Nomeou para incrementar a economia do país

Jean-Baptiste Colbert. Por sua competência administrativa, Colbert influenciou outros países da Europa.

Na Espanha, Filipe V (Bourbon), após a Guerra da Sucessão Espanhola, seguiu como é de se esperar, o modelo francês em todo seu reinado (1700-1746).

Apesar dos atritos com a nação francesa, o reinado de D. João V segue tendências absolutistas. Por maior que seja o que deixou de fazer em outros setores de sua administração, D. João V era um rei culto que se preocupava com a cultura do país. Investiu mandando bolseiros para estudar nos grandes centros culturais da Europa assim como investiu em Lisboa na fundação de academias literárias e científicas que deram início em forma de reuniões.

A primeira reunião de intelectuais, na gestão do quarto conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes, aconteceu na casa desse conde com o nome de Conferências Discretas e Eruditas com início no ano de 1696. No bairro Alto, nas casas do Cunhal das Bolas, o conde da Ericeira juntamente com Rafael Bluteau promoveu reuniões acadêmicas acerca de questões filosóficas, matemáticas e, sobretudo questões linguísticas.

No ano de 1718, a Academia dos Generosos é reaberta sob o patrocínio oficial do rei D. João V. (*Prosas Portuguezas: 1728*). Nessas reuniões acadêmicas, foi onde se divulgou o *Vocabulario Portuguez e Latino*.

Um fato importante Bluteau comenta sobre a Academia dos Generosos. Informa que a respectiva Academia se disfarçava de Conferências Discretas e Eruditas, porque a eminente Academia já existia desde 1647(*Prosas Portuguezas, 1728*).

Assim, nos discursos dos membros da academia, observam-se os primeiros pensamentos ilustrados, mesclados com uma mentalidade barroca. No ano de 1722, a Academia dos Generosos passa a ser chamada Academia Real de História Portuguesa.

Na regência⁸ e reinado de D. Pedro II, a esfera cultural era voltada ainda para a conservação. O terceiro conde da Ericeira, D. Luis de Meneses, era mais um homem de vocação para a política administrativa do que para a cultura. Essa vocação se explica por ter sido o reinado de D. Pedro II mais tumultuado do que o de D. João V.

Pode-se exemplificar a figura do terceiro conde a de um assíduo participante nas campanhas da Guerra da Restauração, como a de um comandante de artilharia, como deputado e vedor da Fazenda e, sobretudo, como o mentor do fomento manufatureiro. Sua tarefa administrativa junto ao rei D. Pedro II foi de extrema relevância e atuação no combate a forte crise econômica que o levou ao suicídio. D. Pedro II pensou em renunciar à Coroa, abdicando da filha D. Isabel em quem viesse a ser seu marido.

Assim a atividade cultural desse momento histórico inspirou uma época de crise com esperança de renovação. Tanto a política interna quanto à externa resplandeciam nas manifestações literárias, nas artes plásticas, na pintura religiosa e na arquitetura religiosa e civil em que o barroco seiscentista, com toda a sua sobrecarga de decoração ornamental, teve entre Portugal e o Brasil o seu período áureo.

Entretanto, quem levou essa ordem cultural barroca ao seu apogeu e divulgação foi no reinado Joanino com a abertura a novas mentes da elite política com experiência de outros cenários internacionais.

Na arquitetura, temos um monumental prédio de estilo barroco o Convento de Mafra, a Biblioteca da Universidade de Coimbra também ao gosto barroco.

Na pintura, D. João acolheu vultos do Maneirismo italiano como Vicente Bacharelli e do Rococó como Duprat e Quilliard, o aqueduto das Águas Livres (para fornecer água em Lisboa), o edifício dos Clérigos no Porto.

Para tantas edificações, o que não ocorreu na economia do reinado antecedente, aconteceu, nas últimas décadas do século XVII, a descoberta do ouro

⁸ Instituição de direito público complementar da monarquia hereditária para funcionar quando a pessoa do rei se encontra impossibilitada de exercer as funções da Coroa.

no Brasil. Nesse reinado, o ambiente histórico se configurou em outro perfil.

Na literatura, o momento histórico da época português revela *a luta entre a velha ordem nobiliárquica, apoiada na repressão Inquisitorial e as novas forças de mentalidade burguesa trava-se sob roupagens estilisticamente barrocas*, comenta Saraiva e Lopes (s.d, p. 445).

Como se pode ver, a produção literária continua a ser de origem clerical. A linguagem passa ser de estilo rebuscado com hipérboles, anacolutos e sinédoques para expressar as novas alegorias que exprimem prudência e ousadia.

Apesar das inúmeras obras publicadas neste período, não se chegou a formar uma instituição acadêmica comparável a Academia Francesa, fundada em 1634. A barreira de tudo isso ainda se encontrava na filosofia adotada por Portugal que seguia rigorosamente a doutrina peripatética (filosofia aristotélica renovada com experimentos modernos.)

Na educação, o reinado de D. João V, foi possível observar as ideias modernas se manifestarem por meio de algumas congregações. De formas embrionárias, mas estiveram presentes. Essas ideias vieram tomar o espaço que antes era reservado exclusivamente à escolástica aristotélica, defendida pelos filósofos e teólogos da Escola Conimbrense. Assim, na educação escolar havia uma disputa entre jesuítas e a congregação dos oratorianos assim como os membros da escola de Port-Royal.

Conforme Cambi (1999), a Congregação do Oratoriano remete aos princípios educativos de São Felipe de Nery e às orientações racionalistas de Descartes. E os membros da escola de Port-Royal têm como objetivo principal elaborar seus princípios didáticos a partir da lógica cartesiana para a aquisição da capacidade de julgamento. Seus principais membros foram Claude Lancelot e Antoine Arnauld. Assim, como se podem observar ambas as linhas pedagógicas se opõem à pedagogia jesuítica, combatendo seu dogmatismo escolástico.

Diante desse quadro educacional, as novas propostas pedagógicas foram se infiltrando gradualmente na educação portuguesa. No ano de 1668, a congregação dos oratorianos foi introduzida pelo Padre Bartolomeu do Quental.

Para por em prática os novos modelos pedagógicos, o rei mandou construir escolas. Segundo Fávero (1996), a partir de 1708 os alunos oratorianos passaram a ter os mesmos privilégios dos alunos jesuítas, acirrando mais ainda a disputa entre as duas linhas pedagógicas.

Cambi (1999) afirma que já existia a articulação entre escola elementar, escola média ou secundária e a instrução superior ou universitária que se abriram as profissões liberais.

Em Portugal, era imprescindível o desenvolvimento de indústrias de guerras e preparação de técnicos especializados na engenharia, na química e na balística. Ainda a preparação de cartógrafos para delimitação de fronteiras assim como de médicos (Saraiva e Lopes: s.d).

Segundo a História de Portugal Mattoso (1998), o grande investimento de D. João V em matéria diplomática na Europa foi a conquista da paridade de tratamento com outras potências católicas no seu relacionamento com a Santa Fé. Em 1716, o Papa Clemente XI pediu ajuda a Portugal contra os turcos. Essa ação benemérita levou D. João V mais tarde a um título chamado *Rei Fidelíssimo*, em 1748.

Enfim, esse espírito geral de Portugal com relação à Europa foi marcado sob certos aspectos como se pôde verificar pela disputa e consolidação de dinastias tanto a espanhola assim como a de Portugal. Com relação a Portugal, essa dinastia só se consolidou com reinado de D. João V num governo absolutista com abertura para as mentes ilustradas. Esse é o parâmetro de Portugal com relação à Europa. Agora se verá o seu relacionamento com sua colônia brasileira.

2.1.2 Portugal com Relação ao Brasil

No reinado de D. Pedro II, assim como no de D. João V, as relações de Portugal com sua maior colônia foram estritamente econômicas. Com D. Pedro II, a economia era baseada na agricultura. Só na última década do século XVII, essa economia passou ser de preferência aurífera (Saraiva e Lopes, s.d).

Um de seus melhores exploradores foi Borba Gato, chamado de *Governador das esmeraldas*, cuja descoberta das minas, por volta de 1698 atraiu muita gente do

Brasil, de Portugal assim como de outros países. A procura foi tanta por minérios, que eclodiu uma guerra sangrenta entre paulistas e não-paulistas com o nome de Guerra dos Emboabas (1708-1709). O conflito só aliviou quando Portugal colocou ordem, criando e separando capitanias e impondo ordem judicial e fiscal.

Para manter a ordem, o Estado português ditou regras judiciais e fiscais: primeiro para garantir a ordem e segundo para arrecadar os impostos.

Devido à procura de ouro e de outros metais preciosos assim como de outras atividades econômicas, a pecuária decaiu. Entretanto, a produção de tabaco, a criação de gado, o comércio dos couros, a imigração de escravos vindos da África para o Brasil continuaram sendo as bases da economia brasileira.

Com relação ao número de escravos importados da África, foi insuficiente para o abastecimento da lavoura de cana-de-açúcar. Para resolver o problema de imediato, os senhores de engenho exigiam de seus capatazes o trabalho dobrado dos escravos, o que os levava a fugir e a se agrupar em quilombos.

Assim, a produção açucareira escasseou e os senhores de engenho exigiram a captura dos fugidos. Nesse conflito de escravos e senhores, eclodiu a destruição dos quilombos e, particularmente, o do Quilombo dos Palmares entre os anos de 1694 a 1695 em Pernambuco.

Os principais centros do momento foram Rio de Janeiro, que ultrapassou a antiga capital São Salvador da Baía, Minas Gerais (que formou cidades históricas como Ouro Preto, Sabará, São João d'El -Rei, Mariana).

Como o crescimento da população, um bom motivo animava os portugueses de comércio com o Brasil: exportação de vestuários em lã e em seda, vinho, azeite, tabaco, aguardente.

A exploração do ouro no Brasil foi um alto empreendimento português. O seu apogeu se deu na gestão de D. João V. Só que essas reservas não foram tão aproveitadas na economia portuguesa, porque uma grande parte já estava comprometida em pagar os déficits da relação com sua parceira inglesa. E a reserva restante foi aplicada em investimentos culturais.

As relações da metrópole portuguesa com a colônia brasileira tornaram-se satisfatórias e rentáveis após a descoberta de ouro. Se não fosse o tratado de Methuen com a Inglaterra, Portugal poderia ter sido uma grande potência econômica da época. Veja o que Garcia (1984, p. 159) nos diz sobre a quantidade de ouro tirada do Brasil:

Milhares de quilos de ouro foram então levados do Brasil. As saídas eram irregulares, de 725 kg em 1699 até ao seu máximo, 25000 kg, em 1720. A média durante a primeira metade do século era entre 4000 e 14000 kg por ano.

Devido à grande procura do metal valioso nas regiões, um grande afluxo de exploradores forasteiros e várias expedições bandeirantes disputam as regiões que, conseqüentemente, culminou na Guerra dos Emboabas.

Enquanto o foco comercial estava voltado para a extração de minérios, a lavoura arruinava-se em fins de século XVII e princípios do seguinte. Além do desinteresse pela agricultura, os que ficaram cuidando da terra, como os proprietários rurais, não obtinham os lucros merecidos, pois os negociantes portugueses oneravam os seus preços.

Essa situação econômica dos proprietários rurais tornou-se intolerável. Foram se endividando a ponto de provocar várias guerras. Assim, entre os anos de 1710 e 1711 eclodiu a *guerra dos mascates*. A primeira em S. Sebastião no Rio de Janeiro e a outra maior em Pernambuco. Como alternativa para acabar com o conflito, o rei enviou uma armada portuguesa e expediu novas capitanias para por ordem nas regiões.

Na capitania de Pernambuco, havia dois núcleos rivais econômicos importantes que chamou a atenção da Metrópole: Olinda e Recife. A guerra ocorreu devido ao reconhecimento de crescimento de Recife pela Metrópole e que lhe concede o título de Vila, independente agora de Olinda. Esta não aceitou a medida do governo português e se rebelou. Olinda foi o primeiro núcleo urbano da capitania de Pernambuco formada por nobres aristocráticos que tinham um status perante a Metrópole. Recife era formada por burgueses portugueses e brasileiros mais modestos que cresceram durante a conquista holandesa por Maurício de Nassau.

Essa guerra, assim como outras que ocorreram no momento, significou que os colonos, os proprietários nascidos no Brasil não estavam mais se curvando ante as Câmaras que impunham benefício somente para si. Queriam direitos compatíveis aos dos nobres aristocráticos. Assim, como diz Prado Junior (41):

(...) o choque destas forças contrárias assinala a contradição fundamental entre o desenvolvimento do país e o acanhado quadro do regime de colônia. Dêle vai resultar a nossa emancipação.

No meio desses problemas político-econômicos, ocorreram outros que são complementares. Um deles é a escassez da mão-de-obra.

Em meados do século XVII, foi crescendo uma revolta de colonos e comerciantes contra a Companhia de Jesus no Maranhão. Os padres conseguiram, por ordem do rei, promulgar uma lei que dava liberdade aos indígenas, assim como estabeleceram penalidades aos colonos e comerciantes que os escravizassem.

Para atender às reclamações dos colonos, o rei criou a Companhia de Comércio do Maranhão, em 1682, que obrigava a trazer da África 500 escravos anualmente. Em troca, o estanco do trigo, azeite, vinho e bacalhau teriam uma nova organização.

Assim, foram organizadas rotas escravas para suprir as necessidades dos colonos. Navios negreiros trouxeram a mão-de-obra de vários lugares da África assim como da Ásia.

Um fato importante com relação à política territorial do Brasil ocorreu no sul do Brasil no mesmo contexto da Guerra de Sucessão da Espanha. Por meio de Tratado de Utreque, a Colônia do Sacramento foi devolvida a Portugal. Essa região fica na divisa do sul do Brasil com o Uruguai por meio do Rio da Prata.

Foi uma região de muitos conflitos de tomadas e retomadas durante séculos entre Portugal e Espanha por ser economicamente importante. Para Portugal, foi caminho para o comércio da prata que vinha de Buenos Aires assim como cidade portuária para o comércio de couros.

Culturalmente, o Brasil não oferecia muito estímulo à atividade intelectual. O final do século XVII e início do século XVIII foram marcados por vestígios do barroco europeu. Segundo Bosi (1984), é possível observar esses vestígios da poesia barroca nas obras de Gregório de Mattos, Botelho de Oliveira e Sebastião da Rocha Pita.

A única academia que compreende o nosso período estudado é a dos Esquecidos fundada pelo vice-rei na cidade de Salvador, Vasco Fernandes C. de Menezes. Entretanto, os acadêmicos dessa academia eram considerados esquecidos pela Metrópole. Era formada por nobres, padres e militares com o intuito de se dedicarem à literatura e à história do Brasil (Orlandi; 2001).

Segundo Bosi (1984), desenvolvia-se um estilo colonial-barroco nas artes plásticas e na música, que só se tornou uma realidade cultural após a exploração das minas que permitiu o desenvolvimento de centros urbanos em Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

Embora a Metrópole tenha se servido das riquezas do Brasil, o século XVII e início do século XVIII registraram uma relativa identidade nas artes arquitetônicas e decorativas brasileiras. Essas marcas de identidade tornaram-se mais visíveis na proliferação de igrejas que se desenvolveram, sobretudo em Minas Gerais e Pernambuco.

Assim, finaliza-se esse item e iniciam-se algumas questões ortográficas desse período. Do que está sendo exposto sobre a contextualização do momento histórico-intelectual da época de Rafael Bluteau, percebe-se que esse momento se reflete, sem dúvida, nas obras dos escritores da época, em particular, na ortografia.

2.2 A Ortografia da Língua Portuguesa no Contexto Histórico-Cultural

Nesse item, serão abordadas as contribuições ortográficas de alguns ortógrafos, assim como se mencionará por onde se expandiu a língua portuguesa no mundo.

Além das contribuições Fernão Oliveira, João de Barros, Duarte Nunes de

Leão nos séculos XVI e parte do XVII, outros estudiosos propuseram normas ortográficas no período em que estamos pesquisando que vai de 1668 e se estende até o ano de 1734. Assim, para registrar a história da ortografia portuguesa desse momento, serão comentadas as principais propostas dos ortógrafos portugueses e apontar em que medida eles contribuíram para a normalização ortográfica.

2.2.1 Uma Breve Amostra do Registro Gráfico da Ortografia Portuguesa por meio das Produções Portuguesas

O momento histórico em que se estuda é conturbado por estar situado na transição de vários fatores históricos e culturais decisivos que já se mencionou nos itens acima. Como o momento que se está investigando (de 1668 a 1734) foi propício para a abertura de uma nova era, a língua não poderia ter ficado à parte, sem as infiltrações dessas influências. Assim, como o tema desta pesquisa é sobre ortografia, é de extrema relevância mostrar em que situação ela se encontra nesse período.

Para tanto, serão comentadas as principais dificuldades ortográficas encontradas pelos ortógrafos, no que diz respeito ao uso das letras representando os sons. Sabe-se que esse problema advem de épocas bem remotas da história da língua, devido à confusão na transliteração de algumas letras do latim para o português. Por esse motivo, a ortografia portuguesa passou por grandes transformações apesar dos esforços dos ortógrafos em normatizá-la. Assim, abrem-se mais uma questão: em que medida os ortógrafos deste período procuraram estabelecer uma ortografia mais regular, já que eles mais desejavam era uma uniformização.

A principal questão ortográfica desse período foi o de mediar entre a ortografia fonética de João de Barros e a ortografia etimológica de Duarte Nunes de Leão.

É importante salientar que serão examinadas apenas algumas questões ortográficas que estão envolvidas no período em questão. Assim, sem a pretensão de esgotá-las, far-se-á uma apresentação das letras do alfabeto (algumas

consoantes) que causa mais dificuldades, devido à variedade de sons que umas letras são obrigadas a ter.

1 - Letras que se empregam como o som do *k*

Franco Barreto emprega, na sua obra *Orthografia da Lingva portuguesa* (1761), a letra **C** e o grupo <qu> para representar o som do *k*. Para tanto, segue a seguinte proposta:

- utiliza a letra **C**, antes das vogais <a>, <o> e <u>. Ex. *capa, cota, cura*, etc;
- utiliza o grupo <qu>, antes de todas as vogais, exceto antes de <o> e <u>: *qual, quadra, quando* (com o *u* pronunciado), *quinhentos, que, querer*, etc.

Já Madureira Feijó, na sua obra *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza*, publicada em 1734, tem uma proposta diferente para a pronúncia do *k*. Além do som do *k* representar a letra <c> e o grupo <qu>, pode representar o grupo <ch>.

Propõe, que antes das vogais <a>, <o> e <u>, escreva-se com a letra <c>. Ex. *caco, coco, cuco*, etc. Com relação ao grupo <qu>, Madureira Feijó alerta para a possibilidade de esse grupo ter som diverso. Em outras palavras, a letra **U**, que acompanha o <q>, pode vir a ser pronunciado ou não. Caso ocorra o *u* líquido⁹, Feijó propõe que se escreva com a letra **Q**. Por exemplo: *quarenta, quantidade, quanto*, etc.

Além da letra **C** e do grupo <qu>, Feijó também emprega o grupo <ch> com o som de *k*. Para ele, esse emprego só em casos de palavras de origem latina. Por exemplo: *Monarchia, chimera, Parochia, chaos, choro*, todas com o som de *k*.

Foi muito criticado por seguir essa postura de base etimológica. Ele não levou em consideração o significado de algumas palavras, como se observa na palavra *choro*, que, se for pronunciada com o som de *k*, significará *coro*. Entretanto, se for pronunciada com o som de *x*, a palavra *choro* significará *pranto*.

Outro ortógrafo, desse período, que não se pode deixar de mencionar é Jerônimo Contador de Argote. Na obra, *Regras da Lingua portugueza, espelho da lingua latina ou Disposiçam para facilitar o ensino da Lingua Latina pelas regras da*

⁹ É a perda do som vocálico do <u> que acompanha a letra **Q**.

portuguesa, Argote também utiliza as letras <c> e <qu> para representar a pronúncia do **k**.

Para ele, o som do **k** possui duas grafias: com a letra <c>, antes das vogais <a>, <o> e <u>; com o grupo <qu>, antes de todas as vogais.

Apesar de saber utilizar esse grupo de letras, não explica a sua variação de pronúncia.

2- Letras que se empregam com o som do g velar.

João Franco Barreto na sua *Orthographia da Lingua Portugueza* (1671), parece entender o seu valor velar, visto que chama a letra <g> de *ga*. Porém, quando essa letra vem precedida de <u>, formando o grupo <gu>, parece ter uma dupla grafia: ora escrevem-se palavras com <gu>, ora com <go>: *lingua/lingoa; linguagem/lingoagem*. Franco Barreto parece exercer influência das grafias de Duarte Nunes de Leão visto que este escrevia *lingoa* e *lingoagem*.

Outro ortógrafo, desse período, que não se pode deixar de mencionar, é Jerônimo Contador de Argote (1721). A pronúncia do **g** (velar) escreve-se com a letra **G**, antes das vogais <a>, <o> e <u>. Assim: *ga, go, gu*.

3-Letras que se empregam com o som do g palatal.

O uso da letra, representando essa pronúncia é bastante polêmico e controverso. Na verdade sempre foi, porque nesse período, tanto pode ser representado pelas letras **G** e **J**, assim como pela letra **I** latina. Por essa razão, causam confusão até hoje.

Franco Barreto (1671) adverte na sua *Orthographia da Lingua Portugueza* que se deve ter cuidado, porque seu som pode causar confusão com a letra **J**. Para não confundir, adverte que se deve seguir a origem e a analogia das palavras. Mas, adverte ele, escrever palavras, seguindo a origem, não é tarefa fácil para quem não tem um conhecimento da origem de algumas palavras.

Na gramática de Jerônimo Contador de Argote (1721), o som do **g** (palatal) deve ser grafado com a letra **G**, antes das vogais <e>, <i> sem o **U**, adverte; outra letra que ele utiliza para representar esse som é a letra **I** latina em palavras como *loão* (João).

Infelizmente, nenhum dos ortógrafos dessa época seguiram Álvaro Ferreira de Vera na sua *Ortographia* (1631) que utilizou o som do **g** (palatal) com as letras **J** e **G**. Todos adotaram a proposta de Leão (1576), empregando as letras **I** (*i consonântico*), **J** e **G** representando tal som. Mas, na disputa entre etimologista e foneticista vence nesse período, os etimologistas.

A respeito da proposta de Vera, o sistema por ele adotado foi um tiro certo para acabar com a confusão do uso indevido do **I** (*i consonântico*) como representação do som do **g** palatal.

4– Letras que se empregam com o som do s sibilante surda.

Nos estudos ortográficos de Bento Pereira, o som do **s** oscilou entre as letras **Ç** e **S**. O motivo da variação justifica-se devido à produção de diversas edições de obras ortográficas. A Prosódia, a Arte da Língua Portuguesa, o *Thesouro* da Língua Portuguesa foram as mais requisitadas e estudadas. Nesse conjunto de obras, todas foram editadas em épocas diferentes. Assim, algumas regras ortográficas foram sendo alteradas a cada impressão e a cada nova produção ortográfica.

Dessa forma, é de se esperar que se encontre nas suas primeiras obras diferenças nas regras. Na sua Prosódia, a pronúncia do **s** é representada pela letra **Ç** em palavras como *çujidade* e *çujo*; entretanto, na sua Arte de Língua Portuguesa, esses mesmos sons foram escritos dessa forma: *sujidade* e *sujo*. Tais grafias duplas se explicam por estar mais próxima da pronúncia das palavras e por seguir as regras da analogia, cujas palavras *sujidade* e *sujo* se originam da palavra latina *sordes*.

Com relação ainda ao som do **s**, Pereira (apud. Bluteau: 1728), além de usar a letra **S**, usa um símbolo curioso na representação desse som. A palavra *são*, por exemplo, tal ortógrafo escreve também *ſão*, ou seja, utiliza duas letras (**S** e **ſ**) para representar o som do **s**. Mas Pereira não foi o único a grafar esse som, usando a letra “ſ”. Uma legião de adeptos adotaram tal grafia. Além dessa, outras palavras possuíam duas grafias na sua obra. Porém, não serão vistas nesta

¹⁰ Sobre esse som, Leão (1576, p. 19) na sua *Ortografia da lingua portuguesa*, diz o seguinte: (...) ainda que os vulgares figurem em seus alfabetos assim <f. s > é uma só letra. “Porque effa differença he para a graça da ſcriptura, mas não para fazer differença na pronunciação.

pesquisa.

Já Franco Barreto representa a pronúncia do **s** com três letras diferentes conforme o caso:

- com a letra **C** antes das vogais <e> e <i>;
- com **Ç** antes das vogais <a>, <o> e <u> (p.123);
- com o **s** *singelo*, representado pela letra **S**. Tal letra pode vir no princípio de dicção: **sal**, **sino**, **sol**, **suor** etc; e no meio de dicção, depois das consoantes **B**, **L**, **N** e **R**: **abstinencia**, **balsamo**, **sansonete**, **persiguiçã** .

Ele sugere que no uso da letra **S**, deve-se seguir a origem para desfazer a dúvida do uso do **Ç** ou do **S**.

A letra S, antes de A letra E M, P, T,

Barreto (1671) não admite que se iniciem palavras com a letra **S**, cujo segundo elemento é uma das seguintes consoantes: **M**, **P**, **T**. Dessa forma, não admite que se escrevam as seguintes palavras: *smeralda*, *scrito*, *spelho*, *star*, *statua*; mas que introduza a vogal <e> no seu início. Assim, escreve *esmeralda*, *escrito*, *espelho*, *estar*, *estatua*. Para ele, o **S** é letra e não *soído* como admitem alguns escritores portugueses nesse caso.

Na gramática de Argote (1721), o som do **s** é representado pelas letras **C** antes das vogais <e> e <i> e do **Ç** antes das vogais <a>, <o> e <u>.

Além desses usos, Argote observa um fenômeno linguístico: o emprego da letra **Z**, representando o som do **s** no final de palavra. Porém, não explica mais que isso em sua ortografia. Apenas lista uma série de palavras, exemplificando o fenômeno: *costumaz*, *rapaz*, *revez*, *feliz* (p. 17, L. 26).

João Madureira Feijó (1734) utiliza a letra **C**, antes de <e> e <i>; a letra **Ç**, antes de <a>, <o> e <u>, e compreende a dificuldade de se empregar uma letra correspondente a esse som. Segundo ele, a sugestão para tal som é propor uma regra certa para empregar uma letra que o represente. Para amenizar semelhante problema, Madureira propõe, na sua *Orthografia*, duas maneiras de representá-lo: usa-se o **Ç**, tanto no meio, quanto no fim da sílaba; usa-se o **C**, antes de <e> e <i>; o **S**, no início e antes de qualquer vogal.

Com relação às letras **C** e **Ç**, Madureira comenta o emprego dessa forma: (op. cit. 43):

humas vezes sôa na pronunçiação como C v.g. CE, CI, e outras sôa como Q, v.g. Ca, Co. (...) O C antes de A, O, U... sempre sôa quasi como Q ou como o K dos Gregos. (...) Mas escripto com huma plica por baixo... sempre sôa como C antes de A, O, U: v.g. Faça, Faço, Açúcar.

Com relação à dificuldade de usar o **S**, usa-se, no seu lugar, a letra **Ç**. Ele dá essa sugestão para

os que não sabem diversificar o C do S pela sua pronunçiação, dizem os Orthografos, que não ha regra mais certa, do que observar as regras Latinas, e escrever por imitação .v.g.: cidade, cidadão escrevemse com C, porque os Latinos escrevem Civitas, Civis. (p. 45)

Com relação à dúvida de se escrever com **C** ou com **Ç**, Madureira justifica da seguinte forma:

A duvida... he assignar regra certa para sabermos quando, e que palavras se hão de escrever com C, ou com S; porque dizem elles, que o Coi como C, o S , se aquivoçaõ no som da pronunçiação, e fica a duvida, se havemos de escrever C, apato v.g. ou Sapato (p. 44).

5 – Letras que se empregam com o som z.

Conforme a ortografia de Franco Barreto (1671), o som do **z** pode ser usado com o **s** *singelo*; com a própria letra **Z**; com **X**.

Com relação ao **s** *singelo*, deve-se colocá-lo no meio de dicção entre vogais: Ex. *ocasiã, riso, uso*. Porém, nos alerta que há palavras que se escrevem com o **Z**: *avareza, tristeza, nobreza*. Assim, para resolver essa dificuldade, Barreto propõe algumas regras:

a) Como usar o **s** *singelo* entre vogal com sóido de **z**:

- que se considere a origem dos nomes e derivados de vocábulos latinos, como nos exemplos: *ocasiã* provem de *occasio*; *riso*, de *risus*; *uso*, de *usus*. Ele explica que o vocábulo *casa* é latino e, por essa razão, escrevem-se as palavras que derivaram dele dessa forma: *caseyro, casa*.

- Quando o nome latino acabar em *-sio*. Ex: *conclusã*, (*de conclusio*), *defensa*, (*de defensio*), *confusã* (*de confusio*), *divisa*(*de divisio*).

- Quando o nome latino termina em *-as*. Ex: *asa* (*de ansa*), *causa* e *causar* (*de causa*), *mesa* (*de mensa*).

- Nomes que nascem do participio como *clausula* (*de clausus*).

- E se escreve como os latinos: *fermoso*, *amoroso*, *glorioso*, *vitorioso*.

b) Quando usar a letra **Z** com o som do **z**

Deveria ser mais fácil seu emprego devido à letra ter o seu mesmo som. Mas Franco Barreto diz que é mais difícil elaborar uma regra certa e sugere que se escreva com a letra **Z** da seguinte forma:

- Escreve-se com a letra **Z** os nomes femininos derivados de outros: *avareza*, *de avaro*; *alteza*, *de alto*; *bruteza*, *de bruto*; *careza*, *de caro*; *certeza*, *de certo*; *franqueza*, *de franco*.

- Escreve-se com **Z** todos os nomes, que, na última sílaba, tiveram acento sobre a vogal, ou seja, substantivos ou *adjetivos próprios ou apelativos* de qualquer qualidade: *arganaz*, *albernoz*, *arroz*, *axadrez*, *algoz*, *capaz*, *cruz*, *eficaz*, *féz*, *foz*, *luz*, *matiz*, *nariz*, *perdiz*, *rapaz*, *verniz*, *voz*; e ainda *Frácez*, *Ormuz*, *Portuguez*. Excetuam-se aqueles nomes que trazem um **S** no final, porque semelhante letra representa o plural dos nomes portugueses.

- Também se escreve com **Z** as terceiras pessoas do presente do indicativo dos verbos *faço* (*faz*), *digo* (*diz*), *jazo* (*jaz*), *trago* (*trazer*). A primeira pessoa do pretérito do verbo *ponho* (*puz*) e seus derivados, também se escreve com **Z** no final.

- Escreve-se com **Z**, os numerais de dez até trezentos. Ex: *dez*, *onze*, *doze*, *treze* (p.177).

- Escreve-se com **Z**, os nomes patronímicos portugueses como *Alvaro-Alvarez*, *Fernando-Fernandez*; *Marcos-Marquez*; *Sancho-Sanchez*, *Pedro*, *Pero-Pirez*, *Perez*.

c) Quando usar a letra **X** com o som de **z**:

Com relação o **X**, Barreto diz que se toma a sua pronúncia dos latinos e se escreve dessa maneira: *exemplo*, *de exemplum*; *exame*, *de examen*; *exercito*, *de exercitum* e semelhantes.

Um fenômeno linguístico curioso e polêmico Franco Barreto levanta sobre a letra **X**: a possibilidade de tal letra ter mais dois sons. Na página 173 de sua

Orthografia, Barreto chega a exemplificar novas pronúncias para a letra **X**, porém não as explica. Apenas diz que os franceses, italianos e outros escreviam no lugar do **X** a letra **S** (no início de dicção) e o <ss> (no meio dessa). Logo em seguida, na mesma página diz *se nós pronunciamos como os Arabes, devem os Arabes pronunciar como os Latinos, ou os Latinos como os Arabes*.

Só que Barreto já havia dito, na página 172, que os latinos antigos pronunciavam a letra **X** com os sons de **cs** e **gs**; e havia dito também que os ortógrafos portugueses disseram que se pronuncia conforme os árabes. Agora, mostrando as palavras dadas por ele, tais como *Senophonte* (de Xenofonte), *crucifisso* (de crucifixo), *massimo* (de Maximo), não teria ele nos apontado a existência dos sons **cs** e **s** ?

Para Argote, a letra **S** tem som de **z** em muitas palavras. Porém, não propõe regras como Barreto. Apenas exemplifica. A razão dessa atitude de Argote é porque seus objetivos estão centralizados num modelo pedagógico.

6 - Letras que se empregam com o som do x.

Esse som pode ser representado tanto pela letra **X** ou pelo grupo <ch>. Entretanto, há uma polêmica e uma dificuldade na hora de escrever <ch> ou **X**. A polêmica é sobre a representação do som do **x** pelo grupo <ch>, visto que alguns ortógrafos, desse período, representam-no, ora por som de **k**, ora por som de **x**. Haja vista quais os ortógrafos que admitem tais fenômenos linguísticos:

Franco Barreto utiliza tanto o <ch>, quanto o **X** para representar o som do **x**: *chapeo, cheiro, choro, Xenofonte, Xerxes*.; Jerônimo Contador de Argote também faz o mesmo uso. Madureira Feijó admite o **X**, porém não admite o grupo <ch> na representação do som do **x**. Em suma, temos dois que segue a ortografia fonética e um que segue a ortografia etimológica.

7- Letras que se empregam com o som de f, t, r

Na ortografia de Franco Barreto, os sons **f, t, r** são representados pelas letras **F, T, R**. Não admite grupos consonânticos gregos: <ph>, <th> e <rh>.

Já Bento Pereira, Jerônimo Contador de Argote e Madureira Feijó admitem a escrita etimológica. Escrevem <ph>, <th> e <rh> para representar dos sons de **f, t, r**, respectivamente. São considerados ortógrafos de tendência etimológica.

Considerando-se o que foi exposto, verificou-se que as questões ortográficas apontadas pelos ortógrafos não apresentam uma uniformidade. Encontraram-se, nesse contexto, um de tendência fonética (Franco Barreto) e quatro de tendência etimológica (Álvaro Ferreira de Vera, Bento Pereira, Jerônimo Contador de Argote e Madureira Feijó).

2.2.2. Domínios da Língua Portuguesa no Século XVIII

O domínio da língua portuguesa, no mundo, tem a ver com a sua expansão territorial que ocorreu nos continentes asiático, africano e americano. Dentro do período que se estuda, não se encontraram as mesmas circunstâncias da época dos descobrimentos, visto que a nação portuguesa passou por 80 anos nas mãos da Coroa Espanhola.

Em função desse acontecimento, os desbravadores de terras distantes não receberam estímulos suficientes para saírem à procura de riquezas em outros lugares. Não havia a presença de um rei legítimo português que se interessasse pelos assuntos do reino e pelos problemas do povo português.

Assim foram os sessenta anos de dependência espanhola: perdas das suas colônias asiáticas, africanas e por pouco quase a sua maior colônia na América Portuguesa.

Com relação ao Brasil, várias tentativas foram feitas para se colocar em prática o ensino da língua portuguesa na colônia. Em 1701, o rei D. João V escreveu ao governador geral do Brasil, que na época era D. João de Lencastre, falando sobre os seminários para os índios em língua portuguesa executados pelos missionários. (Silva Neto; 1963; 81).

Jerônimo Contador de Argote (1721, p. 300) alude o seguinte sobre os dialetos ultramarinos: *Há os dialectos ultramarinos e conquistas de Portugal, como Índia, Brasil, etc., os quaes tem muytos termos das linguas barbaras e muytos vocabulos do portuguez antigo.*

O governador Alexandre de Sousa Freire elabora uma carta direcionada ao para Superior das Missões dos Religiosos da Companhia de Jesus do Estado do Maranhão. Nessa carta, comentava a possibilidade de ensinar aos índios a língua portuguesa. Apesar dos esforços do governador, os colonos não demonstraram nenhum interesse pela causa assim como os próprios jesuítas.

Devido à ausência de governantes na maioria delas, as colônias estiveram à mercê dos franceses, holandeses e ingleses que disputavam o variado mercado.

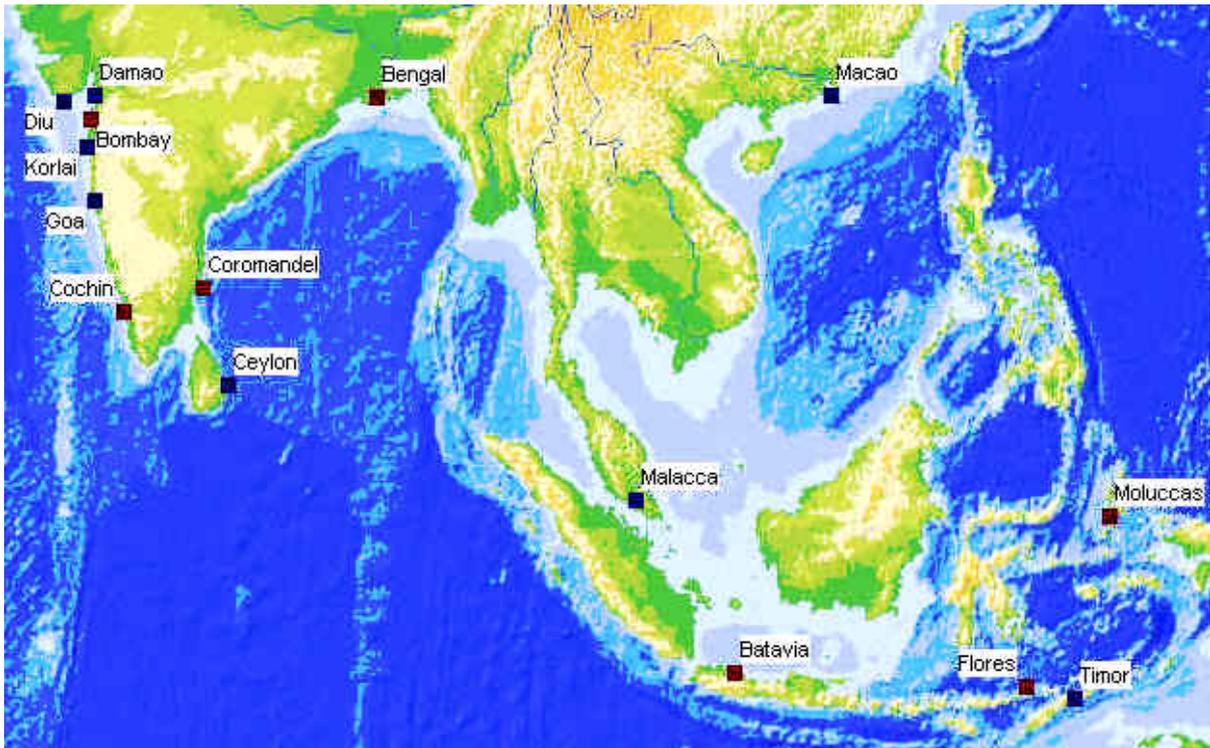
No dizer de Maria Helena Mira Mateus (2002: 16), *o português foi língua de expansão cuja difusão ocorria naturalmente no trato do comércio, na dominação dos escravos, na construção do império*. Essa proposição foi o objetivo na época dos descobrimentos. Poderia ter sido seguida, senão tivesse ocorrido a fusão das duas Coroas.

Após a restauração da monarquia e a regência e reinado de D. Pedro II, a nação portuguesa voltou, porém, a ocupar espaço, lentamente, nas decisões políticas. A Coroa Portuguesa precisava recuperar o atraso e tirar a nação da crise econômica que se mostrava visível. O objetivo maior não era somente a dilatação do império, mas a expansão comercial para abastecer a economia do país.

Uma das atitudes da Corte Portuguesa foi reaver as suas colônias. Para isso, teve que elaborar e organizar rotas marítimas em busca de especiarias e, principalmente, de escravos nos continentes africanos e asiáticos.

Não foi fácil mantê-las longe de outras Coroas. Assim, devido a tantas invasões, foram perdendo espaço, principalmente, as que se encontravam nas regiões asiáticas e africanas.

No final do século XVII e início do século XVIII, restaram as colônias de Cabo Verde, Cacheu, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, as possessões portuguesas nas Índias (Goa, Damão, Diu) Macau e Timor Oriental. Haja vista o mapa:



E assim, conclui-se esse item que compreende a língua portuguesa no século XVIII. A seguir, a biografia e obras de Rafael Bluteau.

2.3 Rafael Bluteau: o Homem Comum e o Autor de Grande Saber Enciclopédico



Rafael Bluteau era para ter nascido na França. Não foi possível por motivos políticos. Seus pais - Os Chevaliers - prestavam serviços à Coroa Francesa e, por motivos políticos, saíram de lá indo direto para Londres. Nasceu na casa de um amigo de seu pai de sobrenome Bluteau no dia 4 de dezembro de 1638. Assim, como forma de agradecimento pela hospedagem, seu pai colocou o sobrenome do amigo em seu filho e, em vez de se chamar Rafael Chevalier, passou a ser chamado de Rafael Bluteau. Permaneceu em Londres durante seis anos, quando houve novas conturbações políticas em torno da Coroa Britânica.

No ano de 1644, saiu da Inglaterra para a França, na companhia de sua mãe, fugindo dos alvoroços que assolaram o reinado de Carlos I, após a trágica morte desse rei. Ao chegar ao solo francês, deu início aos seus estudos. Kursou Humanidades no colégio de *La Fleche*¹¹, onde aprendeu Gramática, em Reims estudou Retórica, e no Colégio de Claramonte, estudou Lógica.

¹¹ Neste colégio, René Descartes estudou e era considerado como um dos melhores colégios da França.

Após terminar o curso de Humanidades, seguiu para a Itália para doutorar-se, em Roma, nas Ciências Teológicas, já que Bluteau sempre almejou a carreira eclesiástica.

Os traços da sua biografia creditam-no como um intelectual de curiosidade intensa e de saber enciclopédico, devido às permanentes deslocações rumo aos grandes centros culturais da Europa do seu tempo. Vestiu a roupa de clérigo regular em 29/08/1664. Quando adquiriu bom prestígio na França como monge, Bluteau, por obediência ao Geral da Ordem dos Teatinos¹² foi para Portugal em 1668, com objetivo de fortalecer a propagação da religião católica naquele país.

Com essa incubência, ganhou prestígio na corte portuguesa e, graças a sua sólida amizade com a rainha D. Maria Francisca de Sabóia, mulher do rei D. Pedro II, destacou-se como um orador eloquente por saber se expressar em diversos assuntos. Assim, devido à sua assídua oratória e seus conhecimentos sobre quaisquer assuntos, Bluteau foi convocado a missões diplomáticas, no exterior, a serviço do reino português, sobretudo em embaixadas relacionadas a negociações de casamentos de príncipes portugueses.

No campo das atividades literárias, destacou-se como intermediário entre Portugal e a cultura francesa, sobretudo na difusão do magistério de Boileau, o qual virá a fornecer os cânones da crítica ao barroco literário.

Na economia do país, prestou grande ajuda ao reinado de D. Pedro II, assim como no de D. João V. Empenhou-se na instalação de manufaturas têxteis, aspirando ao fomento de uma verdadeira indústria nacional. É nesta época que ele produz a obra *Instrução Sobre a Cultura das Amoreiras, para a Criação dos Bichos da Seda* (1679-1681).

Com relação a missões diplomáticas, participou da realização de casamentos na companhia do diplomata Duarte Nunes de Macedo. Um desses casamentos era da princesa herdeira, D. Isabel, com Victor Quadêo, duque de

¹² A Ordem dos Teatinos é uma congregação religiosa da Igreja Católica fundada em Roma por São Caetano de Tiene e Gian Pietro Caraffa cujo ideal é "O Oratório do Amor Divino". A origem do nome *Teatinos* vem de *Tiene* (em latim, *Theate*). Bluteau era um Clerigo Regular da Ordem de São Caetano que seguia as regras dessa ordem.

Saboya. Não obstante, o diplomata morreu e Bluteau teve que substituí-lo até que aparecesse um novo diplomata. Esse casamento não foi realizado, devido a uma série de empecilhos, um deles, a demora das negociações.

Esses serviços, assim como outros, trouxeram-lhe problemas de relacionamentos com o povo português. Após a morte da rainha, sua protegida, o rei D. João V se viu forçado a expulsá-lo do país devido à guerra declarada entre a França e Portugal. Assim, Bluteau deixou Portugal e refugiou-se, na França, de 1697 a 1704.

Regressou a Portugal em 1704. Desta vez foi menos bem acolhido do que a primeira vez, pois se tornou suspeito ao governo português por ser tratar de um francês. Embora pressionado pela Corte portuguesa de não permitir franceses em Portugal, o rei D. João V abrigou Rafael Bluteau no mosteiro de Alcobaça, hospedando-o lá até que paz geral entre as duas Coroas sejam efetuadas, em 1713.

Foi no mosteiro de Alcobaça que Bluteau reabriu sua grande obra lexicográfica e, desta vez, para concluí-la. Chamou-se o *Vocabulario Portuguez e Latino*. Segundo Murakawa (2007, p. 173), não se trata simplesmente um dicionário de palavras, mas de algo mais abrangente *que deve ser considerado um dicionário ou um vocabulário enciclopédico*¹³.

Esse trabalho de Bluteau foi o primeiro a fixar um *corpus lexical* autorizado em língua portuguesa. Por organizar um *corpus* de 410 obras, aproximadamente, de 288 autores portugueses dos séculos XV ao XVIII, Bluteau produziu uma obra monumental baseada no conhecimento desses autores.

Consagrada a paz entre as duas Coroas, Bluteau deixou o mosteiro de Alcobaça e retornou a Lisboa. Desde então mereceu particular aceitação de El-rei D. João V, que entre outras provas e confiança ordenou que à custa da fazenda real

¹³ O *Vocabulario* possui 8 volumes, tendo a seguinte publicação: os dois primeiros volumes, em 1712; os volumes III e IV, em 1713; volume V, em 1716; os volumes VI e VII, em 1720; e o Volume VIII, em 1721. Além desses oitos volumes, foram publicados mais dois volumes de suplementos nos anos de 1727 e 1728. Apesar de ter sido publicada somente em 1712, antes de junho de 1698 a obra já tinha sido composta. Foi e é uma obra de grande apreciação pelos lexicógrafos e serve de modelos para as futuras publicações.

fossem impressas todas as suas obras, e o nomeou membro da Academia Real de História no ano de 1720.

É importante ressaltar que o Padre Rafael Bluteau já fazia parte, como um dos membros da Academia dos Generosos, dos Aplicados, das Conferências Eruditas antes de ser mandado de volta para a França. Além destas e outras ocupações, Bluteau foi, durante alguns anos, Prepósito¹⁴ da casa de São Caetano a qual, segundo diziam, governou com grande prudência e acerto.

Morreu aos 95 anos. Seus anos de vida foram distribuídos primeiramente na Inglaterra por seis anos, depois mais cinco na Itália, vinte e oito na França e por último cinquenta e seis em Portugal onde veio a falecer. Há, na Biblioteca Pública de Lisboa, dois quadros com sua imagem, pintados a óleo na sala da Contadoria da Imprensa Nacional. (Ver imagem na p. 65).

Por percorrer vários lugares devido a sua vida ativa, falava desembaraçadamente o inglês, o francês, o italiano, o português, o castelhano, o latim, o grego, aprofundando o conhecimento de todas as suas gramáticas. Como se pôde observar, Bluteau foi um homem versado em todo gênero de estudo com particular predileção pelas línguas mortas, uma delas o latim, e vivas.

2.3.1 Do Pensamento Escolástico às Ideias Modernas

Rafael Bluteau, apesar de ter estudado num colégio de jesuítas em La Fleche e de ter seguido a carreira religiosa de acordo com sua Ordem, interessou-se por ciência e por filosofia. Na Filosofia, seguiu a corrente racionalista de René Descartes¹⁵ e estudou assim como utilizou as fontes científicas de Kepler, Mariotte, Boyle, Gassendi. É possível ver a influência desses autores no seu *Vocabulário*.

De Descartes, interessou-se por seus Discursos de Dióptrica; de Kepler, pela obra Teórica dos Planetas; de Mariotte, pela obra Ensaio Físico; de Roberto

¹⁴ Trata-se de um título eclesiástico.

¹⁵ Foi considerado o primeiro filósofo moderno. A famosa proposição “Penso, logo existo” foi a base teórica para o desenvolvimento de sua filosofia. Essa filosofia consiste em que “o ato de duvidar é um ato do pensamento, sendo assim, duvida-se de tudo até que se prove a Verdade. (Discurso do Método; 2007: 26-27)

Boyle, interessou-se pela obra *História Natural*; de Gassendi, pela obra *Meteorologia* de Epicuro; e ainda, interessou-se pelas obras de Erasmo (Adágio), Vóssio (*Tratado das seitas dos Filósofos*) e outros.

Os quatro elementos do mundo, denominados por Descartes não estão de acordo com as ideias filosóficas de Bluteau. Para Bluteau o fogo não faz parte destes elementos porque é comburent e destrutivo. Entretanto, em outras circunstâncias, Bluteau segue plenamente o pensamento de Descartes ao requisitar a Geometria como fonte única de certeza científica.

Por outro lado, Bluteau é um seguidor da teoria peripatético-tomistas mais ou menos ortodoxo. No seu *Vocabulario Portuguez e Latino* (1712-1721) dá a sua contribuição revelando-a no estudo sobre a natureza da luz:

Luz. Qualidade subtilissima, que penetra os corpos diaphanos, & faz todos os corpos visiveis. As principaes propriedades da luz são alumear em hum instante toda a esphera da sua actividade, ser a mais pura de todas as qualidades, communicarse sem diminuição, manifestar todas as cores, descobrir os mais pequenos atomos, formar hum circulo, por qualquer buraquinho, pelo qual se insinue.

Mas também é um seguidor das teorias modernas. Dominava as novas ideias científicas que se proliferaram a partir do século XVIII.

Como viveu entre o século XVII e o século XVIII, sob a égide da escolástica aristotélico-tomista, Bluteau foi simpatizante das teorias de Tomás de Aquino, mas também seguiu alguns pontos da filosofia agostiniana. Com relação à escolástica, segue a filosofia peripatética moderna à maneira de seu contemporâneo Antônio de Cordeiro cujas origens modernas são cartesianas.

Apesar de sua vastíssima bagagem cultural, foi acima de tudo mais filólogo do que filósofo e cientista. Apesar de estar dividido entre a doutrina escolástica e a cartesiana, Bluteau fundamentou na de Descartes os seus estudos, sobretudo os da linguagem. Interessou-se especificamente pela significação das palavras e de sua etimologia. Muito preocupado com a significação delas, Bluteau foi considerado um

nominalista¹⁶ -conceptualista. Mas não seguia a corrente de Guilherme Occam. Para Bluteau as palavras eram como *coisas* que precisam ser definidas e sempre de maneira universal.

No Prólogo do seu *Vocabulário*, pode-se compreender o seu pensamento e tratamento que dar ao definir e descrever as palavras conforme a concepção genuína do nominalismo. Haja vista o que ele assevera ao leitor douto sobre o significado das palavras:

fosse nomes, e não cousas, e realidade e a que, por serem Authores desta falsa doutrina Anselmo Catuariense chamou Hereges da Dialectica; mas Nominaes, indagadores de substancias; Nominaes, investigadores de realidades; Nominaes, interpretes de cousas existentes; Nominaes de tudo que vem os olhos, ou vem dos ouvidos, conhecem os mais sentidos, e percebem os entendimentos; Nominaes finalmente de todas as invisiveis, e visiveis creaturas (Prólogo do autor - Ao Leitor Douto).

Como se pode observar há outras ramificações da corrente nominalista. Essa ramificação se deu devido às controvérsias entre nominalistas e universalistas¹⁷. Para a Escolástica, a controvérsia entre nominalistas e universalistas se resolveu a partir de três maneiras: pelo realismo transcendental (platônico), pelo realismo moderado (aristotélico) e pelo nominalismo-conceptualista. O período em que se estuda enquadra-se na concepção nominalista pelo realismo moderado (aristotélico). Entretanto, a filosofia seguida por Bluteau é a nominalista-conceptualista, não segue o mesmo pensamento da escola peripatética.

Segundo os Peripateticos, dos modos de saber, demonstrativos do que se ignora, o primeiro he a definição; e esta he huma oração, que explica a natureza da cousa, qualidade, que ajuda muito a adquirir sciencia, porque conhecida pela definição a natureza, ou sciencia de alguma cousa, se ver em conhecimento das propriedades, e virtudes, que della emanaõ; por exemplo, quando definindo a natureza do homem, digo, que he animal racional,

¹⁶ O nominalismo iniciou-se *oficiosamente* na Europa com Guilherme de Occam. Dedicou-se ao estudo daquilo que é imediato e imediatista, sem dar valor à essência das coisas.

¹⁷ O universalismo defende a ideia de que existem essências — dos seres ou das coisas — que as classificam de forma universal. Por exemplo, na definição o ser humano é um animal mamífero bípede, dotado de inteligência e razão, e eminentemente social, o que se define sempre é o universal, independentemente das características individuais dos seres humanos.

facilmente insiro, que he risivel; pois resulta da inferencia a demonstraçã, da qual se origina a sciencia, que he habito adquirido por demonstraçã (Prólogo do autor: ao leitor douto).

Assim, como se pode observar, reforça a sua tendência renovadora e crítica acerca do significado das palavras e acusa a escolástica de especulativa, formalista e inútil, em nome de uma orientação vincadamente nominalista moderada.

O que digo, & torno a dizer, he que para o effeito de sua instituição todos os vocabulos são igualmente bons. As palavras são espelhos do pensamento. & imagens do conceito; toda a sua excellencia he representação. (Prólogo do autor: Ao Leitor Estrangeiro)

Aproveitando os conceitos filosóficos defendidos por ele, procurou apoiar-se nos melhores lexicógrafos ortógrafos e gramáticos de grande nota tais como Bento Pereira, Cardoso, Barbosa, Duarte Nunes de Leão. Haja vista os elogios que faz acerca destes estududiosos no seu Prologo do autor na parte do leitor português:

O Padre Bento Pereira que naceo em Borba, na sua Prosodia, parece nacido em Lacio, taõ perfeitamente declara tudo, o que pertence ao latim: o Cardoso & o Barbosa, criados na corte de Lisboa nos seus dictionarios parecem naturaes da antiga Roma.

Quanto ao seu estilo de escrever, utiliza uma linguagem figurada, frequentemente, num tom de elevada erudição. Antíteses, hipérboles, hibérbatos, metáforas, proposopeias são as figuras de que mais utiliza, caracterizando o estilo barroco. Apesar de estar situado em clima barroco, Bluteau nos deixou contribuições relevantes na corte de D.João V.

Assim, o estilo e o propósito de Bluteau parecem estar imbricados sabiamente com a sociedade da sua época, revelando todos os conflitos. Se for refutar todas as influências e fontes aqui vista sobre sua posição filosófica e linguística, pode-se enquadrar Rafael Bluteau como um homem erudito eclético: peripatético moderno à maneira de Antônio Cordeiro por seguir a doutrina da escolástica que é a aristotélico-tomista; por outro lado, segue alguns pontos a linha platônico-agostiniana que desembocará na doutrina cartesiana, seguindo, ainda, uma linha nominalista-conceptualista.

Como se percebe, Rafael Bluteau segue direta e indiretamente influências e fontes das mais variadas. Por essa razão, não nos deixou um legado determinado. Porém, deixou vários pontos relevantes que vieram à tona nas gerações subsequentes.

2.3.2 Das Conferências Discretas e Eruditas à Academia dos Generosos¹⁸

Bluteau, assim que chegou a cidade de Lisboa em 1668, foi logo notado pela sociedade portuguesa, devido aos tributos de oratória. Não tardou a sua introdução na Academia dos Generosos no ano em que o Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses, teria entrado. A partir do ano de 1693, O Conde da Ericeira teria presidido a Academia sob o nome de Conferências Discretas e Eruditas. Bluteau passou a ser membro no ano de 1696, contribuindo com reflexões linguísticas que até aquele momento ainda não haviam sido considerado.

O seu *Vocabulario* foi divulgado por meio dessas reuniões. Verifica-se a sua presença constante nesses encontros nas suas *Prosas Portuguezas*, outra obra que contém vários assuntos tais como questões filosóficas, econômicas, problemas matemáticos assim como problemas que envolvem a língua portuguesa.

O conde da Ericeira motivava os membros da Academia com propostas que causassem dúvidas sobre ortografia, etimologia e gramática. Um desses propósitos era de recolher informações para a produção do *Vocabulario* de Bluteau. Depois de feitas as perguntas sobre os assuntos, havia uma votação em que todos os acadêmicos argumentavam, juntamente com Bluteau, as respostas. Essas reuniões estão registradas nas páginas *Prosas Portuguezas*.

Na primeira página, depois da dedicatória, licenças e lista de assuntos das *Prosas Portuguezas*, encontra-se o local das reuniões, data e os assuntos tratados nas Conferências. O local das reuniões era na Livraria do Conde da Ericeira, no bairro Alto, nas casas do Cunhal das Bolas. Nesse ano, a Academia foi disfarçada pelo nome de Conferências Discretas e Eruditas.

¹⁸ A notícia das primeiras reuniões regulares se deu em 1647 e 1677. Foi fundada por D. Antônio Alves da Cunha sob o nome de Academia dos Generosos que foi extinta após a morte de seu fundador.

O assunto tratado era sobre questões filosóficas, problemas matemáticos, principalmente sobre palavras da língua portuguesa. Bluteau era o conferencista que tratava da etimologia, analogia, pronúncia, ortografia e gramática. (op. cit: 1728: Vol. I, p. 2). Nessa primeira reunião, Bluteau discursou sobre algumas palavras que ele achou duvidosas para o seu *Vocabulario*. Mas propõe antes aos membros da Conferência, para que sejam votadas na segunda reunião, em que cada membro defende a sua razão.

No ano de 1717, as Conferências Discretas e Eruditas foram renovadas e passaram a ser chamadas pela segunda vez de Academia dos Generosos. O conde da Ericeira convidou vários acadêmicos renomados tais como Marquez de Alegrete, o Conde de Villarmayor, Manoel de Azevedo Fortes, O Padre D. Manoel Caetano de Sousa, o Padre D. Jerônimo Contador de Argote, D. Rafael Bluteau e outros. Nesse dia, Bluteau discursou perante os acadêmicos sobre sua participação nos assuntos da Academia dos Generosos:

Correrá por minha conta propor palavras Portuguezas duvidosas na Orthographia, ou accepção, e significado dellas, e juntamente algumas questoens curiosas para noticia de Physicas, Geographicas, ou Historicas. As propostas que eu farey em huma Academia, se resolverão em outra, e se assentarão pelo numero de votos em livro particular, como se fazia no anno de 1696 na Livraria do Excellentissimo Instituidor, que então morava no Bairro Alto. (1728: 23)

2.3.3 Obras Publicadas de Rafael Bluteau

De caráter econômico:

- *Instrução sobre a cultura das Amoreiras e Criação dos Bichos da Seda* (1679);

De caráter religioso:

- *Primicias Evangelicas, ou sermões panegyricos*, 3 volumes (1676, 1685, 1698);

- *Sermões Panegyricos e Doutrinaes* (reedição aumentada da anterior) dois volumes 1732-1735);

De caráter histórico-cultural:

- *Prosas Portuguezas Recitadas em Differentes Congressos Academicos*, dois volumes (1728);

De caráter linguístico:

- *Vocabulario Portuguez e Latino*, 8 vols. (1712-1721) e mais dois Suplementos (1727);

- *Prosas Portuguezas Recitadas em Differentes Congressos Academicos*, dois volumes (1728);

A bibliografia de Rafael Bluteau não chega a ser vasta, entretanto a de caráter linguístico, o *Vocabulario Portuguez e Latino*, é vastíssima e é considerada umas das obras mais importantes da lexicografia portuguesa, até os dias de hoje. Da mesma sorte, as *Prosas Portuguezas* também são consideradas relevantes, por tratar de diversos problemas da língua portuguesa, apesar da mistura de temas que não são linguísticos. Assim, essa obra será sintetizada no próximo item desse capítulo.

2.3.4 Síntese das Prosas Portuguezas.

É possível observar, nas *Prosas Portuguezas*, o clima de opinião do período em que Bluteau ingressou em Portugal, por se tratar de uma obra de natureza histórico-cultural e político-econômica. Apesar dessa imensidão de assuntos, destacam-se, nessa síntese, mais os assuntos referentes à língua portuguesa.

Para começar, contém 804 páginas numeradas, distribuídas em duas partes: na primeira parte, compõem-se de 421 páginas; na segunda, de 383. Além desse número de páginas numeradas, há 30 páginas não-numeradas que correspondem à Epistola Dedicatória, às licenças e aos assuntos.

Traz dois **frontispícios**: um para a primeira parte e outro para a segunda. Neles encontram-se o título da obra, o nome do autor com sua qualificação, o assunto, o lugar da publicação ano. (Ver as figuras 1 e 2):

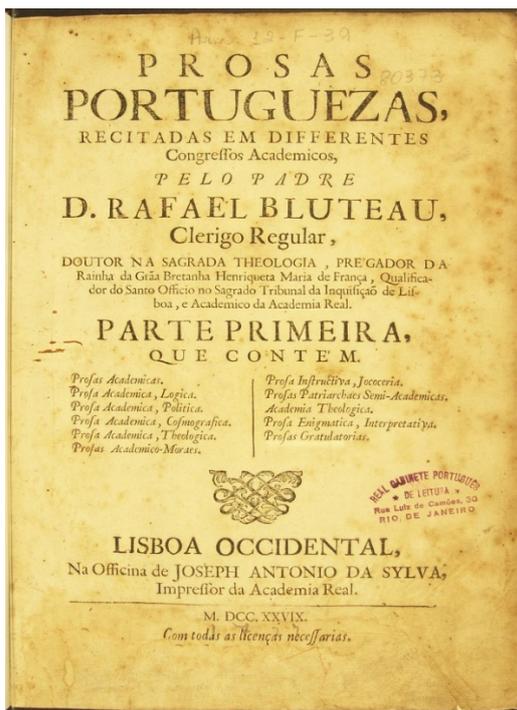


Fig. 1 (primeira parte)

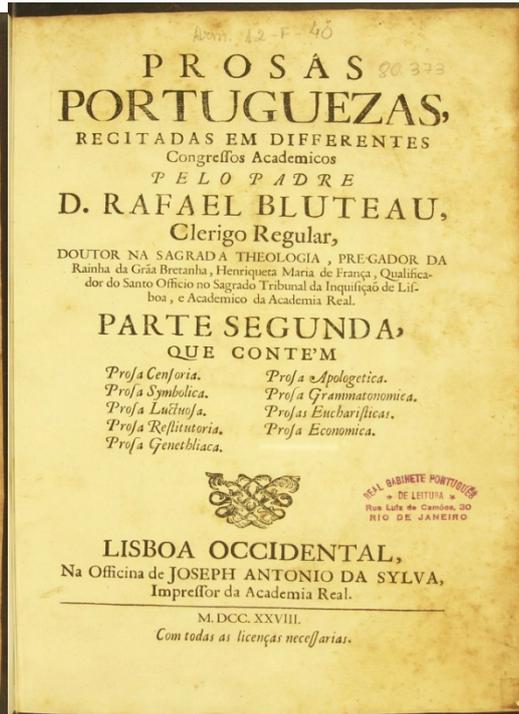


Fig. 2 (segunda parte)

Como se pode observar nas figuras, a obra *Prosas Portuguezas* (1728) possui duas partes. Inicia-se com uma Epistola Dedicatória, dirigida às três pessoas divinas: *Pay*, *Filho*, e *Espirito Santo*. Logo em seguida, vêm as inúmeras licenças que se estendem durante anos e os *assumptos* (sumário) das *Prosas Acadêmicas* da primeira, e segunda parte. Esses *assumptos* não seguem uma ordem coerente, visto que não há uma numeração de páginas, provocando uma grande confusão na hora de procurar os *assumptos*. Assim, para se entender melhor o conteúdo da obra, é preferível folhear cada página e fazer a sua própria organização.

I - *Prosas Portuguezas* (primeira parte).

Assim, as *Prosas Portuguezas* da primeira constam de:

- 1 - *Prosas Academicas*.
- 2 - *Prosas Academico-Moraes*.
- 3 - *Prosa Instructiva, Jocerria*.
- 4 - *Prosas Patriarchaes, Semi-Academicas*.
- 5 - *Academia Theologica*.
- 6 - *Prosa Enigmatica, Interpretativa*.
- 7 - *Prosas Gratulatorias*.

1 - *Prosas Academicas.*

Nas *Prosas Academicas*, encontram-se:

a) *Oratorio requerimento de Palavras Portuguezas, Aggravadas, Desconfiadas, e Pertendentes,[...], Erigido anno de 1696 [...] na bibliotheca do Conde da Ericeira [...], com titulo de Conferencias Eruditas, pelo Padre D. Rafael Bluteau, Clerigo regular,*

Nesse *Oratorio de Requerimento* (p. 3-15), Bluteau explana três tipos de palavras: *Aggravadas*, *Desconfiadas*, e *Pertendentes*. As palavras *Aggravadas* são as palavras antigas, arcaicas, mas que sendo usadas na arte literária tornar-se-iam elegantes; as *Desconfiadas* são referentes à sua falsa origem de algumas palavras que, misturadas as já naturalizadas, causam uma desordem na língua e as *Pertendentes* são palavras emprestadas de outras línguas, chamadas hoje em dia neologismos.

Para Bluteau, a incorporação de palavras de outras línguas no interior de outra é necessária, em virtude de não se encontrar a palavra que represente o significado desejado. Para tanto, são necessários esses empréstimos, mas adverte que se tenha cuidado com a sua escrita correta, observando a sua origem.

Para Bluteau, há três razões para se admitir e naturalizar uma palavra de outra língua: **por indigência** - *não tem ley, que prohiba a huma língua o valer-se de huma palavra de que necessita-*; **por elegância** - *as palavras pertendem, he servir para o uso, he não para o luxo; para justa elegância do discurso, não para a pompa vãa de abundancia;* **por decência** - palavras consideradas indecorosas e deselegantes. Nessa última razão, Bluteau faz uma crítica sobre uma palavra portuguesa por achar indecorosa para nomear um inseto que hoje se chama de vaga-lume. Chamam-no os portugueses de *infecto luzente* vulgarmente chamado de *cagalume*. Para substituir essa palavra, a senhora condessa da Ericeira, D. Joanna de Menezes, deu outro nome ao inseto em um de seus romances com o nome de Pylilampo (1728: 13).

b) Os *Vocabulos portuguezes, cujo genuino significado ficou assentado em varias Conferencias* são palavras que causam dúvidas na ortografia e na sua significação. Bluteau, à medida que vai explicando todas as palavras, não deixa de fazer críticas aos exageros formais e temáticos. Esse assunto transpassa para outras prosas.

c) *Preambulo breve na renovação da Academia dos Generosos, nas casas do Conde da Ericeira D. Francisco Xavier de Menezes, pelo Padre D. Rafael Bluteau, anno de 1717.*

É nesse preâmbulo que Bluteau discursa sobre a ortografia e o significado de algumas palavras. Num total de nove perguntas sobre ortografia, Bluteau as responde, utilizando fontes de estudiosos como Aldrete, padre Antônio Vieira, Calepino e outros. Entre as questões ortográficas, estão as palavras que se iniciam com as formas latinas <st> e <sp> se hão de se aportuguesar, colocando a vogal <e> no início. E Bluteau propôs a introdução do <e> em todas as palavras que se iniciam com as formas latinas apresentadas, após passar por uma votação na Academia dos Generosos.

Ainda nesse preâmbulo, Bluteau discursa sobre Física, respondendo a oito perguntas. Nesse assunto, verifica-se a influência de Descartes.

d) *Crítica histórica e política das sete maravilhas do mundo: Pyramides do Egypto, O tempo de Diana, A torre de Pharos, A Estatua de Jupiter Olympio, O mausoléu de Artemisia, O Colosso de Rhodes e Os Muros da Babylonia.*

e) *Outras sete lições dos sete mais celebres axiomas dos sete sabios da Grecia, combinados com sentenças dos velhos da Lusitania e com varia doutrina illustrados.*

f) *Prosas ou lições acadêmicas, manifestadas em sete lições na Academia do Conde da Ericeira que estão assim distribuídas (p. 107-183):*

1.6.1 *Com sua Lógica. (O Sabio Christaõ sabe tirar proveitosas consequencias.)*

1.6.2 *Com sua Fysica. (O Sabio Christaõ logra huma discreta independencia.)*

1.6.3 *Com sua Metafysica. (O Sabio Christaõ he hum admiravel abstracto do commum dos homens.)*

1.6.4 *Com sua Política. (O Sabio Christaõ se accredita no governo de si proprio.)*

1.6.5 *Com a sua Cosmografia. (O Sabio Christaõ he uma viva Universidade do Universo.)*

1.6.6 *Com a sua Jurisprudencia. (O Sabio Christaõ se faz felice, e glorioso observador da Ley de Deos.)*

1.6.7 *Com a sua Theologia. (O Sabio Christaõ dá varios documentos para a vida temporal, e eterna.)*

2 - Prosas Academico-Moraes.

As *Prosas Academico-Moraes* foram recitadas em Paris por Rafael Bluteau e depois foram traduzidas do francês para o português nos anos de 1666 e 1667. Compõem-se de oito discursos religiosos com os seguintes assuntos: a humanidade é escada para o céu; a união é o ímã das graças do Espírito Santo; o sol sacramentado; a ama eucarística; a prudência cristã, discreta contempladora da Santíssima Trindade; São João Batista, voz de Deus, que prognostica notáveis acontecimentos; a confiança em Deus é o caráter de São Caetano; subiu Maria ao céu para melhor allumiar o mundo.

3 - Prosa Instructiva, Jocereria.

Após discursar todos os panegíricos morais acima, Bluteau recita a prosa instrutiva, jocereria (p. 255-265). Essa prosa é um relato de como se defender de injuriosas cartas anônimas. Segundo Bluteau, deve-se *rirse de seus inconsiderados atrevimentos, porque não tem missionários a academia dos generosos para a conversão de tão vilmente maligna, maléfica, e malévola gente.*

4 – Prosas Patriarchaes Semi-Academicas.

Essas prosas denominadas de *Pathiarchaes Semi-Academicas* (p. 269-314) foram recitadas na Igreja dos Clérigos regulares em três tardes consecutivas por Bluteau no ano de 1693. Ele celebra ação de graça ao pontífice Padre Clemente XI e louvores ao rei D. João V. Em seguida, parabenizou a Corte e todo reino de Portugal em três aplausos: aplausos eucarísticos, aplausos encomiásticos e aplausos políticos. E para finalizar foram distribuídos versos latinos e portugueses em louvor do pontífice, do rei e do patriarca em todo o auditório.

5 – Academia Theologica.

Nessa prosa denominada *Academia Theologica* (p. 327-362), faz-se refletir que o todo conhecimento verdadeiro quer seja ele científico ou não é revelado por Deus. Essa proposição nos faz lembrar que Bluteau segue a influência de Agostinho. Conforme revela o próprio título dessa prosa - *Academia Theologica, na qual se prova que naõ ha assumpto mais proprio para discursos acadêmicos, do que*

a summa perfeição do ser Divino - Bluteau assevera que se ingresse nos discursos acadêmicos por meio dos seguintes procedimentos metodológicos:

Primeiro, escolher para base, e fundamento do discurso hum dos atributos Divinos. Segundo, correr com a imaginação os principaes Tratados, ou questões Theologicas, procurando descobrir nelles motivos, e provas para diversas proposições. Terceiro, amplificallas, e ornalla, com a erudição, e Rethorica, da qual o Academico se achar provido. Tambem com a mira do mesmo attributo, poderá entrar no coro das ciencias, e artes, para com a noticia que dellas tiver, formar proposições para discursos nobres, e proveitosos". (p.360)

6 – Prosa Enigmatica , Interpretativa.

Essa prosa trata do sentido de cento e trinta e sete letras esmaltadas na circunferência do pé e garganta de um antiquíssimo *Calix* de ouro do Real Mosteiro de Alcobaça. Foi recitada em Lisboa na casa dos clérigos regulares, estando presente o Rei de Portugal, D. João no dia 19 de novembro de 1713.

Conforme a interpretação de Bluteau (p. 383) deve-se dividir a enigmática prosa em duas partes: na circunferência do pé se deve considerar o uso e propriedade do cálice; na garganta do cálice, tem-se o nome do autor, a cidade e o ano em que o cálice foi feito.

Além dessa interpretação, houve outras, uma delas mandada a Bluteau por um curioso anônimo.

7 – Prosas Gratulatorias.

Essas *Prosas Gratulatorias* foram recitadas em três tardes em janeiro no ano de 1693 por Bluteau, endereçada a D. Catharina, rainha da Grã-Bretanha.

Aqui se encerra a primeira parte das Prosas portuguesas num total de 421 páginas. A sua segunda parte possui outra numeração e é composta de 383 páginas.

II - Prosas Portuguezas (segunda parte)

1 – Prosa Censoria.

Trata-se da censura de um livro de Rafael Bluteau intitulado *Theatro Historico, Genealogico, y Panegyrico*. Esse livro não chegou a ser publicado. As razões são desconhecidas. São as palavras de Bluteau, demonstrando o seu descontentamento para Manoel de Sousa Moreira: *Pedirme vossa merce, que eu*

Lea Historia, (erudito desvelo de sua penna) he dar-me huma occupaçaõ, que me recrea; mas querer, que a censure, he fazer-me hum favor, que me offende. (Prosas Portuguezas, vol. II, p. 3).

2 – Prosa Symbolica.

Essa prosa nos faz lembrar os valores do significante na representação do significado das coisas: o lado verbal representado pela escrita (linguístico); o lado não-verbal (visual e sonoro), representado por objetos, animais, vultos históricos e mitológicos (não-linguístico). Bluteau quando as discursou, deu ênfase ao lado não-linguístico. Só que para o lado não-linguístico Bluteau chamou de *figuras enigmáticas* que *consiste em representar o homem o seu conceito com objeto material, que com o dito conceito simbolize, tenha congruencia, e conformidade, para com discreta reflexão ser conhecido (Prosa Symbolica, p. 11, vol 2).*

Essas figuras enigmáticas reduzem-se a seis:

1 - Letras enigmáticas – representam coisas que têm alguma semelhança com elas. Ex. em lugar de um S utiliza-se uma serpente; ou acomodar o próprio nome delas a um sentido. Ex: A letra A dos egípcios é *Athomus* e para os latinos é *Átomo*. Na língua portuguesa, têm-se letras significativas e equivalentes a dicções inteiras para enigmas literários como R seguido de um I quer dizer *errej*; PQI, quer dizer, *pequei*.

2 - Sílabas enigmáticas – são as que separadas da palavra em que estavam juntas se distribuem para formarem outros diferentes sentidos. Nos versos abaixo, tem-se os fragmentos da palavra latina *MUSICA* um curioso jogo de palavras: *Mus, Musa, Musca, Mica, Sica (Prosa Symbolica, 1728, p. 13).*

*MUSICA Dulce canit totum, sed ventre recisso,
MUSCA stridet, Fimul & MUSA perenne viget.
MUS rodit sólido capite; hoc sine SICA trucidat;
Aufert hac homini sapiùs illa caput.
Usus dimidium si tollitur; inde quo exstat,
In reliquo remanet corpore MICA salis*

3 - Palavras enigmáticas – são as que envolvem o conceito em expressões remotas da inteligência do vulgo. São as que envolvem todos os tipos de metáforas. Bluteau (*Prosa Symbolica*; 1728, p. 15) explica que

cabelos de várias cores são demonstrações da variedade dos ânimos, da discórdia; com cabelos serpentinos, representam a inveja.

Além dessas figuras enigmáticas, Bluteau, para satisfazer as religiosas do Convento de Santa Martha, na cidade de Lisboa, excogita outras imagens que são chamadas de semi-enigmáticas. São imagens femininas que representariam o santíssimo sacramento para ornamentar a igreja. Nessas prosas simbólicas, Bluteau elenca uma série dessas imagens, explicando cada uma.

Assim, verificou-se que essas figuras enigmáticas apresentadas por Rafael Bluteau dariam para desenvolver um trabalho de pesquisa voltado para o estudo do signo, sobretudo na parte que diz respeito a uma de suas facetas: o significante.

3 – Prosa Luctuosa.

Foi um *tríduo* funeral acadêmico na morte de Luiz XIV, rei da França, celebrado na Igreja dos padres Clérigos Regular de São Caetano nas três primeiras tardes do mês de janeiro de 1716.

Bluteau discursa sobre as conquistas desse rei, dizendo que D. Luiz XIV fez guerra a todos os inimigos que ameaçassem a propagação da religião cristã. Para D. Luiz XIV, serão inimigos dessa causa aqueles que se opusessem à Coroa, à Igreja e à República. É sobre a história desses três gêneros de assunto que Bluteau irá comentar nessa prosa.

4 – Prosa Restitutoria.

Nessa prosa, Bluteau (1728, p.147) discursa sobre a certeza ou incerteza da morte do rei de Portugal D. Sebastião. Antes ele dar o significado da palavra restituir, dizendo que é o mesmo que *restaurar, porque he proprio da verdade, restaurar as ruinas do tempo passado, e reproduzir na memoria especies, apagadas do silencio, e do esquecimento.*

Em seguida, faz uma explanação sobre a história de D. Sebastião.

Com estas, e outras mil reflexoens, que nesta materia se podem fazer, claramente se conhece, que El Rey D. Sebastião, quer morto, quer vivo, he, e sempre será objeto da admiração; para a sua gloria, e para a nossa curiosidade basta este conhecimento. Neste caso não podemos saber mais

com certeza, e poderá haver razão superior, para que mais não saibamos.
(*Prosas Portuguezas*. Segunda parte, p. 153)

5 – Prosa Genethliaca.

Essa prosa foi recitada na presença do rei, D. João V, e dos censores, diretores e alunos da academia pela passagem do aniversário de D. João no ano de 1721. Por meio de uma linguagem rebuscada, Bluteau (1728, p. 165) homenageia seu rei, comparando-o com o fênix, dando-lhe várias qualidades. *Finalmente, nasceo Vossa Magestade para Fenix dos Principes, e para com a singularidade de seus incomparaveis attributos tirar as duvidas dos naturaes sobre a existencia de uma Fênix no Mundo.*

Fala também sobre a verdade na ciência e na história eclesiástica sobre Aristóteles. Fala sobre a avareza e pede aos acadêmicos que trabalhem na descoberta dos pergaminhos.

6 – Prosa Apologetica.

Nessa prosa, Bluteau faz seu discurso em defesa e louvor da ortografia portuguesa, porque muitos não querem seguir o rigor de seus princípios. Adulterada, normalmente, pelos impressores e amanuenses, Bluteau lamenta por estes desprezarem a legislação. Além desses, Bluteau critica a posição de alguns ortógrafos que não querem seguir o rigor dos preceitos ortográficos e por isso, chamam a ortografia de *arte pueril, estudo impertinente, Grammatica litigiosa, e cheia de intrincadas controvérsias*. (op. cit. 1728: 183, vol. II)

Para Bluteau (1728, p. 172), a ortografia é *a arte de escrever as vozes, com as letras convenientes à sua origem, e recta pronunciação, que o uso tem introduzido*. É de posição que sem rigor ortográfico de tal arte, pode ser de grande falta, porque *hum ponto fora do seu lugar, póde causar dissonancia do discurso; de uma letra trocada póde nascer uma monstruosa heresia* (p. 174).

Além das críticas reservadas aos ortógrafos, Bluteau fala resumidamente dos problemas do ditongo <ão>, o uso do <h> e do <y>. Alguns ortógrafos querem eliminá-lo e outros querem a sua preservação. Bluteau diz que esta reforma não será tão fácil, *nem sahirá taõ airoso, como se persuadem os que não reparaõ na desordem, que a esta mudança se ha de seguir* (p.183).

7 – Prosa Grammatonomica.

Essa prosa trata, resumidamente, das regras ortográficas de Rafael Bluteau, porém não traz as regras na sua totalidade. Por outro lado, elas são relevantes para o estudo da ortografia, por trazer alguma novidade que não se encontra na obra *Vocabulario Portuguez e Latino*.

8 – Prosas Eucharísticas.

São prosas destinadas, em ação de graças, pela extinção da epidemia de Lisboa, no fim do ano de 1723. Assim, estas prosas foram recitadas na Igreja dos Clérigos Regulares no ano de 1724 nos dias 23, 24 e 25 de janeiro. Estavam presentes o rei D. João V e os acadêmicos aplicados tais como: Francisco de Sousa de Almada, Paulo Nogueira de Andrada. Tristão Guedes de Queiroz, Francisco Ferreira da Cunha, Fulgencio de Azevedo Tojal, o padre Manoel de S. Paulo, Alexandre Antonio de Lima, Mathias Ayres Joseph da Sylva e Diogo Rangel de Macedo.

9 – Prosa Economica.

O assunto dessa prosa é, declaradamente, a obra *Instruções sobre a Cultura das Amoreiras e Criação do Bicho da Seda*. Ela está dividida em três partes:

Na primeira parte, trata-se das diferenças e propriedades das amoreiras; na segunda, sobre o local para se criar os bichos; e na terceira, como se devem aparelhar os casulos para deles tirar a seda e conservá-los muito tempo e impedir que as borboletas não os furem.

A partir do que foi exposto, conclui-se o segundo capítulo. Foi visto o clima de opinião do período de 1668 a 1734. Falou-se das contribuições ortográficas dos principais ortógrafos do período, apontando suas dificuldades que encontraram na representação das letras para a obtenção de uma ortografia mais uniforme. Como visto, não foi possível essa uniformidade, em virtude de haver discórdia entre eles.

Após a contribuição dos ortógrafos, foram informados os domínios da língua portuguesa no século XVIII. E ainda falou-se da posição filosófica e ortográfica de Rafael Bluteau e, em seguida, fez-se uma síntese das *Prosas Portuguezas*. Verificou-se, nessa obra, uma amplitude de informações, já que trazem fenômenos linguísticos consubstanciados aos fatos histórico-intelectuais da época.

Sey, que a Orthografia não he filha de Reys, nem senhora de Reynos; e neste mesmo tempo confesso, que Orthografia não he outra coisa, que a arte de escrever as vozes, com as letras convenientes à sua origem, e recta pronunciaçãõ, que o uso tem introduzido; mas considerando o grande poder, e dominio immenso desta arte, torno a confirmar o titulo, que justamente lhe deve, e já hoje lhe deu a Oratoria, de Emperatriz das escrituras. (Rafael Bluteau, Prosa Apologética; 173)

Capítulo 3: A Ortografia de Rafael Bluteau

Este capítulo trata, especificamente, da ortografia portuguesa de Rafael Bluteau baseada no *Vocabulario Portuguez e Latino*. Para examiná-la, faz-se uma descrição explicativa de todas as suas regras para depois comentar a sua posição ortográfica. Levam-se em consideração aspectos críticos e filológicos, conforme o princípio de imanência de Koerner. E ainda comenta-se que, apesar de Bluteau defender a grafia etimológica, não descarta a importância da vertente fonética para o processo de normatização.

Para tanto, Bluteau aproveita as explicações dos ortógrafos Duarte Nunes do Leão, Álvaro Ferreira de Vera, Bento Pereira, e Franco Barreto com o intuito de por regras à grafia portuguesa. Assim, com as explicações desses ortógrafos, Bluteau faz reflexões sobre cada proposta, organizando-as em ordem alfabética.

Apesar de coletar fontes ortográficas dos melhores autores do assunto, encontrou dificuldades no assentamento das regras ortográficas uma vez que os autores não eram uniformes em seus pontos de vista. Mas, sabe-se que isso é problema, até hoje, entre os ortógrafos e lexicógrafos. Haja vista, no próximo item, as regras ortográficas de Rafael Bluteau.

3.1 Uma Descrição Explicativa das suas Regras Ortográficas

Letra A:

No seu *Vocabulario Portuguez e Latino*, volume I (1712), Bluteau assevera que só há uma *Figura* (letra) **A** no sistema de escrita do português. Não obstante, a diversidade só ocorre na pronúncia quando está ligada à posição dessa letra na palavra, parecendo que há diversos tipos de **A**. Na verdade, o que se tem, segundo ele, é uma variação de *acento* que fere a vogal <a>. As palavras *Práto*, *Fáma* e *Pràzenteiro* são exemplos dessa variação dos *acentos*.

Seguindo a proposta do gramático Duarte Nunes de Leão (1576), Bluteau

caracteriza o <a> da palavra *Práto* de *a grande*²⁰ por ser de pronúncia longa, devido à abertura da boca e leva acento agudo. No entanto, a primeira vogal da palavra *Fáma*, não se tem um *a grande*, apesar de levar acento agudo, mas um *a pequeno*, por se tratar de uma pronúncia fechada. Esse fechamento da vogal <a>, explica Bluteau (1712), é devido à anteposição da letra **M** que, apesar de se localizar em sílaba tônica e levar acento agudo, como se observa na palavra *Práto*, nasaliza a vogal <a>.

Na palavra *Prázenteiro*, a letra **A** leva acento grave e se encontra em posição átona, diferente dos dois primeiros exemplos. Para essa modalidade, Bluteau caracteriza esse <a> como um *a pequeno*. Assim, têm-se duas modalidades de <a> para *a pequeno*: uma, em posição tônica, com acento agudo e de pronúncia fechada; outra, em posição pretônica, com acento grave.

Outro fenômeno que Bluteau comenta, na letra **A**, é sobre a variação de pronúncia entre o Douro, Minho e Beirões²¹ (*Prosa Grammatonomica*, 1728: 186). Informa que os falantes dessas regiões pronunciam um <y> entre dois <aa>. Em vez de falar *a alma - a agua*, falam *ay alma- ay agua*. Bluteau adverte que esse tipo de problema, de aumentar os sons, acontece em todas as línguas e o caracteriza como um vício.

Após falar da variação de pronúncia nas regiões citadas, Bluteau passa a falar de algumas regras sobre o número e gênero dos nomes, seguindo as fontes de Leão e Pereira. Esse fenômeno linguístico é muito importante na ortografia de Rafael Bluteau. Para tanto, serão seguidos alguns passos da sua obra *Prosa Grammatonomica* (1728).

1 - Palavras, que terminam em *-al*, faz o plural *-ais* ou *-ays*: *animal* (*animais - animays*). Nessa regra, verifica-se a presença da dupla grafia para nomes terminados em *-al*.

²⁰ Fernão de Oliveira e Duarte Nunes de Leão foram também seguidores dessa proposta de designar o *a grande* para a vogal aberta e *a pequeno* para a vogal fechada.

²¹ A Beira foi uma extensa área limitada ao norte pelo rio Douro e ao sul pelo rio Tejo. Entre Douro e Minho, foi uma província do Norte atlântico de Portugal, composta pelos atuais distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto e parte dos distritos de Aveiro, Viseu e Vila Real, no tempo da monarquia portuguesa.

2 - Palavras masculinas, que terminam em *-am* ou *-aõ*, faz o plural em *-oens* ou *-ões*, respectivamente: *trovam - trovaõ (trovões); padram - padraõ (padrões)*.

Além dessas regras, Bluteau lista outras terminações do plural tais como *-aõs* e *-ans*. Mas deixa claro que tais exceções são do Padre Bento Pereira:

cortezaõ – cortezãos; cidadaaõ – cidadãos; irmaaõ – irmãos; maõ – mãos; vaõ – vãos etc. A terminação *-aõ* pode também fazer o plural em *-aens*: *caõ - caens; capitaõ – capitaens; paõ – paens*. Apesar de essas regras serem do Padre Bento Pereira, no seu *Vocabulario*, encontram-se essas mesmas terminações, revelando, assim, a influência de Pereira.

3 - Com relação ao gênero dos nomes, Bluteau utiliza o seguinte:

a) para os nomes masculinos, utiliza as terminações, no singular, *-am/-ao* (com variação do til, que, ora se encontra na vogal <a>, ora na vogal <o>) e, no plural, *-aens, -oens* e *-ões*.

Ex. *tostaõ, tostoens, tostões; cam, caõ, caens*.

b) para os nomes femininos, utiliza as terminações, no singular, *-ãa* e, no plural, *-aãs*. Todavia, há casos que Bluteau usa *-am*, como no nome *irmam* que se encontra no seu *Vocabulario*. Nessas regras, Bluteau seguiu forte influência de Duarte Nunes do Leão.

Portanto, a ortografia de Rafael Bluteau é, basicamente, a mesma de Duarte Nunes do Leão e do Padre Bento Pereira, salvo algumas exceções. Para Leão (1576, p. 27), a terminação *-aa* é considerada um ditongo que, para ele, *he hũa composição de dous .aa. com hum til, em que acabão muitos nomes femininos*.

Letra B:

Com relação à letra **B**, Bluteau (op.cit. p. 1, vol. II) fala do seu uso antes de **M** e não de **N**, em virtude da proximidade das duas letras. Ele explica que o **M** está próximo do **B** na pronúncia o que não acontece com o **N**, *porque donde forma o n, que he ferindo a ponta da lingoa, na parte dianteira do padar aonde soa o b, hà tanta distancia, que foi necessario mudar o n, em m*. Bluteau colhe essa informação de Álvaro Ferreira de Vera.

Outro fenômeno relevante na letra **B** é sobre seu uso dobrado em palavras de origem latina. Assim, Bluteau (1712) propõe que, palavras como *abbadia*, *abreviar*, *abbadessa*, devem seguir a origem.

Ainda na letra **B**, há dois fenômenos relevantes que giram em torno da variação de pronúncia: a letra **P** latina convertida em **C** e a letra **V**, em **B**. Sobre o primeiro fenômeno, Bluteau (1712) informa, sem criticar, que os portugueses têm o hábito de trocar o **p** pelo **b** em algumas palavras como *cabra*, *cabello*, *aberto*. Essas palavras, adverte Bluteau, são latinas que correspondem às palavras *capra*, *capillus*, *apertus*, respectivamente, revelando, dessa forma, suas origens.

O outro fenômeno é semelhante ao anterior, porém é uma variação regional que acontece entre os próprios portugueses. Ele informa que muitos portugueses trocam o **V** pelo **B** nas províncias do Douro e Minho. Em vez de falarem *vida*, *vosso*, *fava*, dizem *bida*, *bosso*, *faba*, respectivamente (*Vocabulario*, 1712).

Para finalizar a letra **B**, Bluteau menciona que não há palavras em português que terminem em **B**, a não ser que sejam *Peregrinas*²² como *Jacob*, *Moab*, *Acab*, *Raab*.

Letra C:

Segundo Bluteau (*Vocabulario*; 1712), há duas maneiras de se escrever com a letra **C**: antes de <e> e <i>, com som de *s brando*; antes de <a>, <o> e <u>, com o som de *k*. Entretanto, há mais duas formas de se escrever com os sons de *s brando* e *k*.

Com o som de *s brando*, Bluteau utiliza o **Ç**, no meio das dicções, antes das vogais <a>, <o> e <u>. No seu *Vocabulario*, tem-se, por exemplo, as palavras *cabeça*, *caça*, *cadarço*, *bagaço*, *maciço*, *paço*, *cabeçudo*, *doçura*, *açucar*, etc.

Com o som de *k*, a letra **C** vem acompanhada da aspiração **H** para formar o grupo <ch>. Para Bluteau (1728), deve ser usado em palavras de origem gregas e latinas. Caso contrário, usa-se a letra **C** sem aspiração.

No entanto, em umas das suas conferências na Academia dos Generosos, foi discutida a eliminação de algumas palavras que causavam confusão na significação. Várias palavras, como *choro*, *chaos*, *character*, *chimera* e outras

²² Segundo Bluteau (1720, p. 416), é uma palavra *estranha*, *naõ usada no estylo da terra*, *mas tomada de outra linguagem*, & *nouamente introduzida*...

semelhantes, foram aportuguesadas. Assim, essas palavras foram assentadas, porque, no dizer de Bluteau (1712), altera *a substancia da palavra*. Na *Prosa Grammatonomica* (1728, p. 190), Bluteau exemplifica o motivo do assentamento:

Chorus, palavra Latina, quando se faz Portugueza, não se ha de escrever com h, porque *choro* he pranto, *chaos* não he *caos*, *character* não he *caracter*, *Chersoneso* não he *Quersoneso*, *Cherubim* não he *Querobim*, *charidade* não he *caridade*, *Parocho*, derivado de *Parochus*, não he *Paroco*, nem *Monarcha* he *Monarca*, nem *Monarchia* he *Monarquia*. Estas, e outras muitas aspiraçoes, quando immediatamente se seguem ao C Portuguez, em boa escritura não se admittem.

No seu *Vocabulario*, encontram-se essas palavras assim como outras com suas respectivas definições e origem²³.

Outro fenômeno relevante da letra **C** com som de **k** é sobre seu emprego antes da letra **T**. Bluteau é a favor do uso apenas em palavras que causam alguma confusão de significado. Assim, emprega-se o **C** nas palavras *pacto* e *acto* para diferenciar de *pato* e *ato*.

Ainda, outro fenômeno relevante sobre a ortografia de Rafael Bluteau consiste na letra **C** geminada. Bluteau dobra essa letra seguindo a proposta de Leão. Assim, dobra a letra **C** quando as palavras de origem latina se compuserem com as *preposições*²⁴ *ad* (mudando o **D** para **C**), *ob*, *sub* e derivados. Assim, escreve-se *acelerar*, *accender*, *accento (ad)*; *occasiaõ*, *occupar*, *occidente (ob)*, *succeder*, *successor*, *soccorro (sub)*.

Além dessas palavras, Bluteau (1713) lista outras, porém não explica o fenômeno, apenas menciona que não são palavras compostas: *bocca*, *peccado*, *sacco*, *secco*, *vacca* etc. Com relação a essas palavras, Bluteau escreve as suas derivadas da seguinte maneira: *sacquinho*, *secquinho*, *vacqueyro*.

²³ No seu *Vocabulario*, algumas palavras dessa proposta ortográfica estão grafadas de forma diferente das que estão exemplificadas na *Prosa Grammatonomica*. Essa diferença ocorreu devido aos primeiros volumes do *Vocabulario Portuguez e Latino* terem sido publicados antes dos dois volumes das *Prosas Portuguezas*, onde está incluída a *Prosa Grammatonomica*.

²⁴ Rafael Bluteau denomina o termo *preposição* para as palavras que seguem antes de nomes e verbos. Atualmente, esse termo é chamado de *prefixo*.

E para finalizar essa letra, Bluteau comenta que nenhuma dicção termina em **C**, exceto palavras *peregrinas* como *Isac, Basac, Baruc, Melchisedec* etc.

Letra D:

A letra **D** traz uma observação relevante quanto à aproximação dos idiomas português e castelhano. Nas palavras *piedad, calidad, verdad*, observa-se a letra **D** no seu final. Apesar dessas palavras castelhanas, terminarem em **D**, isso não quer dizer que as palavras *piedade, calidade, verdade* tenham se originado das referidas palavras castelhanas, comenta Bluteau. Bluteau assevera que tanto as palavras portuguesas quanto as castelhanas são de origem latina. São apenas *irmãs*, adverte Bluteau (*Vocabulario*: Prólogo do autor).

Outro ponto relevante entre as duas línguas europeias é sobre a formação do imperativo. Bluteau comenta que o português se afasta um pouco do castelhano: *traed* (em português: *(trazey)*); *amad* (em português: *amay*). Bluteau faz uma observação, dizendo que a letra **D** se corrompeu nos dois idiomas da mesma forma que os antigos romanos escreviam o algarismo romano *quinhentos*, usando um **I** maiúsculo e um **C** invertido. Ex. **ID**.

Apesar de levantar esses dados de corrupção nos dois idiomas castelhano e português, Bluteau não mostra onde ocorreu a corrupção.

Assim, entre outros fenômenos semelhantes a esses, Bluteau considera que, tanto a língua portuguesa, quanto a castelhana são *filhas da lingua latina, mas huma, & outra logra a sua propria independência & nobreza, porque nem Portuguez se deriva o Castelhana, nem do Castelhana descende o Portuguez* (*Prologo do Autor*, 1712, vol. I).

No seu *Vocabulario*, Bluteau diz que não há palavras em português que terminem com a letra **D**. Entretanto, adverte que se pode usá-las em palavras *peregrinas*: *Arad, David, Madrid*.

Letra E:

Nessa letra, Bluteau (1713) fala de dois importantes fenômenos linguísticos: a abertura e fechamento da vogal <e> (**e grande** e **e pequeno**, respectivamente) e da dupla significação de palavras. Do primeiro fenômeno, fala da inconveniência de

se usar o acento agudo, circunflexo e crase em palavras que possuem a vogal aberta como na palavra *bésta* (*significa arma*). Bluteau não concorda com essa posição, primeiro porque terá que acentuar todas as palavras que possuem tal vogal. Exemplos: *sétta*, *fésta*, *péste*, *géstto*; segundo porque, mesmo que a palavra *besta* tenha outro significado (*animal*), não deve levar acento algum. Assim, na primeira palavra, a pronúncia da vogal <e> é aberta, portanto um *e grande* e não se acentua. Na segunda palavra, a pronúncia é fechada, portanto, um *e pequeno*, também não leva acento.

Para encerrar essa questão, conclui Rafael Bluteau (1713): a letra **E** não tem diversos <ee>. O que se tem é uma variedade de pronúncia para um único **E**.

Letra F:

Essa letra possui um dos assuntos mais controversos da grafia portuguesa. Devido ao seu emprego do *f simples* ou do *f aspirado*, há ortógrafos que não são unânimes. Comenta Bluteau (1728) a opinião de Duarte Nunes de Leão, dizendo que os latinos usam a letra **F** para escrever os seus nomes e usam o <ph> para escrever nomes de origem grega. Mas ele não propõe e nem examina a questão do seu uso.

Já o padre Bento Pereira não propõe aos portugueses que se use o <ph>, assim como não despreza o uso do *f simples*. Em suma, não define o uso das letras.

Com base nesses questionamentos, Bluteau argumenta que é a favor do uso do <ph> em palavras gregas uma vez que

escrevendo-as com Orthografia Portugueza, ordinariamente não podem dar razão do seu significado, nem entendem bem o que escrevem;[...] Para a noticia das mais usadas naõ he necessario applicarse ao estudo da lingua Grega, basta saber buscallas nos Vocabularios Latinos, porque nelles se achará huma sufficiente declaração para pollas por escrito, com a intelligencia que basta. (*Prosa Grammatonomica*; 1728: 194)

Com relação às palavras de origem latina, Bluteau dobra a letra **F**. Para explicar essa regra, Bluteau segue a proposta de Leão. Esse ortógrafo dobra a letra **F** quando as palavras latinas estão antecedidas pelas suas *preposições* (latinas) *ad*, *a*, *dis*, *ob*, *sub*. Assim, Bluteau escreve as palavras *afteto*, *affavel* (*ad*); *affrontar*,

affugentar (a); diffamar, diferença (dis); effeminado, eficaz (ex); officio, offender (ob);, sufficiente, suffragio (sub).

Letra G:

Baseando-se na *Orthographia* de Duarte Nunes do Leão, Bluteau utiliza a letra **G** na sua própria significação latina, ou seja, com o som de *Gue* antes das vogais <a>, <o> e <u> como nos exemplos encontrados no seu *Vocabulario* (1713: 1, vol. IV): *gato, gosto, gula* etc. Entretanto, antes das vogais <e> e <i>, emprega-se essa letra de forma *adulterina*²⁵, porque seu som passa a ser o mesmo do *i consoante*. Esse som, segundo Bluteau, foi herança dos mouros. Assim, encontram-se palavras escritas com **G** (gente, ginete), mas também com *i consoante* e/ou **J**. No volume IV, página 40 de seu *Vocabulario*, Bluteau utiliza as duas maneiras para escrever as palavras: *Ierusalem/Jerusalem*.

Nesse contexto, as letras **G/J** e o *i consoante*, com o mesmo som, antes das vogais <e> e <i>, tornaram-se um dos problemas ortográficos mais complexos na escrita de algumas palavras portuguesas. Bluteau comenta que Franco Barreto propôs que se seguisse a lei da analogia, da origem ou derivação. Comenta também que esse ortógrafo elaborou uma grande lista de palavras portuguesas, com suas correspondentes latinas, esclarecendo quando se deve usar o **G** ou **I**.

Bluteau segue a proposta de Franco Barreto, mas a complementa, dizendo que *saõ muy poucas as palavras, que na escritura começando por ge, possaõ dar ao Leitor occasiaõ para dizer gue; quando muito, saõ tres, ou quatro... (Prosa Grammatonomica; 1728:196).*

Outro emprego da letra **G**, na sua própria significação, ocorre no acréscimo do *u líquido*, que não se pronuncia. Assim, emprega-se <gu> antes de <e> e <i> nas palavras *guerra, guelra com seus adjuntos guerrear e guerreiro...*

Outra regra pertinente na ortografia de Bluteau é sobre o **G** dobrado. Como sempre, segue os passos das propostas de Leão. Palavras latinas que se compõem com a *preposição ad* (com a substituição do **D** pelo **G**) devem escrever-se com dois *gg*: *aggravar, agressor, exaggerar*.

²⁵ Forma adulterina é a denominação dada por Duarte Nunes de Leão para explicar a mudança de som da letra **G** latina quando vem antes das vogais <e> e <i> com o som da letra **J**. Segundo Almeida (2000), essa letra soa no latim como *gue*, sem pronunciar o *u*: *angelus (anguelus)*.

Para finalizar o uso da letra **G**, verificou-se que Bluteau escreve no final das dicções apenas nomes *peregrinos*: *Agag, Og*.

Letra H:

Segundo Bluteau, usa-se a letra **H** no português para assegurar a origem greco-latina. Os vocábulos que se iniciam com **H**, antes de vogais, tais como *homem, humido, humilde, honra*, são considerados de origem latina. Já os que possuem as consoantes **C, L, N, T, R, P** são de origem grega, exceto os vocábulos que derivaram de *pulcher* e *sepulchum*, que são latinos. De acordo com o *Vocabulario* de Bluteau, os portugueses utilizaram a letra **H** com as consoantes **C, L, N** para suprimirem algumas *figuras* (letras) que, no latim, não existia. Assim, formavam palavras como *chave, lhe, nenhum*. Outras consoantes como **P, R, T** eram também utilizadas com o **H**.

Bluteau concorda com Duarte Nunes de Leão, quando diz que existem quatro consoantes que se usa com o **H**: **C, P, R, T**. Ele concorda com seu uso, mas adverte aos outros ortógrafos que é muito importante saber latim e ter notícias de palavras gregas e hebraicas. Caso contrário, corromperá a pronúncia e a verdadeira origem das palavras. Alerta que há casos que causam dúvidas como aconteceu com as palavras *choro/coro*. (op. cit. p. 3, vol. IV)

Além dessas letras, usa-se a letra **H** antes do **y** grego e antes do verbo *ser* na terceira pessoa do presente do indicativo. No primeiro caso, os doutos escrevem palavras como *hydropico, hypocrita*. No segundo, tal uso da letra **H** é para fazer a distinção da conjunção **e**. Assim, escreve-se *<he>*, para o verbo *ser* e *<e>*, para a conjunção.

A letra **H** vem no final de nomes peregrinos bíblicos como *Elizabeth, Nazareth, Judith, Ruth* e das interjeições *<ah>* e *<oh>* que são de origem latina.

Letra I:

Segundo Rafael Bluteau, a letra **I** possui três <ii>: *um comprido e rasgado para baixo (J)*, que tem o som de **g**; *um i vogal*, que se chama de **i curto**; e *um i grego*, que se escreve com a letra **Y**.

No primeiro I (o *j* consoante), representado pela letra **J**, é importante salientar que se tenha o cuidado para não confundir o som do **g** com a letra **G**, quando tais letras vierem antecedidas das vogais <e> e <i>. Para tanto, deve-se procurar a origem das palavras, adverte Bluteau (1728). Assim, escreve-se com **J** palavras como *jejum*, *sojeito*, *majestade*, porque vem do latim *jejunium*, *subjectus*, *Maiestas*²⁶ e se escreve com **G** *impigem*, *virgem* e *origem*, porque vieram também de do latim *impedigo-impetignis*, *virgo- virginis*, *origo- originis*, respectivamente.

O segundo I é chamado de *i curto*. Trata-se de uma vogal que se usa em palavras como *caído* (caído). Com esse *i*, todos os nomes que terminam nele são masculinos, diz Bluteau (1728), tais como *rubí*, *nebrí*, *javalí*, etc.

O terceiro I é chamado de *i grego* que é representado pela letra **Y**. Trata-se de uma semivogal que se usa em palavras como *cayado*, afirma Bluteau.

Devido a esses valores da letra **I**, Álvaro Ferreira de Vera é severamente criticado por Franco Barreto por escrever *jinga*, ao invés de *ginga*.

Franco Barreto prefere seguir as regras da analogia. Assevera que além de recorrer à origem das palavras, há a possibilidade de se recorrer à analogia. Mas Bluteau não está de acordo, dizendo que é muito falho este princípio. Palavras como *rejeitar* vem do latim *rejjicio* e não *enjeitar* pela analogia, e outros semelhantes.

Com relação a essa possibilidade, Bluteau conclui:

Estas leis da analogia, ou proporção de vocabulos de huma lingua para outra, são muy falliveis, porque são poucos os que sabem com perfeição as duas linguas, que se communicãõ; e o uso como he mais poderoso que as leys, quase sempre prevalece (*Prosa Grammatonomica*; 1728: 200-201).

Como se viu no trecho acima, Bluteau deixa clara sua posição com relação à escrita dessas palavras. Prefere explicar sua escrita por meio do princípio etimológico em vez de seguir a posição de Franco Barreto que segue o princípio das leis da analogia.

²⁶ O dicionário de Amaro de Roboredo, *Porto de Línguas*, impresso em Lisboa, diz que, na transliteração do latim para o português, as palavras latinas *Maiestas* e *rejjicere*, em português, diz-se *Magestade* e *rejeitar*, comenta Bluteau (*Prosa Grammatonomica*; 1728: 201)

Outro fenômeno que Bluteau informa é sobre a troca da letra **I** por **E**. Adverte que essas duas vogais têm a mesma afinidade que no latim e é uma das razões de se escrever erradamente as palavras *dissuadir*, *dispensar*, *despensar*, *iminente*, *eminente*, passando-se como sinônimas.

Baseado na Prosódia de Bento Pereira, Bluteau (apud. 1728) faz uma advertência relevante acerca da utilização do **i inicial** ou *não-rasgado* (a letra **I**) e do **i inicial rasgado** (a letra **J**). Adverte aos autores, que gostam de escrever em latim, para não confundirem a escrita e a leitura de uma palavra pela outra por causa da escolha errônea dos <ii>. A advertência a que Bluteau está se referindo é sobre a diferença do número de sílaba dessas duas letras nas palavras. Por exemplo, as palavras *jocosus* e *jordanis* possuem três sílabas. Entretanto, quando são escritas com **i não-rasgado** (com a letra **J**), passam a ter quatro sílabas: *iocosus* e *iordanis*.

Bluteau lamenta de não se ter uma regra segura para não se cometer esses erros. Por isso, enfatiza que se siga a origem latina, porque, só dessa maneira, poderá evitar tais erros (*Idem*; 203)

Letra K:

Com relação a essa letra, há grandes controvérsias. Alguns querem admiti-la, outros querem excluí-la. Duarte Nunes do Leão não admite devido à confusão com o alfabeto latino.

Apesar de não se ter no português palavras escritas em grego Bluteau parece admitir o uso de tal letra. Na sua *Prosa Grammatonomica* (1728, p. 205) diz que seria melhor se escrever com o **K** palavras como *kalendas*, *Kiries*, *Kermes* e não *qualendas*, *quiries*, *quermes* pela única razão de serem gregas. Em outras palavras, como *Kebec*, *Kuttemberga*, *Konitz*, Bluteau adverte que é preciso recorrer aos dicionários estrangeiros.

Bluteau questiona este uso, dizendo:

Não he muito mais fácil, e mais acertado, seguir neste genero de dicções a sua origem, quer do grego, quer do grego-latino, quer das linguas septentrionaes, quer de outros mais estranhos idiomas? Já que não aportuguezamos dicção toda; porque razaõ naõ usaremos a sua primeira letra, que he a porta pela qual naturalmente entramos no conhecimento significa? (*Prosa Grammatonomica*; 1728: 206)

João Franco Barreto chega até solicitar a introdução geral do **K** no idioma português. Bluteau achou sua sugestão adiantada, mas admite que *daqui a cem anos se dirá o mesmo* (*Idem*: 206).

Letra L:

Essa letra possui três tipos de sons: O **L** *brando, ténue, singelo*; o **L** *dobrado*; o **L** *aspirado* acompanhado de **H**.

O **L** *singelo* quando vem no início de dicção não é *brando* e nem *cheio* como se observa nas palavras *leite, leito, luto*, etc. Segundo Franco Barreto (1671), a letra **L** é uma semivogal, porque se deixa de ouvir seu som propriamente dito ao se juntar com as vogais. Assim, a causa de semelhante **L** de não ser muito *brando* e nem muito *cheio* é devido à perda parcial de seu som quando acompanhado de outras vogais, exceto da vogal <e>.

Quando a letra **L** vem na mesma sílaba, seguido de consoante, torna-se mais *cheio*, porque se pode ouvi-la com perfeição, por ser considerada uma consoante líquida. Ex. *claro, flato, plano*. O mesmo fenômeno ocorre com a letra **L** quando vem, no final de dicção, como nas palavras *Sol, sal, fel, mel* (*Prosa Grammatonomica*, 206).

Com relação ao **L** *aspirado* e *dobrado*, o seu som é mais *ténue* e *brando*. O **L** *aspirado* é próprio do idioma português.

Com relação ao **L** *dobrado*, Bluteau comenta no seu *Vocabulario* (1716) que muitos dobram essa letra sem atentar para a sua significação. Para esclarecer as dúvidas sobre seu uso, Bluteau lista uma série de regras, exemplificando-as:

- Dobram os **LL** em palavras que vierem do latim, cujo composto **ad** se junta aos verbos começados por **L**: *allegar, alludir*.
- Dobram-se nos compostos começados por **L**: *collação, collateral, collega, colloquio*.
- Entre os compostos com a *preposição in-* como em *illação, illicito, illudir, illustre*.

- Dobra-se o **L** entre os nomes acabados em **-lo** e **-la**. Ex: *della, aquillo, alli, appellação, Apollo, camillo, colla (grude), Ella, Excellencia, falla, fallece, martello, ollaria, pelle, pollegar, valle, vacillar, villaõ, villana, mas não vileza, que vem de vil.*

Quanto à posição, o **L dobrado** é comum estar geminado no meio e no fim da palavra; quando vem no meio, não fere uma só vogal: *vil-la*.

Dobra-se **LL** nos compostos dos verbos com a *preposição a* como *allegar alludir* etc.

Letra M:

Com relação à escrita de compostos, nas *preposições bem* ou *com*, sempre se escreve o **M**. O padre Bento Pereira conserva tal regra, assim como no uso das *preposições* latinas *circum*, que significa, ao redor: *comsigo, circumferencia*.

Bluteau (1728, p. 208) observa as regras de Pereira, mas adverte que na *mayor parte de manuscritos, e livros impressos acha-se com tigo, e com sigo com a "preposição separada do que segue; e adverte também que quasi sempre acha com N no lugar do M, como em circumferencia e outros semelhantes.*

Bluteau, movidos por esses exemplos, propõe uma regra para essas *preposições*, juntando-as numa só palavra e no lugar do **M** usar o **N**.

Pode-se ver que aqui Bluteau já prescreve a regra do **M** antes do **P** e do **B**. E depois do **N** as demais consoantes. Assim, encontram-se, no seu *Vocabulario*, as palavras *comigo, contigo, conosco*.

Com relação às palavras que terminam em **M**, Bluteau adverte quanto à sua pronúncia. Em muitos vocábulos portugueses, grafa-se com **M**, mas na pronúncia dizem *en*. Nesta diferença de pronúncia, observa-se na palavra latina *hominem* e na palavra portuguesa *homem* diferentes pronúncias: na palavra *hominem*, o **M** final é pronunciado com boca cerrada; já, *homem* é pronunciado o **M** com a boca aberta.

Com relação ao **m dobrado**, Bluteau propõe algumas regras para empregá-lo. Como sempre, baseando-se em Duarte Nunes do Leão.

- Dobra-se o **M** nos compostos da *preposição con / in* juntas a verbos ou outras dicções que começam com **M**: *commendador, commissario, commodidade, immenso, immortal.*

- Dobra-se o **M** nos compostos a *preposição em*: *emmadeirar, emmagrecer, emmudecer.*

- Dobra-se também o **M** nas seguintes palavras: *commum, comunidade, commungar, gomma, Grammatica, summario.*

E para concluir, há palavras portuguesas que terminam em **M** e não em **N**: *homem, pentem, tambem.*

Letra N:

Conforme o *Vocabulario Portuguez e Latino* de Bluteau (1716, p. 656, vol. V), a letra **N** se junta a todas as consoantes, exceto antes de **P**, **B** e **M**. Em palavras derivadas do latim, uns ortógrafos não querem que se conserve o **G** antes de **N**; outros admitem, nas dicções latinas aportuguesadas, o **G**, como se pode ver nas palavras *ignorante, ignoto, digno regno*. Com relação a esta última palavra, Bluteau adverte que sempre ouviu *reyno* e não *regno*.

Bluteau assevera (*idem*, p. 656, vol. V) *que nenhuma dicção acaba em N assim como não acaba na escritura*. Entretanto, observa que a pronúncia de palavras que terminam em <-em>, assemelha-se aos substantivos e verbos que começam por <en->. Assim, palavras como *bagagem* e todas as terceiras pessoas do indicativo plural (*fazem, dizem, bebem, vivem*), têm o mesmo *soído* do <en-> das palavras *enfadar, enfermar, entoar, entibiar*. (*Prosa Grammatonomica*; 1728: 210)

Letra O:

Segundo Bluteau (*Vocabulario*; 1720: 1-2, vol. VI), essa letra possui uma *figura* e dois sons: um som de *grande hiato*, com acento agudo na primeira sílaba para caracterizar a pronúncia aberta (**o grande**) e outro com menos abertura da boca e leva acento circunflexo também na primeira sílaba para caracterizar a pronúncia fechada (**o pequeno**). Comenta que, normalmente, esses dois sons acontecem em palavras que têm duas sílabas com um <o> em cada uma. Exemplo: *côrvo/ córvos, ôvo/ óvos, pôvo/ póvos, ôlho/ólhos*.

Por outro lado, Bluteau adverte que há nomes que não seguem essa norma. Tanto no singular quanto no plural, a pronúncia é fechada desses nomes. Assim, pronunciam-se as palavras *bôlo/bôlos, bôjo/bôjos, bôto/bôtos, côco/côcos* etc. Segue também a mesma norma a letra **O**, com pronúncia fechada, quando antecedida de **M** ou **N**. Exemplos: *lômba, mômo, tômba, pônto, cômto, dono* etc.

O mesmo fenômeno linguístico acontece com o gênero de alguns nomes. Pronuncia-se, portanto, *pôrca/ pórca, tôrto/ tórta*. E assim, Bluteau vai comentando uma série de pronúncias semelhantes a essas e adverte que, na escrita, só se acentuam as palavras que diferem na significação: *côr, pôr, pôde* para fazer a diferença de *cór, por, pôde* e outros da mesma qualidade (*Vocabulario*; 1720: 3, vol. VI).

Outro fenômeno que Bluteau comenta é sobre o ditongo latino *au*. Diz que, em muitas *dicções* portuguesas, esse ditongo é substituído por *ou*. Assim, escreve-se *touro*, de *taurus*, *ouro*, de *aurum*, *couve*, de *caulis*, trocando o <au> por <ou>.

Outro fenômeno relevante da letra **O** é sobre os dois <oo> no final de sílaba. Bluteau diz que alguns ortógrafos portugueses escrevem palavras com os dois <oo> com acento agudo. No seu *Vocabulario*, Bluteau escreve *voô* sem o acento agudo. Além desta grafia, Bluteau assevera que a letra **O** serve de interjeição de chamamento, admiração, desejo etc (*Prosa Grammatonomica*; 1728: 210).

Bluteau chama a atenção para a grafia errônea da palavra *oprobrium* de autores latinos. Adverte aos ortógrafos portugueses quanto à escrita dessa palavra. Bluteau ratifica, dizendo que essa palavra possui *dois* <pp>: *opprobio*. Essa regra serve para as palavras *oportuno, oposição* etc. (*Idem*: 211).

Letra P:

O **P** português é o mesmo dos latinos e dos idiomas que do latim derivam. Quanto ao seu valor, ele pode ser aspirado <ph>, ter o som da letra **F**. Ou ser um simples **P**. Alguns ortógrafos condenam o uso do <ph> em detrimento do **F**. Outros, já o admitem.

Bluteau comenta que muitas palavras latinas aportuguesadas causam confusão na escrita ao ter que usar o **p** simples ou aspirado. Na *Prosa*

Grammatonomica (p. 212-14), Bluteau faz uma seleção dessas palavras que começam com **P** que trazem embaraço.

1 - *Peccar* – os portugueses escrevem estas palavras com dois <cc>, porque derivou do latim *peccare*;

2 - *Penna* – escreve-se com dois <nn>, porque vem do latim *penna*;

3 - *Perenne* - Acha-se em livros antigos escrito como *Perennis*, segundo Aldo Manúcio. Sendo assim, escreve-se *Perenne*;

4 - *Posthumo* – os portugueses escrevem com <ph> porque esta palavra veio do latim.

5 - *Proemio* – em alguns escritos portugueses, Bluteau achou *prohemio* com aspiração. Entretanto, condena seu uso por derivar do grego *prooimion*;

6 - *Promptuario* – esta palavra se escreve com **P** antes de **T** em virtude de ser uma palavra latina. Entretanto, há ortógrafos que não empregam o **P**, por seguir a influência de Lambino, Carrion e Valero Flacco, argumentando aspereza na pronúncia. Já, nos pretéritos e supinos, alguns empregam o **P** *por amor a euphonia, ou branduram e suavidade da pronúncia*.

7 - *Promontorio* – é uma palavra latina (*promontorium*), portanto, deve-se escrever *promontorio*;

8 - *Protocollo* – esta palavra se escreve com dois <ll>, porque em livros antigos é palavra grega, escrita *protocollon*.

Além dessas que nos trazem embaraço, há as que dobram a letra **P**. Assim, dobra-se o **P** nos verbos em que se compuzeram com as preposições **ad**, **ob**, **sub**: *apparar*, *apparelhar*, *apparecer*, *applacar*, *oppilar*, *opposiçaõ*, *opprimir*, *supplicar*, *suppor*, *supprir* etc. Ainda estes não compostos *Agrippa*, *cappa*, *cappella*, *campello*, *mappa*, *pappa* (*por comer de meninos*) etc.

Letra Q:

Há muitas controvérsias acerca da letra **Q**. Em Roma, comenta Bluteau (*Prosa Grammatonomica*; 1728), quiseram eliminá-la por se tratar de uma letra ociosa e desnecessária no alfabeto latino. Passaram a escrever com o **K** dos gregos, depois como **Q**, sem o **u** *líquido*, e finalmente com passaram a escrever com **C**, informa Bluteau (*Vocabulario*; 1720). Assim, escreviam *arqus* e *oqulus*, depois *arcus* e *uculus* com todas as vogais.

Entre os portugueses, essa letra também não foi bem aceita. O ortógrafo português, Franco Barreto, faz algumas alusões sobre seu desagrado, comenta Bluteau. Haja vista o que Bluteau prescreve da *Orthografia* de Franco Barreto, página 157, aludindo à posição desse autor:

Os Hebreos, Caldeos, Gregos, Arabes, não tem Q em seus Alfabetos, mas he propria dos Latinos, de quem nós o tomamos; se bem usamos delle com muita imperfeição sobre Q, e sobre I, como se póde ver à cerca do que disse, fallando do K, sendo necessario, e forçoso levar esta letra Q diante de si U, ao qual não sentimos sobre i, como sobre á, nestes, e semelhantes vocabulos *quando, qual, quanto, quanto, quaresma*, &c. e por essa razão julgava eu seria razão servimo-nos do K, eu sou de parecer usemos sempre o C, porque do mesmo modo soaõ *como, e quomo, cotidiano, ou quotidiano, cinco, ou cinco, &c.* (*Prosa Grammatonomica*; 1728: 214)

Contra essa posição de Barreto de não usar o **Q**, Bluteau critica-o severamente com uma pergunta: *Já que o dito Author conhece, e confessa, que o q sempre leva diante de si u, como quer elle, que em vocabulos que começaõ por qua, usemos de K, e digamos ka?* (*Idem*: 214)

Segundo Bluteau (1728), muitas palavras iriam causar confusão na pronúncia, na escrita e na significação se a letra **K** fosse adotada no lugar do **Q**. Para explicar tal confusão, toma como exemplo as palavras *quando/canto* e *quarta/carta*. Se essas palavras tivessem que ser escritas com **K**, argumenta Bluteau (1728, p. 214), *quanta confusão haverá pelos equivococ, que se originarem deste genero de Orthografia* no que diz respeito à pronúncia, à escrita e ao sentido.

Na pronúncia, várias palavras portuguesas não teriam o mesmo som se fossem escritas com o **K**: *kadrado por quadrado, aka por agua, kadrupede por quadrupede*. Se fosse escrita com a letra **K** não se ouviria o som do **u** que acompanha essas palavras, como se percebe; por outro lado, não se saberia discernir o *adjetivo*²⁷ *quanto* se fosse escrito com **K**, do substantivo *canto*; se o <qu> da palavra *quarta* fosse substituído por **K** e o **C** da palavra *carta* substituído por **K**, ter-se-ia uma escrita para ambas as palavras que nos causariam sérias confusões, alerta Bluteau.

²⁷ Bluteau coloca a palavra *quando* na classe dos adjetivos e não na dos pronomes, apesar da gramática portuguesa de hoje ter pronomes adjetivos e substantivos.

Além da vogal <a>, há outra que acompanha o <qu> e que causa também confusão na sua escrita e na pronúncia, adverte Bluteau (*Prosa Grammatonomica*; 1728). É a vogal <o> que, quando segue em palavras derivadas do latim, alguns ortógrafos preferem usar a letra **C** em vez do <qu>. Bluteau prefere usar o <qu> para seguir a escrita latina, já que são poucas as palavras que contêm a vogal <o> no grupo <qu>.

Letra R:

Segundo Bluteau, o emprego da letra **R** não é tão simples. Devido à posição em que se encontra na palavra, o **R** poderá vir *dobrado* ou *singelo*. E se for *singelo* há mudança na pronúncia. Assim, para facilitar o seu emprego, Bluteau propõe algumas regras básicas:

- Quando o **R** vier no início de dicção, usa-se *singelo*: *raposa, razaõ* etc.
- Quando vem antes e depois de **N**, usa-se *singelo*: *forno, torno, genro, tenro, honra* etc.
- Quando vem antes das *preposições pre-* e *pro-*, usa-se o **r** *singelo*: *prerogativa, prorogar*.

Com relação ao **r dobrado**, Bluteau assevera que se deve usá-lo apenas entre vogais: *carro, erro, ferro, forro* etc.

Letra S:

Bluteau diz que, no português, têm-se duas pronúncias para o emprego da letra **S**: a pronúncia de **s dobrado** e de **s singelo**. Quando a pronúncia for de **s dobrado**, emprega-se o **S**, no início de dicção, antes de vogal e, no meio de dicção, usa-se o **S**, depois de **L**, **N**, **R**. Assim, exemplifica-se, no primeiro caso, palavras como *Santo, Sella, Solitario, Summa*; e no segundo, *Falso, Manso, Persuadir*. (*Vocabulario*, vol. VII, 1720).

Além da letra **S**, há também o emprego dos dois <ss>. Para tanto, Bluteau (1) estabelece regras para o seu emprego:

- *Dobrão S*, os *superlativos*, como *Nobilissimo, Eruditissimo, Santissimo*;
- *Dobraõ S*, os *verbos deste tempo amasse, lesse, ouvisse, &c. de todas as conjugações, portodos os seus números, & pessoas*;

- Item os nomes femininos de dignidades como, Abadessa, Prioressa, Alcaydessa, Baronessa, Condessa, tirando estes Princesa, Marquesa, Duquesa, & da mesma maneyra Deosa (Vocabulario, 1720:405, Vol. VII).

Com relação à pronúncia do **s** *singelo*, Bluteau apenas menciona o emprego do **S**, com o som de **z**. Não obstante, é possível ver exemplos no seu *Vocabulario* o emprego com essa duas letras: *mesa, deserto, cousa, peso, rosa, prezado, produzir, razaõ*.

Na *Prosa Grammatonomica*, (1727, p. 216), Bluteau faz uma lista de palavras que começam com **S**, tiradas do latim. O objetivo dessa lista é de desmitificar as dúvidas acerca da grafia dessas palavras.

1 – *Sacco* – a palavra *sacco* vem do latim que se escreve *saccus*.

2 – *Sarraceno* – nos diferentes manuscritos de Eusébio, encontra-se essa palavra escrita com os dois <rr>; Já no livro *Notitia Imperii*, está com um **R**, porque presumiam ser os sarracenos descender de *Sara*; Só que a verdadeira origem de *sarraceno* vem do arábico *Essarch*, nome que tem um **R** só. No português, prevaleceu o uso dos dois <rr>.

3 – *Sepulchro* – essa palavra se escreve com aspiração, porque Varro diz que deriva do adjetivo latino *pulcher, pulchra, pulchrum*, entretanto Bluteau afirma que essa origem é errada. Apesar de não colocar a origem dessa palavra no seu *Vocabulario*, Bluteau escreve *sepulcro*, sem o <ch>. Talvez tenha feito analogia com a palavra *sepultado* que, veio do latim *sepultus*, segundo ele.

4 – *Secco* – esta palavra deriva do latim *siccus*, portanto, a grafia correta e feita com dois <cc>. Entretanto, no seu *Vocabulario* (1720, vol. VII) está registrada de duas maneiras: *secco - seco*

5 - *Silva* - Em português, esse nome tem vários significados: nome de três diferentes plantas; termo da poesia vulgar; certo instrumento de penitência; apelido de Portugal e Castela. Muitos escrevem *Silva* com *i grego (Sylva)*. Mas Bluteau informa que essa grafia é errada, porque *Silva* não é palavra grega e sim, latina que significa *selva, bosque, mata*. Na *Prosa Grammatonomica* (1728), Bluteau informa que os *amanuentes* ou impressores haviam escrito a palavra *Silva* com **Y** no seu

Vocabulario. Mas parece que ele conseguiu resolver o problema da grafia, porque, no respectivo volume, encontra-se escrito com a letra **L**.

6 – *Solicitar* – esse verbo vem do latim *solo* e *citare*, portanto possui um só **L**. Porém para os poetas fazerem a primeira sílaba longa, eles escrevem com dois <ll>.

7 – *Succo* – do latim *succus*. Nos exemplares antigos latinos se encontra *sucus*; porém, na última edição de Prudêncio, no *Hymno*²⁸, escreve-se com mais um **C**. Devido à imitação desse *Hymno*, outros autores latinos passaram a escrever *succus* e este costume passou para os portugueses. Bluteau não questiona essa palavra. Apenas mostra seu uso pelos autores. Além da grafia da palavra *succo*, Bluteau estende o assunto para outras palavras. Comenta a posição de Duarte Nunes de Leão quanto à grafia de palavras que derivam do latim que trazem a letra **S**: *mensa* > *mesa* e não *meza*; de *casa*, *casa* e não *caza* e assim os seus derivados como *casal*, *caseiro*, *casamento* etc; Nunes quer que se admita que todo *nome verbal* latino que acabe em *sio*, troque para *saõ* e se diga *divisio*, *divisaõ*, exceto a palavra *paixaõ*.

8 – *Syllaba* – Há controvérsia na escrita dessa palavra entre alguns autores. Bluteau seleciona alguns autores para depois tirar suas próprias conclusões acerca da grafia dessa palavra. Ele comenta que *Mario Victorino queria que os antigos escrevessem esta palavra com i latino, e não, com o y grego*. Porém, essa escolha não houve adeptos. Logo em seguida, comenta a posição de Santo Isidoro, dizendo que até o reinado de Augusto, **Y** dos gregos não havia sido usado. Após a reflexão sobre esses autores, Bluteau segue a origem do vocábulo que é grego, porque a palavra *syllaba* significa compreensão, coleção. Portanto, com base nesses depoimentos de autores, Bluteau propõe o uso do **Y** em vocábulos portugueses.

Letra T:

Sobre a letra **T**, Bluteau fala do seu dois empregos: com aspiração e quando vem dobrada.

Segundo Bluteau, escreve-se com <th> as palavras derivadas do grego tais como *theologia*, *theorica*, *thermometro*, *thesauro*, *throno* etc. Para não confundir a grafia dessas palavras derivadas do grego, Bluteau lista na *Prosa Grammatonomica*

²⁸ Conforme a sua antiga significação é uma obra poética em louvor a alguém.

algumas palavras que são dignas de nota. Só como, uma pequena amostra, encontra-se palavras como *triumpho* que derivou do grego *triumphus* sem aspiração; *tyranno* que derivou de *tyrannus* que se acha nos livros antigos.

Quanto à regra do **t dobrado**, Bluteau assevera que se escreva palavras derivadas do latim tais como *atenção*, *attento*, *atrahir*, *atricaõ* etc. E ainda informa que se escreva os nomes próprios: *Attica*, *Attico*, *Attilio* etc; as palavras *gatto*, *gotta*, *metter*, *arremetter*, *permitter*, *admittir*, *prometter*, *setta* etc; os diminutivos das palavras que terminam em <te> ou <ta>: *pequenette*, *pequenetta*, *mocette*, *mocetta* etc.

Letra V:

(Consoante e Vogal)

Conforme informa Bluteau, essa letra pode ser consoante ou vogal. O que vai determinar as suas diferenças na escrita são a pronúncia e a significação.

Segundo Bluteau, o **v consoante** fere a vogal a que se junta e poderá vir no princípio e no meio de palavras. Assim, tem-se *vaso*, *verdade*, *vontade*, *vulto*, no início e *adverbio*, *divertimento*, *divorcio* no meio de palavras. O problema se dá quando se usa também o **U** nessas posições.

Para tanto, Bluteau segue as propostas de Duarte Nunes do Leão e de Álvaro Ferreira de Vera. Segundo Leão (apud. 1728), deve-se usar a letra **U** indistintamente quer seja vogal, quer consoante. Vera (idem: 1728) alerta para se ter cautela no seu uso, porque facilmente se errará na pronúncia se não entender em que circunstância se encontra o uso do **V**.

Exemplificando a proposta de Vera (apud. 1728, p. 221), tem-se a palavra *volui*, que escrita com **U** no meio, *he o preterito do verbo volo*; e a palavra *volvi*, escrita com **v consoante** no meio, *he o infinitivo do verbo volvo*. Nessa distinção, encontra-se outro inconveniente: *volui*, escrito com <u> tem três sílabas e *volvi* escrito com **V** tem apenas duas sílabas.

Assim, com base nas propostas de Leão e de Vera para a escrita das palavras com essas letras, Bluteau sugere que se siga a impressão de livros latinos, portugueses, franceses, com o devido cuidado na pronúncia e na significação das palavras.

Letra X:

Com relação ao valor dessa letra, Bluteau tem muito que falar. Informa, no seu *Vocabulario* (vol II, p. 2 e vol. VIII, p. 607), que o *x português* tem *potestade* (pronúncia) árabe e não latina, no entretanto, tem como letra o *x latino*. Assim, escrevem-se, em português, com **X**, as palavras *enxame*, *enxergar*, *enxerto* cuja pronúncia é semelhante ao som do <ch> árabe.

Por outro lado, Bluteau adverte que, além de se escrever com **X**, escrevem-se também algumas palavras com <ch> com o som do *x* tais como, *chamar*, *cheyrar*, *chiar*, *chupar*.

Crítica Álvaro Ferreira de Vera por querer que se pronuncie o **X** com a pronúncia de *cs latina*. Assim, segundo Vera, palavras como *extra*, *exceder*, *exercito*, *exemplo*, *excellente* se pronunciarão *ecstra*, *ecsceder*, *ecscercito*, *ecsemplo*, *ecsellente* etc. Bluteau concorda, parcialmente, com esta regra, em virtude de existir vocábulos que não seguem a mesma pronúncia de *cs latina* (*Prosa Grammatonomica*: 1728)

Letra Y:

Segundo Bluteau, o uso do **Y** em palavras originalmente portuguesas não é necessário, mas nas *dicções latinas* (palavras latinas), derivadas do grego é importante no idioma português. Para tanto, Bluteau expõe uma série de regras no seu *Vocabulario* e na *Prosa Grammatonomica*. Assim, diz ele, deve-se usar o **Y**

- nos compostos da *preposição syn* (significa *como*): *syllaba*, *syllogismo*, *synagoga*, *syndico*, *sympathia*;

- nos nomes derivados de *chrysos* (significa *ouro*): *chrysipo*, *chrysostomo*, *chrysopraso*, *chrysolito*;

- nos compostos de *pyr* (significa *fogo*): *pyramide*, *pyra*, *pyrilampo*;

- nos derivados de *lycos* (significa *lobo*): *lycopoli*, *lycaonia*.

- nos derivados de *poly* (significa *muito*): *polypo*, *polygono*, *polyglotto*;

- nos derivados de *hidor* (significa *água*): *hydra*, *hydrographia*, *hydromancia*;

- nos compostos de *physis* (significa *natureza*): *physica*, *physico*, *physiologia*, *metaphysica*;

- nos compostos da *preposição hyper* (significa *super* ou *ultra*): *hyperbole*, *hyperbaton*, *hypercritico*;

- nos compostos de *hypo* (significa *sub*): *hypocrita*, *hypotheca*.

Assim, Bluteau faz um comentário acerca dessas regras, dizendo que é importante usar o **Y** nessas palavras, porque além de mostrar sua origem e acertar a sua propriedade da locução, potencializa o seu significado (cf. *Prosa Grammatonomica*: 1728).

Além desses compostos acima apresentados, Bluteau informa mais uma regra para se utilizar o **Y** como sendo a semivogal dos ditongos. Entretanto, não chega a impor o uso do **Y** no português, em virtude de haver controvérsias entre os ortógrafos. João Franco Barreto, por exemplo, não concorda com o uso do **Y** no português, porque não é necessário se escrever como os latinos as dicções gregas. Alega que os latinos escreviam com **Y** as palavras, já que em grego essa letra soava como **u**, argumenta Barreto.

Os outros ortógrafos para mostrar que não necessita da letra **Y**, preferem escrever *pae*, *Lei*, *Rei*, *ensaio*, *seio* e outros semelhantes, mas não definem seu uso. Assim, nesse vai-e-vém de concordo e não concordo, Bluteau é de opinião formada que o ortógrafo mais bem preparado para falar dessa letra foi o padre Bento Pereira. E, baseando-se nas regras de Bento Pereira, Bluteau emprega o **Y** como uma semivogal dos ditongos. Assim, Bluteau propõe que se use a vogal <i> em palavras como *caído* (caído), o **Y**, representando uma semivogal como em *cayado* e a letra **J** representando uma consoante como na palavra *cajado*. Dessa forma, evitar-se-ia confusão na significação dessas palavras, sobretudo entre *cayado* e *cajado*, esclarece Bluteau (*Vocabulario*: 1721).

Letra Z:

Com relação ao emprego dessa letra, pode-se retirar a maior parte das regras no seu último tomo do *Vocabulario* e as complementar com a *Prosa Grammatonomica*. Com essa letra, Bluteau informa o seguinte:

- Escreve-se com a última letra de nomes patronímicos portugueses tais como *Alvaro - Alvarez*, *Antonio - Antunez*, *Garcia - Garcez*. (*Vocabulario Vol. VIII, p.623*).

- Escreve-se com **Z** nomes femininos de outros, quer dizer, nomes que derivaram de qualidades como, por exemplo, *avareza* (*de avaro*), *largueza* (*de largo*), *fraqueza* (*de fraco*), *limpeza* (*de limpo*).

- Escrevem-se com **Z**, no final, alguns nomes que têm a última sílaba acentuada e trazem as vogais <a>, <e>, <i>, <o> e <u>. Exemplos:

- 1 - <a>: temos *rapaz, capaz,*
- 2 - <e>: temos *xadrez, vez, mez,*
- 3 - <i>: temos *chafariz, nariz, matriz,*
- 4 - <o>: temos *noz, cadoz, feroz,*
- 5 - <u>: temos *avestruz, arcabuz, luz.*

O plural dessas terminações e semelhantes faz **-azes, -ezes, -izes, -ozes, e -zes**. Assim:

- 1 - Rap**azes**, cap**azes**
- 2 - Xadreb**ezes**, vez**es**, mez**es**
- 3 - Chafariz**es**, nariz**es**, matr**izes**
- 4 - Noz**es**, cadoz**es**, feroz**es**
- 5- Avestruz**es**, arcabuz**es**, luz**es**.

Exceções:

- A primeira pessoa do pretérito perfeito do verbo *ponho (pus)* se escreve com **S**. Porém se escreve com **Z** as terceiras pessoas desses verbos e seus descendentes: *faz, fez, fiz, jaz, traz*.

- Escrevem-se, com **S** no final, os pronomes *nós* e *vós* e trazem acento agudo.

Com relação aos numerais, escreve-se com **Z** *dez, onze, treze, quatorze, quinze, dezaseis, dezasete, dezoito, dezanove, duzentos, trezentos*.

3.2 Comentários Relacionados ao Valor da sua Postura Ortográfica

Observa-se que a maioria de suas regras possui certa coerência em virtude de reunir argumentos que explicam os fenômenos da escrita, levando em consideração tanto a origem quanto a pronúncia. Para Bluteau (1728), a letra certa é um dado relevante para a escrita das palavras. Para explicar essa relevância, haja vista o que ele diz acerca das letras:

As letras commummente se chamaõ elementos, porque assim como (segundo o stylo da natureza) os elementos existem primeiro que os mixtos, e compostos, assim na composiçaõ das palavras, se deve ao exame, e conhecimento das letras o primeiro lugar, o que a mayor parte dos que escrevem, naõ observaõ, porque sem saber o valor das letras,

formão palavras, e muitas vezes obrigaõ a penna a representar o contrario do que elles querem dizer. (*Prosa Grammatonomica*: 186)

Assim, depreende-se da citação precedente a preocupação de Rafael Bluteau com o valor de cada letra antes de uni-las uma as outras para a formação das palavras. Essa concepção de valor faz lembrar a mesma concepção apresentada por Saussure. Segundo esse linguista (2006), o valor é constituído por uma *dessemelhança* e *semelhança*²⁹.

Assim, é com base nessa concepção de valor que se vai comentar a postura ortográfica de Rafael Bluteau. Para tanto, os comentários estarão organizados da seguinte maneira:

3.2.1 O valor das letras conforme a origem e a pronúncia;

3.2.2 A variação da pronúncia conforme a região;

3.2.3 a escrita de algumas palavras quanto ao gênero e número.

3.2.1 O Valor das Letras Conforme a Origem e a Pronúncia

Neste item serão abordados os problemas ortográficos mais comuns no que diz respeito ao valor

a) - do grau de abertura vocálica das letras (figuras) **A, E, O** (do sistema vocálico português);

b) - do **C, K**, <qu> como oclusiva gutural surda;

c) - das letras **I** e **U** (vogal, semivogal e consoante)/ **V** e **J** (vogal, semivogal e consoante);

d) - das letras africadas (*sibilantes*) **C, Ç, S, SS, X**; das letras *chiantes* **X** e <ch>;

e) - da letra **H** (aspirado e palatizado);

f) As geminadas.

a) - do grau de abertura vocálica das letras (figuras) **A, E, O**

A ortografia de Rafael Bluteau sobre o sistema vocálico português deixa transparecer que há cinco letras que ele chama de *figuras*: <a>, <e>, <i>, <o> e <u>. Contudo, essas figuras sofrem variações de som, conforme a posição em que se

²⁹ A *dessemelhança* se relaciona à troca de algo e a *semelhança* à comparação de alguma coisa da mesma natureza.

encontram nas palavras. Bluteau comenta que não é possível escrever uma *figura* para cada som, assim como não se deve acentuá-la, diacriticamente, a sílaba tônica de todas as palavras. (ver página 108 do item 3.1)

Quando exemplifica as mudanças de timbres, que ele chama de *accentos* ou *letras*, de *a grande* para *Práto*; *a pequeno* para *Fáma* e *Pràzenteiro*; *e grande* para *Besta* (e aberto - arma) e *e pequeno* para *Besta* (e fechado - animal); *o grande* para *óvos* e *o pequeno* para *ôvo*, percebe-se uma tentativa de mostrar não só o timbre dessas vogais, mas também os fenômenos que envolvem a duração e a intensidade das mesmas. É importante frisar que esses fenômenos são da pronúncia. Sendo assim, não devem ser confundidos com a escrita das palavras.

Segundo Mattoso Câmara Jr. (1982) e Borba (2005), esses fenômenos são chamados de traços prosódicos ou supra-segmentais por envolver a duração dos sons (longos e breves), os acentos de intensidade (tônicos e átonos) e tons melódicos³⁰ (altos, médios e baixos) conforme a posição em que se encontram na sílaba. Nesse contexto, é possível observar, além dos timbres vocálicos, mais esses fenômenos nos comentários de Rafael Bluteau.

Numa análise fonológica moderna, é possível encaixar os exemplos apresentados por Bluteau. Nas palavras *Práto* e *Pràzenteiro*, a primeira vogal das duas palavras possui traços prosódicos distintos. Assim, tem-se uma vogal longa, tônica e baixa, na palavra *Práto*, e uma vogal breve, átona pretônica, de timbre levemente aberto, devido ao grau mínimo de atonicidade, para a palavra *Pràzenteiro* (Mattoso: 1982).

Como se pode observar na análise acima, a classificação dos traços prosódicos das vogais pretônicas é complexa. No entanto, Mattoso afirma que tais vogais pretônicas têm tendência de adquirir uma intensidade, principalmente em se tratando da vogal <a>. Mattoso aponta duas circunstâncias (1982: 64):

“Em primeiro lugar, por motivo de uma pausa inesperada no teor da fala, principalmente quando o falante pára súbitamente para pensar um pouco no que fazer. Em segundo lugar, por motivação expressiva (ou digamos,

³⁰ Os tons melódicos das sílabas átonas são diferentes das sílabas tônicas em virtude do grau de atonicidade dessas sílabas (pretônica e postônica). São classificadas como máxima, média e mínima. *As sílabas pretônicas, antes do acento, são menos débeis do que as postônicas, depois do acento*, informa Mattoso (1982: 63).

estilística) no intento de dar especial relevo à partícula. Num e noutro caso, ela fica naturalmente tônica e passa a ter uma intensidade 2”.

Assim, essa explicação mattosiana se encaixa na postura de Rafael Bluteau ao classificar o <a> da palavra *Pràzenteiro* como sendo uma modalidade de **a** *pequeno*. Com base na proposição de Mattoso, a análise dessa palavra fica assim determinada:

Prà zen tei ro
2 0 1 0

Com relação ao **e** *grande* e ao **o** *grande*, observa-se mais um aspecto relevante na variação de timbre: diferença na significação e na parte mórfica das palavras. Apesar de esses dois fenômenos apresentarem traços fonéticos como nos dois exemplos acima, há também traços fonológicos.

A palavra *besta* possui duas pronúncias, porque a vogal <e> se pronuncia tanto aberta quanto fechada. Com essa dupla pronúncia em sílaba tônica, tem-se um fenômeno fonológico, ou seja, um traço funcional: *bésta* - - com **e** *aberto* - que significa *arma* e *besta* - com **e** *fechado* -, significa *animal*. Assim, a oposição distintiva do **e** *grande* e do **e** *pequeno* em sílaba tônica apresentada por Rafael Bluteau mostra que há palavras que se escrevem de uma única forma, mas que apresentam mais de uma pronúncia.

Sendo assim, Bluteau não admitia acento agudo em palavras que traziam o **e** *aberto* *tônico*, mesmo que fosse para fazer diferença na significação. Essa posição de Bluteau faz lembrar que, atualmente, nenhuma palavra é acentuada graficamente nesse caso. Ex. almoço (substantivo); almoço (verbo na 1ª pessoa do singular).

Contudo, Bluteau acentua graficamente, no seu *Vocabulário Portuguez e Latino* (1720), as palavras *pôr* e *pôde* para não confundir com *por* e *póde*. Nesse contexto, percebe-se que a regra parece ser apenas para o caso de **o** *grande* (**o** *aberto*) e **o** *pequeno* (**o** *fechado*), quando se refere ao tempo do verbo *poder* (no presente e no pretérito) e ao verbo *pôr* para fazer a diferença da preposição *por*³¹.

³¹ Há outras grafias de nomes e verbos que levam acento gráfico no seu *Vocabulário*, porém Bluteau não menciona a utilização desses acentos e nem sequer dar uma regra para seguir tais usos.

Outro fenômeno fonológico que se pode observar nos exemplos de **o grande** e **o pequeno** é a mudança de timbre de algumas palavras apresentadas por Bluteau. Nas palavras *ôvo/óvos*, *corvo/ córvos*, tem-se no singular a pronúncia fechada e, no plural, a pronúncia aberta. No entanto, palavras nas mesmas circunstâncias tais como *bôlso/bôlsos*, *bôlo/ bôlos* não acompanham o mesmo fenômeno. Bluteau apenas exemplifica, mas não explica a natureza do fenômeno.

Outro comentário relevante que Bluteau faz é sobre a escrita de dois <oo> no final de sílaba. Para ele, não se deve acentuar palavras que possuem essa sequência de vogais. Assim, segundo ele (1720, p. 3), escreve-se *voo* (de *voloo*), *moo* (de *molo*) e *soo* (de *solo*). O fenômeno aconteceu devido à queda da consoante intervocálica.

Outro comentário relevante e curioso é acerca da escrita da interjeição de chamamento, admiração e desejo. Ele não antepõe o **H** antes da letra **O** para caracterizar a interjeição. Haja vista como ele escreve na *Prosa Luctuosa* (1728: 124) essa interjeição: *O Divino Legislador, que para todos morreo, não quis sacrificios humanos [...]*.

Assim, nesse item foi visto o valor do sistema vocálico de Rafael Bluteau que procurou respostas para a ortografia portuguesa, utilizando-se da pronúncia e, sobretudo na origem das palavras.

b) - do C, K, <qu> como oclusiva velar surda;

Com relação ao valor gutural dessas letras, Bluteau segue os princípios da etimologia, mas também segue os princípios fonéticos como se verá.

A letra **C** foi uma das que mais causou confusão na escrita e Bluteau foi o único do período (1668-1734) que conseguiu elaborar regras coerentes baseadas na pronúncia e até mesmo na significação das palavras. Baseando-se nas fontes de Duarte Nunes do Leão aliadas aos seus conhecimentos, Bluteau empregou regras que até hoje perdura.

A letra **C**, por exemplo, é colocada antes de todas as vogais em palavras portuguesas. A única diferença é que Bluteau faz uso do **C** também em palavras de origem latinas, com o acréscimo da letra **H**, formando o grupo <ch>.

Apesar de estar correto o conhecimento sobre a origem dessas palavras, essa regra trouxe, no futuro, uma consequência grave. Muitos ortógrafos escreviam as palavras com <ch>, representando o som do **k**, sem saber a sua origem, caindo no pseudoetimologismo. A palavra *Choro*, por exemplo, não se sabia o certo se era o verbo *chorar*, conjugado na 1ª pessoa do singular do presente do indicativo, ou se era o substantivo *coro*. Assim, escreviam-se *Chaos* para *caos*, *chimica* para *química* e assim por diante.

Muitos ortógrafos escreveram tais palavras por muito tempo dessa maneira, causando um verdadeiro caos na ortografia portuguesa. Essa questão ortográfica foi um dos pontos debatidos entre os ortógrafos do século XX para a sua simplificação.

Outra dificuldade ortográfica em torno dessa letra é a sua aparição antes da letra **T**. Apesar de se basear na origem das palavras, Bluteau aproximou a letra **C** da sua pronúncia e da sua significação. É a favor de não usá-la onde não se sente a pronúncia. Assim, palavras como *docto*, *douctrina*, *respecto* devem ser escritas sem o **C**. Entretanto, deve-se escrever com o **C** antes da letra **T** palavras como *acto*, *pacto*, para fazer a diferença semântica entre *ato*, *pato*. Essa regra perdura até hoje.

Segundo a Nova Ortografia de Evanildo Bechara (2008), trata-se de um tipo de forma divergente do mesmo étimo. Em outras palavras, a inclusão ou a exclusão da letra **C** antes de **T** foram causadas por hábitos fonéticos de um povo para outro, mesmo que a referida letra tenha vindo da origem latina. Assim, para solucionar o problema das consoantes mudas ou articuladas, a vertente fonética é que vai estabelecer a supressão ou a permanência das consoantes. Rafael Bluteau considerou essa norma de supressão ou permanência dessas consoantes.

Com relação à letra **K**, Bluteau propôs que se escrevessem apenas as palavras gregas. Essa sua postura confunde a escrita, porque como se vai saber que *Kalendas* é palavra grega e que se deve escrever com **K**?

No que concerne ao uso do <qu>, Bluteau propõe seu uso para não fazer confusão com a letra **K**. Porém, adverte que se tenha cautela na pronúncia do **U** que poderá ser pronunciado ou não.

Apesar de semelhantes regras obedecerem a uma sistematização, tornam-se complexas na prática, uma vez que Bluteau emprega o K nas palavras gregas, podendo aporuguesá-las para facilitar o uso.

c) - das letras I e U (vogal, semivogal e consoante)/ V e J (vogal, semivogal e consoante);

Essas letras causaram grandes transtornos na grafia das palavras. O motivo aparente dessa dificuldade ortográfica remonta a história dessas letras. Antes não existia no português a letra adequada para representar o som do **g** que não fosse a própria letra **G** ou o **I**. A letra **J** assim como a letra **V** surgiu durante a Idade Média em textos latinos.

Os latinos não conheciam o som dessas letras. Enquanto não conheciam, representavam esses sons pelas letras **I** e **U**, respectivamente. Escreviam *iuba* (juba), *uita* (vida). Com o passar do tempo, essas letras passaram a fazer parte do alfabeto latino e, conseqüentemente, passaram para a língua portuguesa. Na língua portuguesa, escreviam-se, indiscriminadamente, as duas formas, dependendo da época. Escrevia-se *iuba*, *juba*; *uida* - *vida*, etc.

Na ortografia de Rafael Bluteau, têm-se algumas reservas na escrita de palavras que contém essas letras. Para tanto, seguiu algumas sugestões de Duarte Nunes do Leão, de Bento Pereira e de Álvaro Ferreira de Vera. No item (3.1), do terceiro capítulo dessa pesquisa, transcreveram-se as sugestões desses ortógrafos. Na procura de uma regra segura que determine o uso dessas letras, Bluteau propõe que se sigam os princípios da etimologia das palavras, porque, para ele, só dessa forma se poderá evitar tais erros.

d) - das letras africadas (sibilantes) C, Ç, S, SS, X; e das letras chiantes X e ch;

Com relação à escrita dessas letras, observou-se que Bluteau preocupou-se em elaborar regras para facilitar a escrita das palavras. Dessa forma, ele propôs

- que se usasse o **Ç**, antes das vogais <a>, <o> e <u> no meio de palavras, nunca no início;

- que se usasse o **C**, antes das vogais <e> e <i>;

- que se usasse a letra **S**, como sibilante surda, no início, assim como depois das consoantes **L**, **N**, **R**, seguindo as origens;

- uma lista de regras para escrever com <ss> palavras como *santíssimo*, *asseverar*, *abadessa*, *amasse*, seguindo também as origens;
- uma lista de regras, para escrever palavras com **Z** como *Alvarez*, *avareza*, *rapaz-Rapazes*, *xadrez*, *chafariz*, *noz*, *avestruz*;
- que se escrevesse com a letra **Z** as terceiras pessoas dos verbos e seus derivados: *faz*, *fez*, *fiz*, *jaz*, *traz*.
- que se escrevesse com **S** (sibilante sonora) a primeira pessoa do pretérito perfeito do verbo *por* (*pus*).
- que se escrevesse, com **S**, no final, os pronomes *nós* e *vós*, que trazem acento agudo.
- que se escrevesse com **Z** os numerais *dez*, *onze*, *treze*, *quatorze*, *quinze*, *dezaseis*, *dezasete*, *dezoito*, *dezanove*, *duzentos*, *trezentos*.

A partir da leitura das propostas de Bluteau, verificou-se certa exaustão, devido ao acúmulo de regras. Apesar de muitos detalhes, às vezes desnecessários, Rafael Bluteau não se afastou muito do que se propõe hoje em dia.

e) - da letra H (aspirado e palatizado);

Com relação ao uso do **h etimológico**, Bluteau segue as origens. O mesmo ocorre com o uso dos grupos gregos: <ch>, <ph>, <rh> e <th>. Hoje em dia, esses grupos foram simplificados e passaram a grafar as palavras sem o **H**.

f) das Letras Geminadas

Bluteau segue rigorosamente a escrita das palavras portuguesas com essas componentes latinas: <cc>, <ff>, <gg>, <ll>, <mm>, <pp>, <rr>, <ss> e <tt>. Hoje em dia, esses grupos de letras foram extintos e se simplificaram. Só restaram os grupos <rr> e <ss>.

3.2.2 - A Variação da Pronúncia Conforme a Região

Neste item, Bluteau aponta dois fenômenos relevantes que não se pode deixar de mencionar acerca da escrita das palavras: a variação da letra **P** latina convertida na **B** em algumas palavras portuguesas e a troca do **V** pelo **B** nas regiões do Douro e Minho.

No primeiro fenômeno, Bluteau fez lembrar algumas palavras portuguesas derivadas deste fenômeno. Os exemplos dados por ele *capra - cabra, capillus - cabelo* mostram que algumas palavras derivadas do português vieram desta conversão. Assim, tem-se, por exemplo, as palavras *caprino* e *capilar*.

O segundo fenômeno trata-se de uma variação entre os próprios portugueses. A troca do **V** pelo **B** é uma variação regional que acontece entre o Douro e Minho. Essas regiões ficam muito afastadas da região que era tida como padrão. Bluteau chama esse fenômeno linguístico de *vício* que, na verdade, é uma variação natural que ocorre também em outras línguas.

Aproveitando o mesmo fenômeno de variação regional, Bluteau oferece mais um caso que acontece nessas regiões do Douro e Minho. A variação aqui não é uma troca, mas um acréscimo. É sobre as expressões *a alma - a agua* e *ay alma - ay agua*.

Apesar de ter apontado o problema, não soube explicar o fenômeno, alegando ser somente outro *vício* que causa desarceros ridículos em todas as línguas (*Vocabulario*: 1712, vol I). Se for refutar a posição de Bluteau, pode-se dizer que ele demonstra certa insensibilidade pelas reais causas da variação regional por estar focado na escrita correta que o caracteriza como um ortógrafo purista.

Segundo Ilari (2006), fenômenos iguais a estes podem ser encaixados como sendo uma variação diastrática visto que as regiões mencionadas por Bluteau foram constantemente movidas por invasões.

3.2.3 - A Escrita de Algumas Palavras Quanto ao seu Gênero e Número

O conhecimento da escrita correta dos nomes quanto ao seu gênero e número é complexo, como se pode observar nas regras de Bluteau. Mas foi possível verificar que Bluteau encontra-se no caminho certo das futuras terminações.

Com relação ao plural dos nomes terminados em **-al**, verifica-se que Bluteau utiliza dupla grafia: **-aes / ays** (animal - *aninaes / animays*). Assim, deduziu-se que o plural de nomes terminados em **-al** estava na transição de serem

substituídos por **-ais**. Em outras palavras, as semivogais do período de Bluteau, como <e> e <y> , irão ser substituídas pela semivogal <i>.

Outra forma de plural apresentada por Bluteau foi a de nomes que terminam em **-aõ** fazem o plural em **-oens/-ões, -aõs, -aens**. Mais uma vez Bluteau apresenta duas grafias para a formação do plural dos nomes que terminam em **-aõ**. É importante ressaltar que essas terminações vão perdurar por décadas e décadas. Mas até lá, ocorrerá a queda do <n> em terminações como **-oens** e **-aens** e a primeira vogal passa a ser nasalizada com um til.

Com relação ao gênero dos nomes portugueses, Bluteau se detem na terminação **-aõ**, cujo feminino é **-ãa**. Segundo Coutinho (2005), a escrita, etimologicamente, obedece à evolução das palavras que vieram do latim, cujas terminações latinas, só para citar algumas, **-anu, -ane** correspondem às formas do português apontadas por Bluteau. Exemplo: *paganus*>*pagãos*; *panes*>*pães*.

Assim, como se observa, Bluteau tinha um profundo conhecimento dessas formas latinas, só não tinha o estudo em filologia avançado como nos dias de hoje.

3.3 A Importância da Ortografia de Rafael Bluteau no Século XVIII

A ortografia de Rafael Bluteau participou indiretamente do processo de normatização da língua portuguesa no século XVIII. Na época das Conferências Discretas e Eruditas, teve principal apoio do Conde da Ericeira assim como do rei D.João V. Essas autoridades buscavam instrumentos de apoio à normatização da ortografia que era comumente reclamada. Assim, o conde empenhou-se na divulgação da obra lexicográfica de Rafael Bluteau com o nome de *Vocabulario Portuguez e Latino*.

O *Vocabulario Portuguez e Latino* é um dicionário que apresenta um catálogo de autores que não podia deixar de ser extenso, uma vez que a qualidade da língua era avaliada em função da dimensão do espólio literário. Como essa e outras obras foram impressas a mando do rei, Bluteau dedica sua obra monumental

a esse rei: *Nesta obra offereço a V. M. hum extracto de grandes livrarias, e hum trabalho de trinta annos; pequeno tributo para taõ grande Monarcha...*(Vocabulario, vol I).

A importância de se ter uma obra dessa natureza em língua portuguesa implica tanto críticas quanto elogios. Nessa situação, Rafael Bluteau revelava preocupações. Estava consciente de que o seu *usus scribendi* individual era apenas uma possibilidade no largo espectro de variantes ortográficas.

Tinha receio de impor o seu *usus*, pois a tradição de normatização ortográfica, em outras línguas, só permitia que os textos normalizadores fossem produzidos por assembleias de eruditos, baseados num *corpus* de textos impressos de autores de larga difusão e reconhecimento. No entanto, sabia que o *corpus* impresso de escritores portugueses não traduzia, necessariamente, o *usus* dos autores reconhecidos, mas de compositores das oficinas tipográficas.

Rafael Bluteau afirma discordar de grafias que os compositores modificaram, sobretudo no que respeita à duplicação de consoantes:

Advertencias para as emendas dos dous primeiros volumes. I. Naõ se apontaõ os erros da pontuaçaõ, pela multidaõ delles; facilmente os conhecerà o Leitor discreto, & douto. II. Certas palavras sahem quasi sempre com mais, ou menos letras, ou com letras trocadas: v.g. Edicçaõ, por *Ediçaõ*, plural, por *plural*, luzido, por *luzidio*, Salmacio, por *Salmasio*, accender, & accezo, por *acender*, & *acezo*, &c. Tambem os erros deste genero saõ tantos, que as emendas delles encheriaõ muitas paginas.

(*Vocabulario*; 1716, vol. V: *Erratas, e emendas*).

Durante o período no qual os volumes do *Vocabulario* foram sendo editados, outros autores publicaram textos gramaticais em que a visão etimológica da ortografia portuguesa é defendida, aproveitando a tendência que Bluteau privilegiara, ainda que sem regularidade ou critérios explícitos.

Apesar de seu profundo conhecimento das línguas mortas e vivas, Rafael Bluteau, lexicógrafo e ortógrafo, não pôde definir regras de normatização ortográfica e tentar empregá-las no seu dicionário, pois contrariava os usos das autoridades com que atestava o significado das palavras. Por outro lado, mesmo que pretendesse estabelecer uma regulação que observasse o seu próprio *usus*

scribendi (de tendência etimológica), não estava autorizado a fazê-lo, pois não era falante nativo. Estava consciente das desvantagens que esse caos importa para a língua e para a qualidade do dicionário, que tem assim na pouca validade da informação ortográfica um dos maiores defeitos:

(...) não está a Orthografia certa, porque até agora não achei no idioma Portuguez regras de Orthografia tão certas, nem Authores nesta arte tão uniformes, que tenhaõ assentado com geral aceitação, e approvaõ dos Doutos, o verdadeiro modo de escrever; (...) finalmente na Orthografia Portugueza, como na casa onde não ha paõ, todos gritaõ, e ninguem tem razaõ, porque até não assentarem os Doutos, como o tem feito os das outras naçoens, o modo com que se ha de escrever, sempre haverá contendias, e não saberá o vulgo quem tem razaõ. Eu, que (como Estrangeiro) não tenho voto na materia, muitas vezes me achei tão confuso, que não sabendo que partido seguir, em huns vocabulos me conformey com a Orthografia de huns Authores, em outros com a de outros; e o peor he, que já não tem remedio esta diversidade, porque nem posso fazer outra impressaõ, nem já me he possivel emendar o que escrevi. (*Vocabulario*; Sup. I, 1727: Advertências a todo o leitor)

Trata-se de um *corpus* diversificado constituído com a preocupação de encontrar testemunhos do uso do maior número possível de palavras, o que alarga o âmbito muito para além do texto literário: *Não pretendo, que os dittos Autores sejam todos igualmente de boa nota; só digo, que as palavras, que delles tirei, me pareceram dignas de alguma noticia* (*Vocabulario*, vol I; 1712: *Catalogo dos autores portuguezes*).

Foi vítima do princípio de que a língua deveria espelhar os usos literários prestigiados, embaraçando-se em testemunhos textuais, que não podiam oferecer um modelo ortográfico coerente. A inadequação das fontes autorizadas, respondem com uma sistematização pessoal, que reproduzia a orientação etimológica que norteava a escrita usual dos melhores escritores sem, portanto, selecionar um em particular.

Aos que condenarem a confiança, com que allego com toda a casta de Autores, respondo, que me aproveitei de todos, porque nas materias da sua profissam, cada hum delles he Texto (*idem*; vol.I).

Assim, a variedade de opções é muito maior do que se limitasse a eleger modelos privilegiados de boa escrita. Assim, o mais extenso dicionário que a língua portuguesa conheceu até então é um testemunho explícito da justaposição de escritas:

Asma, ou asthma, ou astma. Derivase do Grego *Asthmainein*, que val o mesmo que Assoprar respirando. [...] Fernelio, & outros Medicos modernos não fazem escrupulo de Latinizar *Asthma, atis. Neut. Na Asma raramente convem sangria. (Ibidem: 588)*

Apesar das críticas, Bluteau influenciou a geração posterior. O primeiro deles foi o ortógrafo e gramático João Madureira Feijó (1688-1741). Esse estudioso foi o primeiro que pôde tomar partido da edição completa de sua obra dicionarística. Publica uma ortografia e um dicionário ortográfico, tendo por objetivo servir de instrumento normalizador assim como o próprio Vocabulário o foi.

Outro estudioso, que seguiu a influência de Bluteau, foi o lexicógrafo brasileiro Antônio de Moraes Silva com a elaboração do *Diccionario da Lingua Portuguesa* (1789). Na primeira edição deste dicionário, Antônio de Moraes Silva deu a Rafael Bluteau a categoria de autor da sua obra, uma vez que Moraes não se considerava autor, mas reformador.

Quem não vê bem uma palavra não pode ver bem uma alma.
Fernando Pessoa

Capítulo 4: Uma Aproximação da Ortografia de Rafael Bluteau com o Novo Acordo Ortográfico

Neste capítulo, abordar-se-á a proposta ortográfica de Rafael Bluteau, tendo em vista uma aproximação com o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Serão abordados os pontos convergentes e divergentes à medida que forem encontrados na proposta de Bluteau. Após relacionar as duas ortografias, verifica-se em que medida o novo acordo possibilitará a facilitação da escrita pelos usuários da língua portuguesa. Informa-se que a ortografia de Rafael Bluteau será preservada como forma de se comparar com a ortografia do século XXI.

4.1 Contribuições da Ortografia de Rafael Bluteau nos Projetos de Unificação Ortográfica: Pontos Convergentes e Divergentes

Seguindo duas linhas de tempo - a época de Rafael Bluteau, no século XVIII, e a do Novo Acordo ortográfico, no século XXI - far-se-á uma aproximação das duas ortografias. Essas duas linhas do tempo vão dialogar numa tentativa de se responder às perguntas que o presente gostaria de saber.

Para tanto, serão feitas comparações entre as duas ortografias com a inclusão de um vocabulário técnico, a fim de se garantir o entendimento das duas questões ortográficas por parte dos leitores modernos. Esse é o terceiro princípio que se segue para fundamentar essa pesquisa em historiografia linguística.

Para se apresentar as regras ortográficas de Rafael Bluteau, serão selecionadas algumas Bases Ortográficas³² estabelecidas pelo Novo Acordo. Entretanto, não se apresentarão todas as Bases Ortográficas, já que nem todas as regras de Rafael Bluteau se aproximam dessas Bases. Embora não se examinem todas as Bases do Novo Acordo ortográfico, serão abordadas, em formas de tópicos,

³² As Bases Ortográficas deram início ao primeiro documento científico de intenção normalizadora da ortografia da língua portuguesa. Foi a partir desses estudos que se iniciaram inúmeras propostas entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras dentre as quais a elaboração de Vocabulários Ortográficos dos dois países. A partir desses dois Vocabulários, que se elaboraram vários Acordos, sobretudo o Novo Acordo Ortográfico.

apenas com o intuito de se informar do que elas tratam. O Novo Acordo Ortográfico está organizado em 21 Bases:

Base I - Alfabeto e grafia de nomes próprios estrangeiros.

Base II - Uso do h.

Base III - Grafemas consonânticos.

Base IV - Sequências consonânticas.

Base V - Vogais átonas.

Base VI - Vogais nasais.

Base VII - Ditongos.

Base VIII, IX, X, XI, XII, XIII - Acentuação gráfica.

Base XIV- Uso do trema.

Base XV, XVI, XVII - Uso do hífen.

Base XVIII - Uso do apóstrofo.

Base XIX - Uso de letras maiúsculas e minúsculas.

Base XX - Divisão silábica.

Base XXI- Grafia de assinaturas e firmas.

(HOUAISS; 2008: 25)

Dando continuidade à pesquisa, as Bases que darão suporte para uma aproximação das duas ortografias serão:

Base I: do alfabeto e dos nomes próprios estrangeiros e seus derivados;

Base II: do **h** inicial e final;

Base III: da homonímia de certos grafemas consonânticos;

Base IV: das sequências consonânticas (consoante muda ou não articulada);

Base V: das vogais átonas. Regula o emprego do **E** e do **I** e do **O** e do **U**, em sílaba átona, estabelecidos fundamentalmente por razões etimológicas e histórico-fonéticas;

Base VI: das vogais nasais. Aborda das vogais nasais, representadas por til, por **M** ou por **N**.

Base VII: dos ditongos. Regula os ditongos orais, tônicos ou átonos e os nasais.

Base I: Do Alfabeto e dos Nomes Próprios Estrangeiros e seus Derivados

I - A Ortografia de Rafael Bluteau

1- O Alfabeto de Rafael de Bluteau só foi possível organizá-lo porque ele seguiu uma ordem alfabética para apresentar as regras ortográficas. Assim, discorrendo sobre as regras, contaram-se vinte e três letras: **A, B, C, D, E, F, G, H, I, K, L, M, N, O, P, Q, R, S, T, V, X, Y, Z**. As letras **I** e **V** representavam letras e funções diversas. A letra **I** tinha a função tanto de vogal quanto de consoante. Como vogal, era representada pela letra **I** e tinha o som de vogal; como consoante, tinha o som do **g** e que poderia ser representado tanto pela letra **I** quanto pela letra **J**. Assim, Bluteau escrevia *lasmim - Jasmim; Ierarquia - Jerarquia; lazer - Jazer*, etc.

O mesmo fenômeno linguístico ocorreu com a letra **V** na época de Bluteau. Mas o uso dessa letra como vogal quase não se via entre os ortógrafos, porque já se escreviam as palavras com a letra **U**. Apesar de Bluteau não utilizar a letra **V** como vogal, anexou a letra **U** com a letra **V**. Sendo assim, Bluteau não abre um espaço exclusivo para cada uma dessas letras do seu *Vocabulario*.

Além dessas letras do alfabeto de Rafael Bluteau, no *Vocabulario Portuguez e Latino* há o **Ç** e grupos de letras tais como <rr>, <ss>, <ch>, <ph>, <rh>, <th>, <lh>, <nh>, <gu> (com **u pronunciado** ou não), <qu> (com **u pronunciado** ou não).

2 - Com relação aos nomes próprios estrangeiros e derivados, Bluteau propôs, no final desses nomes, que se escreva

a) com a letra **H** nomes bíblicos como *Elizabeth, Nazareth, Judith, Ruth*.

b) com as letras **B, C, D, G** e **Z** antropônimos (nome próprio de pessoas) e topônimos (nome geográfico), tais como Jacob, *Moab, Acab, Raab* para a letra **B**; *Isac, Basac, Baruc, Melchisedec*, para a letra **C**; *Arad, David, Madrid*, para a letra **D**; *Agag, Og*, para a letra **G**; e os nomes patronímicos, referentes a nomes próprios, como *Alvarez* (de Álvaro), *Antunez* (de Antônio) e *Garcez* (de Garcia), para a letra **Z**.

II - O Novo Acordo Ortográfico

1 - O alfabeto do Novo Acordo Ortográfico é formado por vinte e seis letras que contém uma forma maiúscula e minúscula cada uma: Aa, Bb, Cc, Dd, Ee, Ff, Gg, Hh, Ii, Jj, **Kk**, Ll, Mm, Nn, Oo, Pp, Qq, Rr, Ss, Tt, Uu, Vv, **Ww**, Xx, **Yy**, Zz. As letras em negrito são as que agora fazem parte do alfabeto português.

Além dessas letras, há o uso do **Ç**, <rr>, <ss>, <ch>, <lh>, <nh> <gu> com ‘*u pronunciado*’ ou não, <qu> com ‘*u pronunciado*’ ou não.

2 - No Novo Acordo Ortográfico, os nomes próprios estrangeiros e derivados constituem as seguintes regras:

a) As letras **K**, **W** e **Y** usam-se nos seguintes casos:

- em antropônimos originados de outras línguas e seus derivados.

Ex: *Byron* - *byroniano*, *Darwin* - *darwinismo*, *Franklin* - *frankliniano*, etc.

- em topônimos originados de outras línguas e seus derivados.

Ex: *Kuwait* - *kuwaitiano*, *Malawi* - *malawiano*, etc.

b) Para os nomes de origem bíblica, escrevem-se, no final das palavras, os dígrafos <ch>, <ph> e <th> ou, então, simplificam-se esses dígrafos, ou até mesmo excluí-los. Ex: *Baruch* - *Baruc*, *Loth* - *Lot*, *Moloch* - *Moloc*, *Narareth* - *Nazaré*, *Joseph* - *José*.

c) Ainda, em palavras de origem bíblica, escrevem-se, no final das palavras, as letras **B**, **C**, **D**, **G** e **T**. Ex: *Jacob*, *Isaac*, *David*, *Magog*, *Bensabat*, etc. Porém, nada impede de se escrever a palavra *David* sem o **D**, *Jacob* e *Job* sem o **B**, assevera Bechara (2008).

Além dessas regras, há o emprego dessas letras em siglas, símbolos e em palavras adotadas como medida de curso internacional, os topônimos de línguas estrangeiras que foram já vernacularizadas. Não se transcreverão aqui, porque não correspondem à ortografia de Rafael Bluteau.

III - Comentário

Considerando os alfabetos de Rafael Bluteau e do Novo Acordo Ortográfico, verificou-se uma defasagem de letras no de Rafael Bluteau. Registraram-se 23 letras, deixando de fora as letras **J**, **U** e **W**. Apesar de anexar, por um lado, as letras **J** e **I** e, por outro, as letras **U** e **V**, o autor do século XVIII não considerou essas letras no alfabeto português. Dessa forma, não acompanhou o número proposto pelo Novo Acordo.

Com relação aos nomes estrangeiros, cujo estudioso do século XVIII denominou de *palavras peregrinas*, observou-se que Bluteau segue as regras do Novo Acordo, exceto no emprego da letra **T**, no final dessas palavras. Já nas demais letras, Bluteau acompanha as regras do Novo Acordo. Observe:

| Bluteau | No Acordo |
|------------------------------------|--|
| B - Jacob, Raab | B - Jacob - Jacó, Job - Jó |
| C - Baruc, Isac | C - Isaac |
| D - David, Madrid | D - David - Davi |
| G - Agag, Og | G - Magog |
| H - Narareth, Ruth, Joseph | H - Nazareth - Nazaré, Joseph - José, Baruch |
| T - | T - Bensabat |
| Z - Alvarez, Antunez (patronímico) | Z - Diez (nomes próprios estrangeiros) |

Com relação a essa regra de nomes estrangeiros no idioma português, pode-se comentar que Bluteau pensava, pelo menos nesse aspecto, que a língua é dinâmica por estar sujeita a transformações. Percebe-se essa postura em um dos seus trabalhos exposto, na Academia, que foi denominado por ele de *palavras desconfiadas e pertendentes*. Essas palavras, nos dias de hoje, referem-se aos neologismos³³ cuja língua está sujeita a sofrer influências tanto da própria língua quanto de outra nação.

³³ Emprego de palavras novas e derivadas na mesma língua ou não.

Base II: Do *h* Inicial e Final

I - A Ortografia de Rafael Bluteau

1 - Conserva o *h* inicial:

a) antes de vogais conforme a origem. Ex. *homem, humido, humilde, honra* etc.

b) nos vocábulos compostos em que o segundo elemento é o *h* inicial, justapondo-se ao primeiro. Ex. *deshonrado, deshonra, deshumano*.

c) nas interjeições *de alegria*. Ex: *Ha, Ha*.

2 - É facultativo o uso do **H** na seguinte palavra: *herva* ou *erva*. Porém, escreve-se *ervado, ervagem, herbolaria* (op. cit. p.196, vol III; p. 20, vol IV).

3 - Nas interjeições de admiração, emprega-se o **H**, de origem latina, no final. Ex: *Oh*. Bluteau (1713) denomina essa interjeição com o nome de *sinaes de maravilha*.

II - O Novo Acordo Ortográfico

1 - Conserva o *h* inicial:

a) em razão da origem da palavra. Ex. A palavra *homem* vem do latim *homine*.

b) por adoção convencional. Ex. *hã?, hem?, hum?, hurra!*

2 - Elimina-se o *h* inicial:

a) das palavras consagradas pelo uso, apesar de sua etimologia. Assim, escreve-se *ervas*, em vez de *hervas*. Entretanto, escreve-se *herbáceo, herbanário*, seguindo a etimologia.

b) dos vocábulos compostos em que o segundo elemento é o *h* inicial, aglutinando-se ao primeiro.

Ex. *des + harmônico = desarmônico*

des + humano = desumano

des + honra = desonra

3 - mantém-se o *h inicial* do segundo elemento de vocábulos compostos e derivados, ligados ao primeiro por meio de hífen.

Ex. *sobre-humano, anti-higiênico*

4- Emprega-se o *h final* em interjeições: *Ah!* , *Oh!*

III - Comentário

Fazendo um balanço entre as duas ortografias, verificou-se que Bluteau não elimina o **H**, razão por que é um ortógrafo de tendência etimológica, indo, dessa forma, contra os princípios da tendência fonético-etimológica simplificadora do Acordo. Pode-se verificar a sua tendência etimológica nos vocábulos compostos, cujo segundo vocábulo não foi tirado a letra **H**. Um detalhe curioso acerca da denominação do primeiro vocábulo dessas palavras compostas. Bluteau considera esse tipo de vocábulo como sendo uma *preposição*, hoje é conhecido, gramaticalmente, como um prefixo.

Com relação à interjeição com a letra **H** no final, a ortografia de Bluteau apenas registra um caso que corresponde à interjeição de admiração. Entretanto, há um caso de interjeição de alegria que aparece a letra **H** no seu início. Trata-se da interjeição *Ha, Ha*. Já no Novo Acordo, encontram-se as duas formas: *ah* e *ah*.

No que tange ao *h etimológico*, o Novo Acordo elimina-o em certas palavras, como foi visto nos exemplos acima. Já na ortografia de Bluteau, observa-se a presença constante do *h etimológico* em todos os exemplos.

Base III: Da Homonímia de Certos Grafemas Consonânticos

Segundo Evanildo Bechara (2008, p. 46), o emprego de certos grafemas consonânticos está relacionado à história da língua. Para usá-los corretamente nas palavras, é preciso estar familiarizado com sua origem, sua evolução fonética. Não é fácil empregá-los devido à semelhança na pronúncia de certos vocábulos que trazem essas consoantes. Por esse motivo, alerta Henriques (2007, p. 73), é *recomendável ter à mão no ambiente de estudo ou trabalho uma edição atualizada do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, publicado pela Academia Brasileira de Letras.*

Apesar da dificuldade de apresentar normas para o emprego dos grafemas consonânticos, é possível formular regras, só que de caráter geral, que viabilizam o uso dos casos mais comuns. No século XVIII, por exemplo, Bluteau estabeleceu algumas regras para o emprego desses grafemas no seu *Vocabulario Portuguez e Latino*. Embora não obedeça às regras dos dias de hoje, foi uma tentativa de se uniformizar algumas palavras que causavam dúvidas.

Por outro lado, nos dias de hoje, as gramáticas históricas, assim como algumas gramáticas normativas costumam trazer, na parte de ortografia, não só justificativas históricas sobre grafemas consonânticos, mas também sobre grafemas vocálicos. Assim, para expor essas regras gerais, serão seguidas as fontes e modelos de Bechara (2008), Coutinho (2005), Henriques (2007), Carvalho e Nascimento (1984).

I - A Ortografia de Rafael Bluteau

Para Rafael Bluteau, só há uma maneira de se escrever as palavras corretamente: seguindo as origens. Assim, as dificuldades ortográficas entre <ch> e **X** com som de **x** (palatais surdas), entre **G** e **J** com o som de **g** (palatais sonoras), entre **S**, **Ç**, <ss>, <sc>, <xc>, <xs> com som de **s** (alveolares surdas) e entre **S**, **X**, **Z** com o som de **z** (alveolares sonoras) só serão resolvidas, se seguir à etimologia e, em último caso, as leis da analogia.

II - O Novo Acordo Ortográfico

Segundo o livro de Evanildo Bechara, *A Nova Ortografia* (2008), as regras que seguem as Bases III, IV, V, VI e VII do Novo Acordo não alteram a escrita brasileira, só a escrita das demais nações lusófonas. Não obstante, serão transcritas algumas que se aproximam da ortografia de Rafael Bluteau. Assim, o *Novo Acordo*, consignou o seguinte:

- Que se escreva com <ch> as palavras *chuva*, *macho*, *chamar*, *chama*, *cocho* (vasilha), *tacha* (prego), *guache*; com **X**, as palavras *peixe*, *deixar*, *caixa*, *xará*, *faixa*, *baixa*, *coxo* (manco), *xangô*, *taxa* (preço).

- Que se escreva com **G** as palavras *aborígene*, *afugentar*, *agitar*, *herege*, *viagem* (substantivo), *relógio*, *tigela*, *gelo*, *algema*; com **J**, *ajeitar*, *jiló*, *berinjela* (mas também beringela), *canjica*, *já*, *jejuar*, *Jerônimo*, *gorjeta*, *majestade*, *jenipapo*, *viajem* (verbo conjugado na 3ª pessoa do plural do presente do subjuntivo e imperativo), *pajé*.

- que se escreva com **S** as palavras *anseio*, *senso* (entendimento, percepção), *sela* (assento para montaria), *balsa*; com **C**, *cegonha*, *cebola*, *censo* (dados estatísticos), *percevejo*; com <ss>, *massa*, *assento* (móvel; registro), *cassar* (tornar nulo), *remissa*, *lasso* (cansado;gasto; frouxo), *assar*; com **Ç**, *aço*, *paço*, (palácio), *laço* (nó, vínculo), *cansaço*; com, **X**, *próximo*, *trouxe*, *máximo*, *aproximar*; com <sc>, *ascensão*, *suscitar*, *descer*.

III - Comentário

As dificuldades de se escrever as palavras deve-se ao fato de existir mais de uma letra, representando um fonema (um som). Essa confusão é visível nas seguintes consoantes e grupos: entre as palatais: <ch> e **X** (surdas); **G** e **J** (sonoras). Entre as alveolares: **S**, <ss>, **S**, **Ç**, <sc>, <xc>, <xs> (surdas); **S**, **X**, **Z** (sonoras).

De acordo com o que foi exposto, as aproximações entre as duas ortografias ocorreram e se complementaram. Para Rafael Bluteau, o problema ortográfico se resolve pela analogia e, principalmente pela origem das palavras. Mas não é fácil buscar na Etimologia³⁴ as origens das palavras. Qualquer deslize nas buscas das origens pode-se cometer um grave erro e, ao invés de ser um etimologista, passa a ser um pseudoetimologista.

Já as regras, transcritas acima, em que se apoiam o Novo Acordo Ortográfico, foram estudos de longos anos de gramáticos, filólogos, linguístas que entraram num concenso, junto ao seu seus representantes governamentais de cada nação que fala a língua portuguesa.

³⁴ Disciplina que trata da descrição de uma palavra em diferentes estados de língua anteriores por que passou até remontar as origens.

Uma pequena amostra da história dessas letras e dígrafos seria interessante saber como chegaram até ao século XXI e por que se deve escrever tais letras e dígrafos nas palavras.

- O dígrafo³⁵ <ch>, que não existia no latim, foi resultado da evolução fonética dos grupos latinos <pl>, <cl> e <fl>. Assim, a palavra **chuva** veio do latim **pluvia**; o verbo **chamar**, do latim **clamar**; o substantivo **chama**, do latim **flamma**.

- A letra **G** sempre representava o **G** dos latinos. Assim, a palavra **gelo** veio do latim **gelu**; **agitar**, do latim **agitare**.

- A letra **J** proveio do **I** latino. Assim, a palavra **majestade** veio do latim **maiestate**; **já**, do latim **iam**. Entretanto, palavras como **jiló**, **canjica**, **xará**, **xangô** são de origem indígena e africana.

Esses critérios sobre a história da língua não existiam na época de Rafael Bluteau. Embora não tivesse um método seguro como se tem atualmente, esse estudioso do século XVIII contribuiu para esses critérios com seu conhecimento aprofundado da origem das palavras.

Base IV: Das Sequências Consonânticas

Essa Base Ortográfica trata das consoantes mudas ou não articuladas.

I - A Ortografia de Rafael Bluteau

A posição de Rafael Bluteau acerca dessa regra é de deixar claro a significação das palavras. Mas também se preocupa com a pronúncia, apesar de não abrir mão da etimologia. Assim, elaborou as suas regras acerca da sequência consonântica da seguinte maneira:

1 - Conservou a letra **P** das sequências consonânticas <mp> e <mpç>, conforme a origem. Assim, escrevia **sumptuoso**, **assumpto**, **promptuario** (prontuário), **assumpção**, etc.

³⁵ Grupo de duas letras para representar um único fonema.

2 - Eliminou o **C** quando vem acompanhado da letra **T** por motivo de não se pronunciar essa letra. Assim, escrevia as palavras *doutor*, *doutrina*, *doutrinal* sem a letra **C**.

3 - Conserva a letra **C** das palavras que causam dúvida na sua significação. Assim, escrevia *pacto* e *acto* para fazer a diferença de *pato* e *ato*.

II - O Novo Acordo Ortográfico

A tendência dessa Base IV, assentada pelo o Novo Acordo, é de simplificar as consoantes mudas e não articuladas. Para tanto, foram estabelecidas as seguintes regras:

1 - As sequências consonânticas podem ser preservadas ou eliminadas quando a letra **C** faz parte das sequências interiores, formando grupos <cc>, <cç>, <ct>, <pç>, e <pt>. Por exemplo: *faccioso* e *friccionar*, para o grupo <cc>; *convicção* e *fricção*, para o grupo <cç>; *pacto* e *compacto*, para o grupo <ct>; *recepção* e *concepção*, para o grupo <pç>; *cacto* e *aspecto*, para o grupo <pt>.

2 - As sequências consonânticas são eliminadas quando tais grupos são invariavelmente mudos nas pronúncias cultas da língua. Sendo assim, as palavras *ação*, *acionar*, *afetivo*, *aflicção*, *ato*, *direção*, *exato*, *objeção*, *ótimo* são escritas sem a letra **C**, que antes fazia parte dos grupos <cc>, <ct> e <cç>.

3 - Elimina-se a letra **P** das sequências consonânticas <mpc>, <mpç> e <mpt>. Ao eliminar a letra **P**, deve-se substituir a letra **M** pela letra **N**.

Ex: *assumpção* > *assumção* > *assunção*

assumpto > *assumto* > *assunto*

sumptuoso > *sumtuoso* > *suntuoso*

No entanto, em algumas palavras, há certa oscilação na pronúncia. Esse fenômeno acontece mais em Portugal e, conseqüentemente, nos demais países que falam a língua portuguesa, exceto no Brasil. Isso acontece, devido à proximidade do resto da lusofonia.

Sendo assim, pensando na unificação, o Novo Acordo Ortográfico estabelece que se registrem essas ocorrências com dupla grafia. Assim, escrevem-

se *aspecto* - *aspeto*, *cacto* - *cato*, *caracteres* - *carateres*, *dicção* - *dição*, *facto* - *fato*, *sector* - *setor*, *recepção* - *receção*.

III - Comentário

Considerando as regras ortográficas de Rafael Bluteau e do Novo Acordo, verificou-se que se complementam com certa reserva. Ambas as propostas preocupam-se com a pronúncia, sobretudo as do Novo Acordo que tem como o princípio básico aproximar quanto for possível as palavras da pronúncia. Mas se sabe que isso não foi e nunca será possível.

A ortografia de Bluteau, além de se preocupar com a pronúncia, preocupou-se com a significação. A palavra *ato* (verbo atar), como mostra o exemplo acima, é de origem latina (*actus*). Bluteau preferiu conservar a forma etimológica, porque causaria confusão na significação da palavra *ato*. Portanto, essa atitude do autor é uma das suas características no estudo da linguagem. Não é a-toa que, na sua lexicologia, encontram-se marcas em todos os dicionários portugueses, inclusive marcas nos dicionários do século XXI.

Base V: Das Vogais Átonas

Essa Base regula o emprego não só do <e> e do <i> mas também do <o> e do <u>.

I - A Ortografia de Rafael Bluteau

Para Bluteau, o emprego correto do <e> e do <i> assim como do <o> e <u> é necessário recorrer às origens. Assim, escreve com <e> *despensa* (*casa, em que se goardaõ certas provisoens, & mantimentos*), *eminente*, *despentear*; com <i>, *dispensa*, *iminente*, *dissuadir*; com <o>, *oportuno*, *oposiçãoõ*; com <u>, *quando*, *causa*.

II - O Novo Acordo Ortográfico

Segundo Bechara (2008), o emprego das letras <e> e <i> mas ainda de <o> e <u>, regula-se pela etimologia e pela história dessas letras. Informa que é possível sistematizar alguns casos para o uso correto das palavras. Todavia, não serão abordados aqui, porque não correspondem aos objetivos dessa pesquisa.

III - Comentário

Considerando o que foi exposto, essa Base retoma o mesmo assunto sobre o qual se falou na Base III: casos de palavras homônimas que confundem a grafia, devido à semelhança dos fonemas. Só que em vez de grafemas consonânticos tratados na Base III, aqui, mostrou-se algumas dificuldades ortográficas das vogais átonas <e> e <i>; <o> e <u>.

No que diz respeito à ortografia de Rafael Bluteau e ao do Novo Acordo Ortográfico, ocorreram os mesmos casos investigados. Assim, o autor do século XVIII buscou as soluções do problema na história da língua. Já, as soluções apontadas pelo Novo Acordo para resolver o problema de grafia devem-se buscar no estudo da história da língua ou consultar o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa.

Base VI: Das Vogais Nasais.

Consistem na representação gráfica das palavras por til ou pelas consoantes nasais **M** e **N**, conforme o uso.

I - A Ortografia de Rafael Bluteau

Nessa Base Ortográfica, Bluteau utiliza tanto palavras com til quanto com **M** ou **N**, na representação das vogais nasais, no final de palavras. Assim, escreve **ã**, para *irmã*; o **M**, para *alemam, assim, clarim, com, algum, hum*; e ainda, usa o **N**, no final de palavras, com vogal <e>, seguido de **S**, como mostra o exemplo: *caens, capitaens, paens*.

Outra regra que essa Base trata é sobre o uso de **ã**, com uma palavra hifenizada. Entretanto, essa pesquisa não trata de palavras que levem hífen.

II - O Novo Acordo Ortográfico

No Novo Acordo, utiliza-se tanto palavras com til quanto com **M** e **N**, na representação das vogais nasais, no final de palavras. Para tanto, foi acordado o seguinte:

a) que se use **ã**, no final de palavras ou em fim de elemento seguido de hífen. Ex: *lã, Grã-Betanha*;

b) que se use **M**, no final de palavras, com vogal, exceto com a vogal <a>. Assim, escrevem-se as seguintes palavras: *clarim, cupim, com, um*.

c) **N**, no final de palavras, com vogal diferente de <a>, seguida de **S**. Ex: *semitons, cupons, megatons*.

III - Comentário

Observando-se o que foi exposto, essa Base Ortográfica consigna escrever, corretamente, as vogais nasais, obedecendo aos preceitos estabelecidos pelo Novo Acordo. Como essa pesquisa está sendo comparada com a ortografia de Rafael Bluteau, verificou-se que, na escrita do teatino do século XVIII, há uma divergência de preceito em relação ao Novo Acordo. Bluteau escreve o **M**, com a vogal <a>, no final de palavras, procedimento que não ocorre nas Bases do Acordo. No Novo Acordo Ortográfico, essa regra não existe, porque a terminação dada por Bluteau -**ans** foi substituída pela forma -**ães**, *consiste em umas das formas do plural dos substantivos*.

Nessa Base Ortográfica, Bluteau utiliza tanto palavras com til quanto com **M** ou **N**, na representação das vogais nasais, no final de palavras. Assim, escreve **ã**, para *irmaã*; o **M**, para *alemam, assim, clarim, com, algum, hum*; e ainda, usa o **N**, no final de palavras, com vogal <e>, seguido de S, como mostra o exemplo: *caens, capitaens, paens*.

a) que se use **ã**, no final de palavras ou em fim de elemento seguido de hífen. Ex: *lã, Grã-Betanha*;

b) que se use **M**, no final de palavras, com vogal, exceto com a vogal <a>. Assim, escrevem-se as seguintes palavras: *clarim, cupim, com, um*.

c) **N**, no final de palavras, com vogal diferente de <a>, seguida de **S**. Ex: *semitons, cupons, megatons*.

Base VII: Dos Ditongos. Regula os ditongos orais, tônicos ou átonos e os nasais.

I - A Ortografia de Rafael Bluteau

Rafael Bluteau utiliza no seu *Vocabulario* duas formas de ditongo orais. No lugar da semivogal, usa tanto a vogal <i> quanto o **Y**. Assim, Bluteau escreve, *mayor, cayado, mayo, boy* (boi); mas também escreve *caixa, Cairo, injurioso*, etc.

Para os ditongos nasais, Bluteau escreve *razaõ* ou *razão, irmaõ, alemão, pagãos, mãy* (mãe).

II - O Novo Acordo Ortográfico

Segundo Bechara (2008) e Houaiss (2008), os ditongos orais, tônicos ou átonos apresentam dificuldade ortográfica no seu segundo elemento, ou seja, nas semivogais (<i> e <u>) que estão incorporadas aos seguintes grupos vocálicos: <ai>, <ei>, <éi>, <ui>, representados por <i>; <au>, <eu>, <éu>, <iu>, <ou>, representados por <u>. Os ditongos nasais, tanto tônicos quanto átonos, são representados por dois grupos fundamentais: por vogal com til e semivogal; por uma vogal, seguida da consoante nasal **M**.

A confusão se dá no uso da terminação *-ui*. Em vez de se grafar algumas palavras com esse ditongo, grafam-se com o ditongo *-ue*. Por exemplo, há quem faça confusão com a 2ª e 3ª pessoas do singular do presente do indicativo e igualmente na 2ª pessoa do singular do imperativo afirmativo dos verbos em *-uir*. Por exemplo, o verbo *retribuir*, na 2ª pessoa do presente do indicativo, é *retribuis*, e não *retribues*; e a 2ª pessoa do singular do imperativo afirmativo é *retribui* e não, *retribue*.

Além desse preceito, há outros dessa Base, com relação aos ditongos orais. Contudo, não serão comentados nessa pesquisa, porque não acompanham os preceitos de Rafael Bluteau. Todavia, cabe mostrar um preceito que corresponde ao uso dos ditongos nasais na ortografia de Rafael Bluteau. Os ditongos nasais da Base Ortográfica podem ser tônicos ou átonos que pertencem, graficamente, a dois tipos fundamentais: podem ser representados por uma vogal com til e uma semivogal ou representados com uma vogal e uma consoante nasal **M**.

III - Comentário

Como se pode observar, a ortografia de Rafael Bluteau é totalmente irregular em relação aos ditongos. Esse fenômeno se explica na história da língua, sobretudo na evolução fonética desses fenômenos. Verifica-se na ortografia do teatino o uso irregular da letra **Y**, assim como da vogal <i>, representando a semivogal dos ditongos. O mesmo acontece com os ditongos nasais, com a variação do til sobre as vogais <a> e <o>.

No Novo Acordo, esses empecilhos de escrita não acontecem. Com o avanço dos estudos linguísticos, foi possível regularizar essas regras que causam confusão na escrita.

Conclusão

A partir do que foi exposto nesta dissertação de mestrado acerca das questões ortográficas de Rafael Bluteau para depois aproximá-las do Novo Acordo Ortográfico, pode-se dizer que os objetivos foram alcançados. Para tanto, foi necessário reconstruir o momento histórico-intelectual da sua época nos postulados da Historiografia Linguística, com base nos princípios de Konrad Koerner.

Para reconstruir e depois interpretar esses dois momentos linguísticos distintos no tempo e no espaço, buscou-se tanto fontes primárias quanto secundárias para explicar e interpretar as duas ortografias, inclusive a obra monumental do autor, do século XVIII, o *Vocabulario Portuguez e Latino*.

Assim, com base nesses princípios e passos investigativos, procurou-se seguir os objetivos desta pesquisa que se transcrevem a seguir:

- 1) verificar em que medida os princípios de sua ortografia interferiram no seu tempo;
- 2) descrever as regras ortográficas em seu uso;
- 3) examinar a posição filosófica e ortográfica na visão do autor; e
- 4) comparar a ortografia de Rafael Bluteau com o Novo Acordo Ortográfico.

A importância de se ter uma obra dessa natureza em língua portuguesa implica tanto críticas quanto elogios. Uma das críticas era referente à sua nacionalidade. Por ter nome francês, não conseguiu se impôr como queria, apesar de toda a sua erudição e proteção.

Mas nem só de críticas viveu o referido autor, já que seus defensores (a rainha D. Francisca de *Sabóia*, o rei D. João V e, sobretudo o conde da Ericeira) apoiaram-no como um indivíduo que prestou grandes serviços à Coroa, assim como se destacou nos meios acadêmicos, devido a sua eloquência e erudição de se falar em público.

A maior contribuição que Rafael Bluteau deixou, no século XVIII, foi ter escrito um dicionário que tanto D. João V e o conde da Ericeira pretendiam. Para tanto, empenharam-se na divulgação da obra, já que faz tempo que a nação portuguesa havia reclamado um instrumento de normatização da sua ortografia.

A ortografia de Rafael Bluteau é basicamente de tendência etimológica, todavia o autor também se preocupou com a pronúncia, sobretudo como a significação das palavras. Por essa razão, tem como princípio fundamental seguir as origens das palavras.

Cartesiano convicto, Rafael Bluteau elaborou regras *no princípio de cada letra* do seu *Vocabulario*, explicando passo a passo e mostrando como e quando se deve empregar as letras geminadas, o uso dos grupos gregos e latinos, assim como as inovações (convenções) gráficas dos estudiosos que se dispuseram em elaborar certas letras que não existiam no latim.

Baseando-se nos estudos de Duarte Nunes do Leão, Bento Pereira, Álvaro Ferreira de Vera, Rafael Bluteau refutou sobre as propostas desses ortógrafos e elaborou leis ortográficas, seguindo em ordem alfabética. Com relação às propostas de João Franco Barreto, Bluteau aproveitou-as para explicar as regras da pronúncia. Mas também Bluteau aproveitou, nesse contexto, as propostas de Álvaro Ferreira de Vera.

Todavia, os ortógrafos mais citados nas suas obras linguísticas (*Vocabulario Portuguez e Latino e Prosas Portuguezas*) foi, sem dúvida, Duarte Nunes de Leão e Bento Pereira, sobretudo o primeiro. João Franco Barreto foi o ortógrafo quem mais ele criticou, apesar de retirar alguns embasamentos para explicar a pronúncia.

A ortografia de Rafael Bluteau é coerente, e está de acordo com o clima de opinião da sua época. Em alguns casos, suas regras chegam a transpôr aos níveis de sua época, dialogando com o presente e dando a esse as respostas suscitadas por ele.

Comparando as propostas de Rafael Bluteau com o Novo Acordo Ortográfico, verificou-se esse diálogo entre duas épocas diferentes. Apoiando-se em sete Bases do Novo Acordo, foi possível enquadrar as regras do autor do século

XVIII nos moldes do Novo Acordo.

Passar de uma rígida tradição etimológica para um sistema simplificador fonético, sem desprezar, é claro, a componente etimológica foi tarefa que perdurou durante séculos. Estudiosos de cada época, embebidos de encontrar solução para uma ortografia regular, contribuíram de sobremaneira para nos dias de hoje se pensar numa unificação das ortografias nos países que falam a língua portuguesa.

Não resta dúvida que a ortografia de Rafael Bluteau contriuiu, e muito, para os propósitos de uma unificação, como se viu no quarto capítulo desta Dissertação. A forma de sua contribuição foi por meio de regras, principalmente de tendência etimológica para explicar casos de palavras que trazem confusão na sua significação. Dessa forma, o Novo Acordo aproveitou essas sugestões de Bluteau.

Acredita-se que os objetivos foram alcançados, uma vez que se seguiu uma abordagem historiográfica alicerçada em princípios. No primeiro princípio, foram contextualizados os fatos externos à língua, aqueles que, indiretamente, interferiram na ortografia de Rafael Bluteau. O desagrado de Bluteau de não poder normatizar a ortografia como queria, porque não era falante nativo da língua portuguesa, pode-se dizer que a sua postura ortográfica sofreu influência desse momento histórico contextualizado.

No segundo princípio, foram abordadas as regras ortográficas de Bluteau, adotando a terminologia da época. Descreveu-se para depois explicar tanto linguística quanto filologicamente as regras do autor. Nesse contexto, a historiógrafa da linguística teve apenas que registrar a ortografia do teatino sem interferir na terminologia da época.

No terceiro princípio, foram comparadas as duas ortografias: a de Rafael Bluteau e a do Novo Acordo ortográfico. Nesse momento, transcorreu-se sobre as regras e depois foram feitos comentários sobre os resultados da pesquisa. Para tanto, utilizou-se a técnica moderna para explicar os fenômenos linguísticos à medida que foram aparecendo os problemas ortográficos.

Por fim, diante das propostas apresentadas sobre as duas ortografias, verificou-se que há muito que ser feito, tanto por parte do Acordo Ortográfico, quanto

por parte da ortografia de Bluteau. Após examinar a ortografia do autor, percebeu-se que há muito de ser investigado, porque se encontraram muitos itens que merecem ser analisados.

Bibliografia

Fontes Primárias

ARGOTE, Jerónimo Contador de. *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina, Ou disposição para facilitar o ensino da lingua Latina pelas regras da Portugueza [...]*. Lisboa Occidental, Off. da Musica. Edição original: Lisboa Occidental, Mathias Pereira da Silva e João Antunes Pedroso, 1721

BARRETO, Ioam Franco. *Orthografia da Lingva portvguesa*. Na officina de Ioam da Costa. A custa de Antonio Leyte Mercador de livros, na rua nova, 1761.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario Portuguez e Latino [...]*. Tomos I e II: Coimbra, no Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712; tomos III e IV: Coimbra, no Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1713; tomo V: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1716; tomos VI e VII: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1720; tomo VIII: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1721; Supplemento I: Lisboa, Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1727; Supplemento II: Lisboa, Na Patriarcal Officina da Musica, 1728.

_____. *Prosas portuguesas*. Lisboa. Oficina de José Antônio da Silva, 1728.

FEIJÓ, João Madureira. *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza [...]*. Lisboa Occidental, Miguel Rodrigues, 1734.

LEÃO, Duarte Nunes do. *Orthographia da lingua portugueza*. Lisboa: Per João de Barreira, 1576.

MASCARENHAS, José Freire de Monterroio. *Oração recitada no obsequio fúnebre, que dedicou a Academia dos Aplicados à memoria do Reverendissimo Padre D. Raphael Bluteau [...]*. Lisboa Occidental: s.n, 1734.

SILVA, Inocêncio Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez, vol. 7*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862.

VERA, Alvaro Ferreira de. *Orthographia ou modo para escrever certo na lingua portugueza*. Lisboa: Oficina de Joam da Costa, 1631.

Fontes secundárias

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática latina*. São Paulo: Saraiva, 2000.

ALTMAN, Maria Cristina Sales. *A pesquisa lingüística no Brasil (1968 – 1988)*. São Paulo: Humanitas, 1998.

ANDRADE, António A. Banha de. Alguns aspectos da nossa cultura antes de Vernei: século XVI e XVII. *Brotéria*. Lisboa: Série Mensal. Vol. XXXIX, 1944.

_____. Alguns aspectos da nossa cultura antes de Vernei: século XVIII. *Brotéria*. Lisboa: Série Mensal. Vol. XXXIV, out. Fasc. 4, 1944.

_____. Alguns aspectos da nossa cultura antes de Vernei. *Brotéria*. Lisboa: Série Mensal. Vol. XXXIX, dez. Fasc. 6, 1944.

ARRUDA, José Jobson e TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru – SP: EDUSC, 1999.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas - SP: Ed. da Unicamp, 1992.

BAGNO, Marcos. *Norma lingüística*. São Paulo. Edições Loyola, 2001.

BASTOS, Neusa Barbosa. O fazer historiográfico em língua portuguesa. In BASTOS, Neusa Barbosa, org. *Língua portuguesa em calidoscópio*. São Paulo: Educ./FAPESP, 2004.

BASTOS, Neusa Barbosa e PALMA, Diele Vesaro (orgs). *História entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BECHARA, Evanildo. *A nova ortografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

BORGES, Vavy Pacheco. *O que é história*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1984.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Historiografia da língua portuguesa: século XVI*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, Coleção Nova Universidade Lingüística, 1993.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929 – 1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CALLOU, Dinah e LEITE, Yonne. *Iniciação à fonética e à fonologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. *Problemas de lingüística descritiva*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

_____. *Estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

_____. *História da lingüística*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1975.

CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1999.

CARDOSO, Zélia de Almeida. *Iniciação ao latim*. São Paulo: Ática, 2001.

CARR, Edward Hallet. *Que é história?* São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CARVALHO, Dolores Garcia e NASCIMENTO, Manoel. *Gramática histórica: para o segundo grau e vestibular*. São Paulo: Ática, 1984.

CASAGRANDE, Nancy dos Santos e BASTOS, Neusa Barbosa. Ensino de língua portuguesa e políticas lingüísticas: séculos XVI e XVII. In BASTOS, Neusa Barbosa, org. *Língua portuguesa: uma visão em mosaico*. São Paulo: Educ, 2002.

CIDADE, Hernani. *O conceito de poesia como expressão da cultura - sua evolução através das literaturas portuguesa e brasileira*. Coimbra: Aménio prado - editor, sucessor, 1957.

COSERIU, Eugenio. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança lingüística*. Trad. Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2005.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. Trad. Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2007.

DOYLE, William. *O antigo regime*. São Paulo: Ática, 1991.

ELIA, Sílvio. *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo: Ática, 1989.

FALCON, Francisco e RODRIGUES, Antonio Edmilson. *A formação do mundo moderno: a construção do ocidente dos séculos XVI ao XVIII*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2006.

FÁVERO, Leonor Lopes. *Concepções lingüísticas no século XVIII: a gramática portuguesa*. Campinas (SP): UNICAMP, 1996.

FLAMARION, Ciro Cardoso e BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

GARCIA, José Manuel. *História de Portugal - uma visão global*. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

GOMES, J. Pereira. A filosofia escolástica portuguesa. *Brotéria*, vol. XXXV. Lisboa, 1942.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Ed. da USP, 1985.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Fonética, fonologia e ortografia: estudos fonotográficos do português*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

HERÓDOTO. *História: o relato clássico da guerra entre gregos e persas*. Trad. J. Brito Broca. São Paulo: Ediouro, 2001.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ILARI, Rodolfo. *Lingüística românica*. São Paulo: Ática, 2006.

ILARI, Rodolfo e BASSO, Renato. *O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2006.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS (Coordenação e assistência de José Carlos de Azeredo). *Escrevendo pela nova ortografia: como usar as regras do novo acordo ortográfico da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.

KOERNER, Konrad. *Questões que persistem em historiografia lingüística*. In *Revista da ANPOLL*, nº2, pp. 45/70, 1996.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo, Perspectiva, 1992.

KRISTEVA, Julia. *História da linguagem*. Trad. Maria Margarida Bahona. Lisboa. Edições 70 LDA, 1969.

LOPES, Marcos Antônio, org. *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.

MASSINI-CAGLIARI, Gladis ET al, org. *Descrição do português: lingüística histórica e historiografia lingüística*. Araraquara - SP: Cultura Acadêmica, 2002.

MATEUS, Maria Helena Mira. *A face exposta da língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2002.

MATTIUZZI, Alexandre. *A mitologia ao alcance de todos - Os deuses da Grécia e Roma antigas*. São Paulo. Ed. Nova Alexandria, 2000.

MATTOSO, José. *História de Portugal*. Vol. IV. Rio de Janeiro. Editorial Estampa, 1998.

MOREL PINTO, Rolando. *História da língua portuguesa: século XVIII*. São Paulo: Ática, vol. 1988.

MOURA, Gerson. *História de uma história: rumos da historiografia norte-americana no século XX*. São Paulo: Ed. da USP, 1995.

MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo. Léxico e gramática no *Diccionario da Lingua Portuguesa (1813) de António de Morais Silva*. Alfa, São Paulo, Vol. 50, n.2, p. 55-67, 2006.

_____. *D. Raphael Bluteau: marco na lexicografia portuguesa de setecentos*. In MURAKAWA, Clotilde de Almeida e GONÇALVES, Maria Filomena, orgs. *Novas Contribuições para o estudo da história e historiografia da língua portuguesa*. São Paulo: Cultura acadêmica, 2007.

MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

ORLANDI, Eni, org. *História da idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, (SP): Pontes, 2001.

PRADO Jr, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PERRY, Marvin. *Civilização ocidental: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

REIS, José Carlos. *Nouvelle histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Ática, 1994.

SARAIVA, António José e LOPES, Óscar. *História da literatura portuguesa*. 16ª ed. Porto: Porto Editora, s.d.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Trad. Chelini, Antônio e Paes, José Paulo e Blikstein, Izidoro. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. 6. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1992.

SILVA, Rogério Forastieri da. *História da historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia*. Bauru, (SP): EDUSC, 2001.

SILVA, Maurício, org. Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações. In: KEMMLER, Rolf. *Para a história da ortografia simplificada*. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos. *O português arcaico: fonologia morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVEIRA BUENO, Francisco da. *A formação histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.

STRATHERN, Paul. *São Tomás de Aquino (1225-1274): em 90 minutos*. Trad. Marcus Pencil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. *Santo Agostinho: em 90 minutos*. Trad. Maria Helena Geordane. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Trad. Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

VASCONCELLOS, José Leite de. *Opusculos*, vol IV. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929.

VAINFAS, Ronaldo e CARDOSO, Ciro Flamarion, orgs. Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. In: VAINFAS, Ronaldo. *História das mentalidades e história cultural*. Campinas, (SP): Campus, 1997.

VERDELHO, Telmo. *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesa*. Aveiro: INIC, 1995.

VIANA, Aniceto dos Reis Gonçalves. *Ortografia Nacional. Simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas*. Lisboa: Viúva Tavares Cardoso, 1904.

WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da linguística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

WILLIAMS, Edwin Bucher. *Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. Trad. de Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)